Aula 00 (Somente em PDF)

PM-PB (Oficial) História da Paraíba - 2021 (Pós-Edital)

Autor:
Sergio Henrique

04 de Agosto de 2021

SUMÁRIO

00. Bate-Papo Inicial 3
1. Como estudar? 4
1.1. Ler, Ler e Ler. Qual é o Limite? "Calo nos olhos" 4
1.2. Estratégia 5
1.3. Posso pular a teoria e ir direto aos exercícios? 5
1.4. Identificar as palavras-chaves e pontos fundamentais do conteúdo 6
1.5. Pensar em movimento e usar o máximo da imaginação 6
1.6. Tentar Conectar as Informações 6
1.7. Procure disciplinar-se ao máximo e ser persistente 7
1.8. Estrutura do Curso 7
2. O Contexto das ideias Europeias no Século XVIII 9
2.1. O Iluminismo 9
2.2. As Principais Características do Iluminismo 9
3. A Crise do Sistema Colonial: A Corte Portuguesa no Brasil e o Processo de Independência 12
3.1. A Revolução de 1817 13
3.2. O Fim do Período Joanino e a Independência 15
3.3. Organização do Império Brasileiro: Primeiro Reinado 16
4. A Confederação do Equador (1824) 19
5. A Impopularidade de D. Pedro e a Abdicação 21
5.1. Do Período Regencial ao Segundo Reinado (até 1850) 22
5.2. A Revolução Praieira (1848) 23
6. O Processo de Abolição da Escravidão 27
6.1. Por que trouxeram Europeus? 28
6.2. Heranças da Escravidão na Cultura e Sociedade 29
7. Paraíba durante o Império 31
8. Voto de Cabresto e Política dos Governadores 35
9. A Crise de 1929, O Rompimento da "Política dos Governadores" e a Revolução de 30 .36
9.1. A Era Vargas 37
9.1.1. O Governo Provisório 37

9.1.2. O Governo Constitucional..... 38
9.2. A Tentativa de golpe da ANL e a Propaganda Anticomunista 38
9.3. O Plano Cohen e a Ditadura do Estado Novo 39
9.4. O Estado Novo..... 39
10. A Paraíba e a Primeira República.....40
11. A Revolução de 30 e a Paraíba 43
12. O Movimento de 64 e a Paraíba 47
13. Orientações De Estudos (Checklist) e Pontos a Destacar.....58
13.1. Paraíba durante o Império 60
13.2. Paraíba durante a República 61
14. Questionário de Revisão.....64
Questionário – Somente Perguntas..... 64
Questionário – Perguntas e Respostas 64
15. Exercícios 70
16. Considerações Finais 159

00. Bate-Papo Inicial

Olá, querido aluno. É com muita alegria que o recebo para discutirmos os Conhecimentos de História nesta jornada em busca de um excelente resultado no Concurso da **Polícia Militar do Estado da Paraíba (PM-PB).**

É com grande prazer que irei desenvolver com vocês a disciplina de História. Sou o professor Sérgio Henrique, Historiador, licenciado em geografia e professor de Ciências Humanas no **Estratégia Concursos** e em cursos presenciais. Sou professor há mais de 15 anos e já ministrei várias disciplinas, do ensino fundamental ao superior, como servidor público e na rede privada. Nos primeiros anos de carreira, dediquei-me ao ensino e aprendizado para jovens e ao empreendedorismo. Já na última década, dedico-me a exames de alta complexidade e exigência, a concursos públicos militares e preparatórios para o ENEM. O fórum de dúvidas é um instrumento fundamental de contato para que possamos nos comunicar com maior dinamismo.

Você está tentando ingressar no **serviço público**, uma área que atrai tanto pela estabilidade e possibilidades de progressão na carreira quanto pelo viés cidadão de ocupar um cargo importante para a sociedade. São várias as motivações pelas quais você está tentando: um salário melhor, estabilidade para cuidar da família... Enfim, são tantas coisas! E elas devem te acompanhar durante todo o momento de preparação, pois nelas você encontrará **motivação** nas horas mais difíceis, quando até mesmo podemos ter a ideia absurda de desistir. A motivação é o combustível necessário para a sua preparação. Motivação associada à disciplina de estudos é a chave do sucesso.

O tripé do sucesso é **Motivação, Disciplina e Estratégia**, e estou aqui com a equipe **Estratégia Concursos** para levá-lo ao sucesso e alcançar seus objetivos. Nosso tempo é valioso, então vamos logo, pois não temos tempo a perder! Mas fique tranquilo, pois o nosso conteúdo tem uma quantidade razoável de assuntos que foram distribuídos em várias aulas de maneira bem detalhadas. Sendo assim, vamos estudar tudo minuciosamente, então pode conter a ansiedade. Tudo vai correr bem e foi devidamente distribuído para que você possa alcançar seu almejado sucesso. Leia e releia suas aulas. Faça e refaça seus exercícios. A repetição é a mãe do aprendizado. A memorização deve vir da repetição dos exercícios e do acúmulo das leituras. Esta é a melhor forma de memorizar o conteúdo: aos poucos e por meio da repetição.

Neste curso, teremos um conteúdo bem completo e trabalhado em detalhes, com muitas questões comentadas, resumos e videoaulas, tudo produzido sob medida para seu certame.

Sem mais delongas, vamos ao trabalho!

1. COMO ESTUDAR?

Darei aqui algumas dicas que servirão para você refletir sobre como poderá melhorar seu desempenho. É importante lembrar que estudar não é uma receita de bolo, e cada um encontrará a forma mais adequada para a sua aprendizagem. Estas dicas ajudam a todos e servem para outras disciplinas, então vale a pena conhecê-las e praticá-las. Não se preocupe se encontrar dificuldades, pois estudar realmente dá muito trabalho. Quanto mais você estudar, mais fácil será o processo. Persista se estiver começando uma rotina mais pesada agora, pois aos poucos perceberá o seu desenvolvimento. Costumo dizer que poucas pessoas (quase ninguém) gostam de estudar, mas todos gostam de aprender e conhecer. Aristóteles dizia que a educação tem raízes amargas, mas seus frutos são doces.



1.1. LER, LER E LER. QUAL É O LIMITE? "CALO NOS OLHOS"

A essa altura do campeonato, você já deve ter estudado tanto que, provavelmente, já sente seus calos. A prova está próxima, mas a dica vale para a construção de seus hábitos de concurseiro. Todo estudante deve buscar desenvolver os seus hábitos de leitura. Isso mesmo, hábito! A leitura é uma habilidade que se desenvolve com o treino. Nossa! Então é possível desenvolver a leitura? Claro que sim! A prática diária leva ao domínio. A leitura é uma habilidade, mas também é uma competência, ou seja, pode ser trabalhada e desenvolvida. Competência é mais que conhecimento, pois podemos traduzi-la como um saber que lhe permite a tomada de decisões e está ligada à capacidade de julgar e de avaliar.

Por que nos inspirarmos na teoria da educação? Para sabermos que, de acordo com os estudos acadêmicos específicos e as histórias de superação que conhecemos, é importante lembrá-lo de que você é capaz e que terá melhores resultados seguindo o lema do **Estratégia Concursos:** "O segredo do sucesso é a constância no objetivo", pois assim, a cada dia, você subirá um degrau no caminho da aprovação e da realização dos seus sonhos.

A leitura pode ser tanto de textos escritos quanto de não escritos, então ler imagens e gráficos é essencial. Pode ser que você nunca se torne um grande leitor por prazer, mas deve dominar ao menos a leitura objetiva. Refiro-me a ler conteúdos para captar as ideias centrais, mas dessa forma voltamos ao início, pois essa habilidade só se desenvolve com leitura. Podemos começar com uma pequena meta diária de 30 minutos e aos poucos aumentarmos. Cada um deve adequar a sua disponibilidade ao tempo que possui e estar acostumado a estudar, então se você já estuda uma hora, aumente aos poucos até chegar a duas, e assim por diante. Não demora tanto tempo assim

para engatar a primeira marcha, e isso é essencial para todas as disciplinas. Então organize sua rotina de modo a aproveitar da melhor forma possível cada raro momento disponível.

1.2. ESTRATÉGIA

Não são raras as questões que você consegue resolver apenas com a leitura atenta do enunciado e das alternativas. Quando elas são relacionadas a um tema em que seu domínio é falho, podemos excluir as alternativas erradas encontrando erros teóricos, anacronismos e incongruências com a pergunta. Com isso, você poderá acertar a questão ou ao menos aumentar muito as suas chances de sucesso.

Como sua preparação envolve muita dedicação e estudos, muito será exigido de seu corpo, então fique de olho na sua saúde. Os gregos antigos tinham o ideal do ***"men sana in copore sano"***, ou seja, mente sã em um corpo são. Portanto, você tem que pensar na sua saúde e no seu sono para conseguir encarar o exame numa boa e manter-se concentrado e ativo por horas seguidas.

Outro elemento que não podemos esquecer é: cuidado com o orgulho do concurseiro. O que quero dizer com isso? Alguns assuntos difíceis são cobrados em questões fáceis e rápidas, outros muito simples são abordados de modo complicado, exigindo um longo tempo para a resolução. **O que fazer? Pule! Se você gastou seus minutos e não saiu do lugar, abandone a questão.** É comum querer chegar à resposta de uma questão referente a um conteúdo que você estudou muito, mas se ele caiu em uma questão demorada, pule! Se você gastou seus 3 minutos e não saiu do lugar, largue a questão. Cuidado para não deixar em branco, então marque logo e passe adiante, pois voltar depois para marcar é a pior saída. Ponto é ponto, adiante você pode encontrar várias questões fáceis e empacou em uma.

1.3. POSSO PULAR A TEORIA E IR DIRETO AOS EXERCÍCIOS?

Se tiver algum domínio da matéria sim, mas é muito importante ler toda a teoria. Em geral, os candidatos aprovados em concursos conseguiram desenvolver o hábito de leitura. As videoaulas são muito importantes, mas não substituem a leitura e a resolução de exercícios. O ideal é: PDF + Videoaulas + Exercícios. Contudo sei que o seu tempo é escasso, então eu sugiro que priorize sempre a leitura do PDF e a resolução de todo tipo de exercício, sobretudo os da banca. Assista às videoaulas referentes aos assuntos que você tiver maior dificuldade, mas se você já possui algum conhecimento ou se você deixou para começar a estudar geografia em cima da hora, vá direto aos exercícios, pois resolvê-los é a melhor forma de conseguir assimilar grande quantidade de conteúdo em pouco tempo. Como o tempo é escasso, sugiro que tente ir direto aos exercícios nas matérias que sente que irá conseguir acompanhar.

1.4. Identificar as palavras-chaves e pontos fundamentais do conteúdo

Imaginar que você está explicando para uma criança é muito bom. Ela vai precisar de muitos detalhes, mas os essenciais não são os nomes e os números. Eles devem estar lá, entretanto não são os principais, pois os principais são os raciocínios e os conceitos.

1.5. Pensar em movimento e usar o máximo da imaginação

Como se um filme estivesse passando. Quanto mais dinamismo você usar, melhor! Cores são essenciais para que você possa utilizar todas as habilidades de aprendizagem do seu cérebro. Portanto, em assuntos mais complicados, por exemplo, você deve fazer uma anotação toda colorida, com desenhos e esquemas. Fique de olho, pois aqueles que são feitos por você têm uma grande eficácia e é melhor que sejam feitos à mão, porque isso vai ajudar muito na memorização do conteúdo. Além do mais, você irá melhorar a sua criatividade como um todo, então aproveite para se imaginar tomando posse e trabalhando no seu cargo, já que, geralmente, isso dá muita motivação para buscar forças na hora do cansaço.



Anotar com esquemas, desenhos ou fazer músicas são métodos muito mais eficientes do que fazer longas anotações no caderno. Muitos concursos ainda se mantêm tradicionais na forma de elaborar suas questões e exigem muitos detalhes.

1.6. Tentar Conectar as Informações

Em geral, já farei isso e é tranquilo, pois não se tratam de conexões muito complexas, mas do tipo: associar que somos um dos mais importantes produtores agrícolas mundiais e ligar isso ao

passado agroexportador, aos principais produtos que cultivamos, associar o cultivo ao lugar, ao clima e aos impactos no meio ambiente.

1.7. PROCURE DISCIPLINAR-SE AO MÁXIMO E SER PERSISTENTE

Tenha uma boa alimentação, uma boa noite de sono e mantenha seus hábitos saudáveis, pois eles são importantes para o seu desempenho, além disso, tenha um horário de estudos. A persistência nos objetivos é a chave do sucesso, mas cuidado! Não mude radicalmente seus hábitos dias antes da prova, pois algumas pessoas resolvem entrar na academia de repente e radicalizar na mudança alimentar, contudo, a essa altura, você não deve realizar mudanças bruscas em sua rotina.



1.8. ESTRUTURA DO CURSO

CRONOGRAMA DE AULAS

1. São 05 aulas bem completas que abordam todos os itens do seu edital. Seguindo a linha do tempo, vamos contextualizar a História e a Geografia do Estado da Paraíba e encerraremos com 2 simulados para que possa colocar em prática todo o conteúdo estudado.

2. O curso é feito com exclusividade para atendê-lo, então, ao longo da preparação, podemos atualizá-lo constantemente, e você poderá enviar seu *feedback.* Inclusive, você poderá sugerir temas que achar importantes e que não foram abordados, pois mesmo que eles não caiam na prova, você saberá que não precisa se preocupar com aquele assunto.
3. Teremos também videoaulas nas quais vou destrinchar ao máximo os detalhes importantes para você. Entre em contato por meio do fórum de dúvidas sempre que elas surgirem, pois saná-las é parte essencial do seu processo de preparação.
4. No dia da prova, ao terminá-la, você deve enviar rapidamente em meu e-mail o caderno de questões, caso seja permitido sair com ele, para que eu possa analisá-las e verificar os possíveis recursos. A banca somente libera os cadernos de provas para os inscritos, então é importante que você me envie, para que possa ser analisada a possibilidade de interposição de recurso.



Favor enviar as questões da prova através do e-mail: **professorsergiohenrique@yahoo.com.br**

Você já leu minhas dicas de estudo no início do material. Elas são importantíssimas e irão colaborar em sua caminhada de concurseiro. Fique de olho:

- ✓ Leia e releia até não aguentar mais.
- ✓ Se você imprimir o material, destaque os pontos mais importantes. Vou ajudar grifando alguns trechos, mas a sua seleção é fundamental, pois assim seu cérebro gravará mais conteúdos.
- ✓ Assista às videoaulas, mas a prioridade é o livro digital. Então se estiver apertado e for obrigado a escolher, foque, com certeza, no livro.
- ✓ Para decorar alguns dados vale tudo: imprimir os mapas e gráficos, escrever na janela, gravar sua voz e ouvir. Neste processo, não há muito segredo: árvores mentais e muito estudo. Muitos alunos usam o tempo do ônibus ou de volante para escutar as aulas. Portanto vou sintetizar ao máximo o conteúdo e você irá, em poucos dias, dominar o essencial.



2. O CONTEXTO DAS IDEIAS EUROPEIAS NO SÉCULO XVIII

2.1. O ILUMINISMO

Trata-se um movimento intelectual que se originou no século XVII e se desenvolveu especialmente no século XVIII. O movimento pode ser considerado um desdobramento da mentalidade surgida a partir da Revolução Científica do século XVII, que modificou a visão tradicional do homem moderno ao utilizar-se da razão e da ciência como base para explicar a realidade. Promoveu profundas mudanças na filosofia, ciência e economia no mundo da época. O termo iluminismo vem de luz, que para eles significava razão. A razão e o conhecimento transformariam a humanidade ao romper com as "trevas da ignorância" da Idade Média. A expressão "Século das Luzes" traduz a visão negativa que os pensadores desse período tinham da Idade Média.

Os iluministas combatiam os dogmas religiosos e a opressão política do absolutismo e defendiam a liberdade e a soberania da razão. Para eles, somente a razão permitiria instaurar no mundo uma nova ordem, caracterizada pela liberdade e pela felicidade. Tinham uma visão progressista em relação à humanidade, pois acreditavam que as civilizações se aperfeiçoavam na medida em que fizessem uso da razão. Em suma, os iluministas queriam romper com o "Antigo Regime" (idade moderna).

O Antigo Regime caracterizava-se:

- ✓ **Na política**: Monarquias absolutistas.
- ✓ **Na economia**: O mercantilismo (capitalismo comercial).
- ✓ **Na sociedade**: Uma divisão social rígida, sem mobilidade social (não é possível mudar de camada social) e com privilégios para o clero e a nobreza (não pagavam impostos e ocupavam cargos públicos por direito).

2.2. AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO ILUMINISMO

- ✓ Antiabsolutistas (contrários ao absolutismo monárquico).
- ✓ Anticlericalistas (contrários ao clero das grandes religiões).
- ✓ Racionalistas (pregam a razão como a luz da humanidade).
- ✓ Empiristas (procuravam observar o funcionamento da natureza e realizar experiências. É o pensamento na raiz do desenvolvimento da ciência).

- ✓ Deistas (acreditavam que Deus era o "relojoeiro do universo", que o criou com leis rígidas de funcionamento).
- ✓ Universalistas (acreditam que suas propostas abrangiam todos os seres humanos).
- ✓ Individualistas (os seres humanos devem ser vistos como pessoas concretas e singulares, e não apenas como integrantes de uma coletividade).
- ✓ Autonomia (os indivíduos estão aptos a pensar por si mesmos, sem nenhuma tutela religiosa ou política, senão dá própria razão).
- ✓ O enciclopedismo. Os iluministas queriam reunir em textos, todo o conhecimento racional produzido pela humanidade. Assim surgiram as enciclopédias, a partir do trabalho de dois pensadores: **Diderot** e **D'alambert**.

A maioria dos pensadores iluministas pregavam a República para substituir a Monarquia, a divisão dos poderes em **executivo, legislativo e judiciário**. Do pensamento iluminista vieram os princípios da Igualdade, Liberdade e Fraternidade, que nortearam a Revolução Francesa. O pensamento iluminista promoveu profundas transformações no mundo. As **Revoluções Burguesas** basearam-se nos princípios iluministas. **A Revolução Inglesa, Independência dos EUA, Revolução Francesa** e a **Independência dos países da América Espanhola** foram diretamente influenciadas pelo iluminismo.

- No Brasil as revoltas anticoloniais da Inconfidência Mineira e da Conjuração Baiana, também eram iluministas. A **Revolução Praieira** e a **Confederação do Equador**, já no Império, também.

O final do século XVIII foi marcado pelo enfraquecimento do sistema colonial. Na Europa e nos EUA os ideais iluministas traziam profundas transformações políticas e no Brasil o pensamento liberal iluminista era cada vez mais presente. O Nordeste, destacadamente Pernambuco era o centro dos pensadores liberais e quando se inicia o processo de independência do Brasil, com a vinda da família real portuguesa, teremos a Revolução de 1817. No início do primeiro reinado (o governo de D. Pedro I), diante das demonstrações de autoritarismo e absolutismo do imperador, no Nordeste eclode a confederação do Equador.



"A construção da modernidade"

"O final do século XVIII foi um momento de grande turbulência política internacional, com ressonâncias no sistema colonial montado pelas nações europeias. As ideias liberais

agitavam as mentes, acenavam com a possibilidade de mudanças. Paras as colônias, traziam a esperança de independência política".

REZENDE, Antônio Paulo; DIDIER, Maria Thereza. *Rumos da História:* a construção da modernidade – O Brasil colônia e o mundo moderno. São Paulo: Atual, 1996. p. 238.

"Para além do iluminismo"

"[...] o Século das Luzes foi um momento capital na história do pensamento europeu. A grande dialógica aberta após a Renascença, ou seja, a relação, ao mesmo tempo, antagônica e complementar entre fé e dúvida, razão e religião, [...] no século do iluminismo, foi marcada pela preponderância [...] da razão. [...]

Evidentemente a razão só poderia levar ao progresso, sendo que a ciência e a educação só poderiam produzir benefícios... Todas essas evidências, ou todas essas soluções, são vistas hoje como problemáticas e mostram-se terrivelmente obscurecidas [...]. A ciência concebeu a bomba atômica [...], é capaz de produzir manipulações genéticas utilizáveis para melhor ou para pior. [...] As forças científicas/técnicas/econômicas descontroladas arrastam os seres humanos para degradações irreversíveis, começando pela destruição da biosfera cujas consequências extremamente nefastas ainda serão sentidas pela humanidade".

MORIN, Edgar. Para além do iluminismo. *Revista Famecos,* porto Alegre, n. 26, abr. 2005.

ESQUEMATIZANDO

Agora vou convidá-los a iniciar os estudos históricos e imperiais da Paraíba. Para tanto vou dar uma dica e orientarei o conteúdo da seguinte forma: vamos inicialmente falar dos aspectos gerais da colonização e em seguida um tópico para focarmos apenas na realidade paraibana. Porque tomar este caminho? Por uma razão bem simples: A maior parte das questões de concursos regionais, principalmente da Banca IBFC exige conhecimento de dados locais bastante específicos, mas também exige que o candidato domine o conteúdo histórico e o contexto da época. Se você já conhece bem a história do Brasil colonial, pode ir direto para o tópico da História da Paraíba e exercícios.

3. A Crise do Sistema Colonial: A Corte Portuguesa no Brasil e o Processo de Independência

No início do século XIX a Europa passava pelas **Guerras Napoleônicas**. Ameaçados por Napoleão Bonaparte, a família real portuguesa transferiu toda a corte para o Brasil, colocando em prática um antigo projeto de evacuação do território. Tem aí o início do nosso processo de Independência.

Os portugueses eram dependentes da Inglaterra desde 1703, quando foi assinado o Tratado de Methuen (panos e vinhos). Então, Napoleão proibiu os portugueses de fazer comércio com os ingleses. Na transferência da corte foram escoltados pelos britânicos. Ao desembarcarem no Brasil foram assinados dois importantes tratados comerciais:

- ✓ **1808: A abertura dos portos às nações amigas**. Permitia a realizar comércio com os ingleses. Na prática punha **fim ao pacto colonial.**
- ✓ **1810: Tratados de comércio e navegação com as nações amigas**. Concedia tarifas alfandegárias especiais aos ingleses que pagavam 15% de impostos sobre o valor. As outras nações pagavam até 60%. Ocorreu uma grande enxurrada de produtos ingleses no nosso mercado, o que atrasou nossa industrialização por quase 100 anos.

O período em que Dom João ficou no Brasil ficou conhecido como **Período Joanino**. Dom João realizou importantes mudanças como:

- ✓ Criação do Banco do Brasil.
- ✓ Casa da Moeda.
- ✓ Criação do Jardim botânico.
- ✓ Várias obras públicas.
- ✓ Escolas de estudos médicos e farmacêuticos no RJ e Salvador.
- ✓ Invasão militar da Guiana Francesa (retaliação à Napoleão) e da província cisplatina (atual Uruguai).
- ✓ Em 1815, elevou o Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves.

3.1. A REVOLUÇÃO DE 1817

As transformações pelas quais o Brasil passava pouco afetava o homem pobre. Tampouco fazia diferença para os escravos. Mas, quanto aos grandes proprietários escravistas, a situação era diferente, pois estão diretamente ligados ao poder político e várias mudanças estavam ocorrendo.

Foram beneficiados com a abertura dos portos e a possibilidade de um consumo mais refinado e ampliação da sua capacidade de negócios. Contudo, permaneciam afastados das decisões políticas e eram profundamente dependentes dos comerciantes portugueses.

A vinda da família real alterou profundamente a realidade cotidiana e o espaço urbano do Rio de Janeiro, que era a sede do poder político e administrativo, recentemente elevado à condição de Reino Unido, mas, para as outras províncias, a situação pouco se alterou. Para Pernambuco na verdade a exploração parecia ter aumentado. Esse foi o principal motivo da "Revolução" de caráter anticolonial e separatista (com o objetivo de separar-se de Portugal).

A presença maciça de portugueses na colônia, a partir de 1808, e a grande quantidade de regalias por eles conquistadas foram alguns dos motivos que levaram à insurreição de 1817. Se para os reinóis sobravam privilégios, para a elite agrária, longe dos benefícios da corte, restavam apenas cobranças e imposições.

Os comerciantes portugueses instalados principalmente em Recife, mas também em Olinda, continuavam tão monopolistas como antes. Controlavam a chegada de mercadorias e financiamentos de lavouras e a compra dos produtos agrícolas que seriam exportados pela Europa. Nesse momento os principais produtos de exportação do estado eram o Algodão e o Açúcar.

Somou-se a tal situação uma recessão da economia local, provocada pelas flutuações dos preços do algodão e do açúcar, principais produtos da região, além da queda da produção em decorrência da seca que assolava o Nordeste desde 1816. Isso atingirá diretamente os produtores rurais que entrarão em conflito com os comerciantes, compradores da produção, que com a queda dos preços, pagam cada vez menos. E seus produtos, os únicos disponíveis em razão do monopólio ainda praticado, continuavam com preços altos e a inflação avançava. Os preços dos escravos, por exemplo, que eram a base da agricultura de exportação de Pernambuco, estavam cada vez mais altos. Como se não bastasse, o déficit do Estado português levou o governo de D. João a impor taxações consideradas abusivas, fato que tornava ainda mais difícil a vida na região. O contexto econômico agrava a crise entre os grandes proprietários e comerciantes portugueses. Desenvolveu um sentimento **antilusitano** (contrário aos portugueses) muito forte.

Em resumo: A crise econômica e o monopólio do comércio pelos portugueses geraram as tensões que levaram a população a rebelar-se. Em Pernambuco eclodiu a primeira oposição armada

contra D. João VI. Tem início em março de 1817 e em pouco tempo difundiu-se por todo o território do Nordeste.

O movimento possuía forte influência do liberalismo e tinham como referência o processo de independência dos países vizinhos que se proclamaram repúblicas. Surgiram centros de propagação dos ideais iluministas. Como eram ideias proibidas e perseguidas, muitas delas eram sociedades secretas, como o **Areópago de Itambé**, que propagava as ideias anticolonialistas e não admitia portugueses em seus quadros.

Outro importante foco de propagação dos ideais emancipacionistas foi o seminário de Olinda. Um de seus membros foi participante da **Revolução de 1817**. Isso demonstra que apesar do Padroado (a associação entre a Igreja e Estado Português), que vigorou do início da colonização até a Proclamação da República, nem sempre o clero, sobretudo o baixo clero (padres e monges) se subordinavam a essa situação. A participação do clero católico foi fundamental em 1817 e 1824.

Há um episódio político do estado Pernambuco que é pouco explorado, mas tem profunda importância: **A Conspiração dos Suassunas**. Assim como foi a Inconfidência Mineira, foi um movimento de elite e não passou do plano conspiratório, sendo reprimido antes de eclodir qualquer movimento em massa. Os principais líderes da "Inconfidência dos Suassunas" foram três irmãos: **Francisco de Paula, Luiz Francisco de Paula e José Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque.** O nome Suassuna vem de engenho Suassuna, de propriedade de Francisco de Paula. O fracasso da conspiração teve consequências imediatas, com a perseguição de centros liberais. O aerópago foi fechado, ressurgindo depois novamente no engenho Suassuna. Apesar da repressão o seminário de Olinda cresceu com novos e numerosos adeptos.

Quando o movimento eclodiu, chegou a vencer tropas do governo de decretar um governo provisório. Foi instalado um governo republicano, adotou-se uma bandeira, substitui-se o tratamento pessoal tradicional de "senhor", pelo de "patriota" e "vós", numa imitação da Revolução Francesa, que trocou os símbolos nacionais franceses e pregavam novos valores republicanos.

O Governo Provisório ficou responsável pela elaboração de uma lei orgânica baseada nos princípios iluministas de liberdade de consciência, de imprensa e de culto, bem como na tese da soberania popular. Também consideraram que todos os estrangeiros seriam "patriotas" e a liberdade religiosa foi defendida, apesar de considerar a religião católica como oficial e com seu clero remunerado pelo Estado. E uma República com 3 poderes e o início da confecção de uma constituição do Estado por uma Assembleia Constituinte a ser convocada em um ano. Aboliram os impostos sobre os gêneros de primeira necessidade, mas a abolição da escravidão não foi levada em conta.

O governo republicano era constituído por cinco membros, moderados e radicais, nos moldes do Diretório da França. Os revoltosos também criaram um Conselho de Estado, onde expressaram alguns princípios do liberalismo, e estabeleceram uma série de medidas, como a adoção de uma

bandeira, o aumento dos soldos de oficiais e soldados, o fim de alguns impostos e a apreensão das propriedades dos negociantes que fugiram por causa da revolução.

As diferenças de opiniões entre os revolucionários em relação à escravidão, no entanto, enfraqueceram o movimento. Uma parte defendia o uso de cativos na luta contra as forçar realistas, enquanto a outra preferia não os utilizar por medo de ocorrer uma rebelião escrava como no Haiti. Para tentar amenizar a situação, o Governo Provisório proclamou a defesa da abolição "lenta, regular e legal" da escravidão, mas a decisão não foi suficiente para pôr fim às divergências.

Enquanto a euforia revolucionária e as dificuldades dominavam o Recife, organizava-se a repressão na Bahia e no Rio de Janeiro. Foi organizada uma forte repressão das tropas reais, sob direção de D. João, e o movimento foi rapidamente reprimido. Uma série de confrontos ocorreu entre os sublevados e as forças oficiais, até que, em maio de 1817, os insurretos foram vencidos.

Após essa Revolução, Rio Grande e Alagoas tornaram-se comarcas independentes de Pernambuco.

3.2. O Fim do Período Joanino e a Independência

Por volta do ano 1820, na cidade do Porto, Portugal, iniciou-se um movimento revolucionário que apresentou como exigências básicas o imediato retorno do Rei para a Europa e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. A assembleia seria a responsável por elaborar uma nova Constituição para Portugal e, dessa forma, dar fim ao absolutismo monárquico. As ideias revolucionárias espalharam-se rapidamente pelo país. A aprovação da sociedade ao movimento possibilitou formar um Governo Provisório encarregado de convocar as Cortes para dar início à elaboração da Constituição. A **Revolução Liberal do Porto**, que restabeleceu a Monarquia, no modelo constitucional, deu início à passagem efetiva do absolutismo para a ordem liberal, mas acabou impulsionado a emancipação política do Brasil.

D. João VI, então, voltou para Portugal e deixou aqui seu filho, Pedro I, como príncipe regente. A corte portuguesa pretendia recolonizar o Brasil, ameaçando a autonomia brasileira conquistada no período joanino, rebaixando da condição de Reino Unido a Portugal e Algarves para a condição de colônia novamente. Exigiu o retorno do príncipe, que se negou a voltar e passou a tomar medidas que irritaram as cortes: Equiparou as forças armadas do Brasil às de Portugal e estabeleceu que nenhuma ordem portuguesa seria cumprida sem sua aprovação. Recebeu apoio dos grandes fazendeiros que eram a favor da independência. Dom Pedro, em 9 de janeiro de 1822, declarou que ficaria no Brasil, apesar dos apelos da corte (dia do fico). D. Pedro havia recebido uma petição pública com 8 mil assinaturas, conhecida como Petição do Fico, pela qual os brasileiros pediam ao príncipe

regente que ficasse no Brasil e apoiasse a consolidação da independência. Em setembro recebeu uma comunicação para seu retorno imediato, sob o risco de invasão militar.

Em 7 de setembro de 1822 proclama a Independência do Brasil. Foi um processo pacífico (não houve guerras), elitista (comandados por D. Pedro e os grandes fazendeiros; não teve participação popular), ocorreu a manutenção do nosso território e a escravidão não foi abolida.

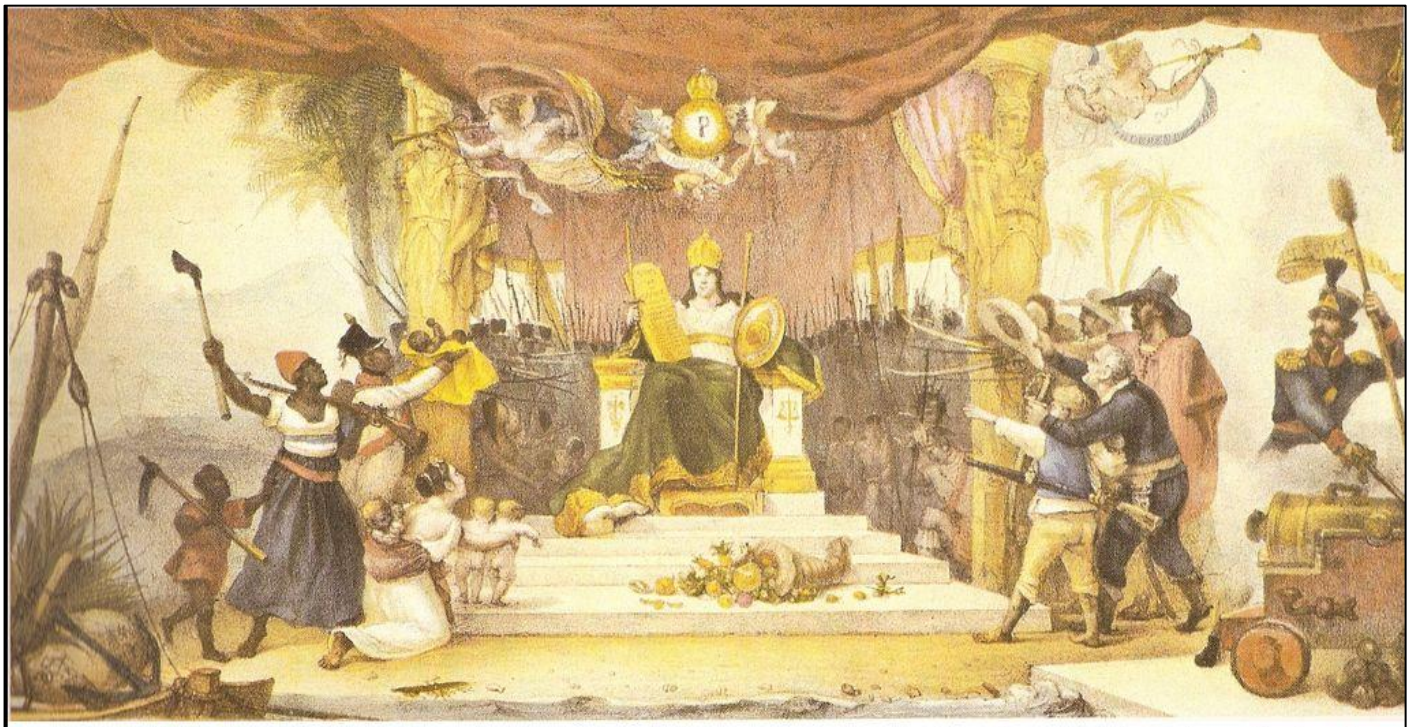
3.3. Organização do Império Brasileiro: Primeiro Reinado

Com o Brasil independente, vários desafios se colocaram diante de D. Pedro, que foi coroado como Imperador do Brasil. Seu reinado foi curto, pois durou de 1822 a 1831 quando devido à queda de sua popularidade foi obrigado a abdicar o trono.

O Estado brasileiro nasceu comprometido com a preservação dos privilégios de um segmento social elitista, que viu na permanência da monarquia uma maneira de manter suas vantagens sociais, políticas e econômicas e de se ver livre da ameaça da fragmentação política e territorial do país.

Após a emancipação política do Brasil, a organização do Estado tendeu para uma monarquia constitucional de caráter autoritário, nos moldes daquelas que a Europa conheceu após o Congresso de Viena. Era necessário escrever uma Constituição para o Brasil. Em 1823 foi **promulgada** (votada) uma Constituição que ficou conhecida como **Constituição da mandioca**, pois previa voto censitário (o eleitor para votar tem que ter determinada renda anual que era calculada pela quantidade de mandioca plantada, por ser o alimento dos escravos). Esta constituição possuía a divisão do país em 3 poderes (executivo, legislativo e judiciário) e limitava os poderes do imperador.

D. Pedro não gostou disso e **dissolveu a Constituição da mandioca**. Aliado ao grupo conservador, D. Pedro I tomou medidas destinadas a manter no Brasil um “liberalismo” moderado, que garantisse a soberania do monarca sobre os representantes da nação. Em paralelo, negociava-se o reconhecimento internacional da independência brasileira, contando com o apoio dos EUA e da Inglaterra, ambos interessados nas relações comerciais com a jovem nação (somente em 1825 Portugal reconheceu a independência de sua ex-colônia, mediante uma indenização de 2 milhões de libras, pagas por meio de um empréstimo fornecido pela Inglaterra).



JEAN-BAPTISTE DEBRET: *Pano de Boca executado para a representação extraordinária dada no Teatro da Corte por ocasião da Coroação do Imperador D. Pedro I*
Litografia em *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*

D. Pedro I lançou em 1824 uma nova **constituição outorgada** (imposta). A Constituição outorgada estabelecia como forma de governo uma monarquia hereditária, constitucional e representativa. Definia que o Estado brasileiro possuía 4 poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário e mais um quarto, que era o **Poder Moderador**. Este poder era representado pela figura do Imperador, que passava a ter poderes quase absolutos. De acordo com esta Constituição, ele podia dissolver o parlamento (câmara dos deputados) quando quisesse e convocaria novas eleições, poderia barrar qualquer medida que não concordasse. Só havia deputados federais e as províncias não poderiam eleger representantes locais. Os governadores de província eram indicados pelo Imperador e os senadores tinham cargo vitalício.

Nessa estrutura unitária e centralizada, as províncias não tinham autonomia política, sendo administradas por presidentes escolhidos pelo Imperador. O corpo legislativo estava constituído em um sistema bicameral: um Senado vitalício e uma Câmara de Deputados eleita pelo voto censitário. O sistema de voto era indireto, dividido em dois momentos. Na primeira fase (eleições primárias), os cidadãos brasileiros que tivessem a renda anual fixada na lei escolhiam o corpo eleitoral, que, numa segunda fase, elegeria os deputados e senadores.

A Igreja Católica permaneceu como religião oficial, sendo permitido o culto a outras crenças religiosas apenas em ambiente doméstico. Por meio do regime de **Padroado**, o Imperador podia nomear os bispos e outros membros da hierarquia eclesiástica.

A Constituição de 1824 vigorou até o final do Império. Ela conservou algumas disposições discursivas em seu anteprojeto e teve caráter contraditório. Ao mesmo tempo que mantinha, em linhas gerais, as influências do liberalismo, apresentava traços marcantes de autoritarismo, por meio do Poder Moderador, que centralizava importantes decisões na figura do monarca.

✓ Queda da Popularidade de D. Pedro e a Abdicação.

Vários fatores contribuíram para desestabilizar o governo de D. Pedro I. Além dos custos da Guerra da Cisplatina (território do atual Uruguai) e da repressão à Confederação do Equador (como veremos a seguir), uma grave crise econômica afetou o império brasileiro. As camadas populares eram as mais afetadas pela crise econômica e pelo aumento de preços dos produtos de consumo básico, aumentando ainda mais a impopularidade de D. Pedro I.

Com seu espaço político cada vez mais reduzido e interessado em intervir diretamente na sucessão portuguesa, D. Pedro I abdicou, em 7 de abril de 1831, em favor do filho Pedro de Alcântara, que tinha 5 anos. A abdicação significou uma vitória para os setores agrários e outros grupos sociais que se proclamavam adeptos do "liberalismo".

Como estabelecia a Constituição de 1824, no caso de menoridade do herdeiro do trono, o governo brasileiro foi assumido por uma Regência provisória, eleita pela Assembleia Geral.

LEITURA OBRIGATÓRIA

"Os limites do liberalismo brasileiro"

"Depois da independência, as fórmulas amplas e universalizantes do liberalismo retórico foram definidas nos seus termos concretos, ficando evidentes os seus limites. A partir de então, ficaria claro para quem e por quem tinha sido o país feito independente. Para as elites que tiveram a iniciativa e o controle do movimento, liberalismo significava apenas liquidação dos laços coloniais. Não pretendiam reformar a estrutura de produção nem a estrutura da sociedade. Por isso a escravidão seria mantida, assim como a economia de exportação. Por isso o movimento de independência seria menos antimonárquico do que anticolonial, menos nacionalista do que antimetropolitano. Por isso também a ideia de separação completa de Portugal só se configurou claramente quando se revelou impossível manter a dualidade das coroas e, ao mesmo tempo, preservar a liberdade de comércio".

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república:* momentos decisivos. 8 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2007. p. 39.

4. A Confederação do Equador (1824)



O ato de dissolver a constituição de 1823 gerou muitas revoltas, e no Nordeste eclodiu uma revolta separatista contra o autoritarismo de D. Pedro I: **A confederação do Equador**.

A Confederação do Equador foi uma revolta republicana que chegou a se separar do império, mas foi sufocada pelas forças armadas.

Além das divergências políticas, as dificuldades econômicas enfrentadas pela região em decorrência da queda do preço do açúcar e do algodão, dos elevados impostos e do aumento do valor dos escravos e dos gêneros alimentícios motivaram a eclosão de uma violenta reação contra o poder imperial.

O fato é que com a independência as províncias não passaram a ter mais liberdade, o que era uma reinvindicação dos liberais. Na verdade, a liberdade tendia a diminuir com as mostras do autoritarismo e do pensamento conservador centralista (que defendia todo o poder concentrado na capital do país, sem autonomia provincial). Os presidentes de província, de acordo com a constituição outorgada de 1824 seriam indicados pelo imperador. Ocorreram muitos protestos contra a nomeação de **Pais Barreto**. O mesmo ocorreu na Paraíba e no Ceará.

Em Pernambuco a reação mais incisiva foi de **Manoel Carvalho Andrade**, um liberal que participou da Revolução de 1817 e se exilou nos EUA. Lá sua convicção liberal republicana se consolidou. Ele lidera a resistência contra o imperador: A confederação do Equador, que eclodiu em 1824. Foi muito importante o papel da imprensa liberal, e destacadamente de dois jornais: *O sentinela da liberdade,* na guarita de Pernambuco, de Cipriano Barata, e o *Typhis Pernambucano*, dirigido por **frei Caneca**. Realizaram um levante contra o governo do conservador Barreto e seus aliados que era conhecido como a **"junta dos matutos"** instalaram uma junta governativa na cidade de **Goiana**.

Os rebeldes da confederação do equador não pretendiam repetir os erros cometidos na revolução de 1817, e evitaram ficar no isolamento. Conclamaram o levante dos estados do Nordeste e o apelo foi seguido pelo Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí e Paraíba, que formaram a confederação do Equador.

Dom Pedro I reagiu violentamente e usou o máximo da força disponível. Saíram tropas por terra e mar para combater os revoltosos. As condenações foram severas. Frei caneca por sua destacada ação política liberal foi condenado à forca. Era tão querido e popular que os carrascos se recusaram a matá-lo. Foi morto por fuzilamento. Mesmo destino teve Manoel Carvalho. Apesar da confederação do Equador ter sido derrotada, continua crescente a oposição ao autoritarismo do imperador.



"A aspiração federalista no Norte"

"[...] o que estava em questão ultrapassava a passiva aceitação do processo de montagem do Estado nacional tal como vinha sendo conduzido pelo imperador e seus seguidores. Por isto mesmo, as lutas que se deram nas então províncias do Norte, entre as diversas facções civis e militares, muitas com claro componente étnico, não foram apenas lutas locais nem expressavam um separatismo antinacional de um lado e o unitarismo de outro. Os que recusavam submeter-se à política imperial não recusavam a unidade nacional, recusavam uma política que ciam como a expressão do antigo absolutismo e que ameaçava conquistas liberais às quais não queriam renunciar e desejavam levar adiante. O espaço da luta era o das províncias, mas seu significado era nacional".

BERNARDES, D. A gente ínfima do povo e outras gentes na Confederação do Equador. In: DANTAS, Mônica Duarte. *Revoltas, motins, revoluções:* homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011. p. 151-152.

5. A Impopularidade de D. Pedro e a Abdicação

Entre as medidas impopulares podemos citar a **Guerra da Cisplatina**. D. João VI invadiu a Cisplatina em 1821, que integrava a América espanhola, o que culminou na guerra da independência daquela província durante o governo de D. Pedro I. O então imperador enviou tropas sem ter recursos financeiros. Foi gasta uma enorme soma e morreram milhares de pessoas. A população era radicalmente contra o conflito.

D. João VI morre na Europa e ocorre uma **crise sucessória no trono português**. D. Pedro é o herdeiro direto. Os brasileiros temeram que assumisse o trono, mas abdica em favor de sua filha, que leva um golpe do irmão do rei. Neste contexto o imperador envolveu-se mais nas questões políticas portuguesas, que brasileiras.

Além disso, a crise econômica só agravava. O volume crescente de produtos importados encontrados no território do Brasil, principalmente os de origem inglesa, atestava o crescimento das importações brasileiras em detrimento das exportações. O desequilíbrio na balança comercial levou o governo imperial a recorrer a empréstimos externos com a Inglaterra, agravando a crise econômica do período.

A agricultura, base de sustentação da economia brasileira, enfrentava uma situação crítica devido à concorrência internacional e às questões internas, como a baixa inovação nas técnicas de produção, a falta de capitais e a carência de mão de obra, notadamente nas regiões Norte e Nordeste. No Sudeste, o café, apesar de cultivado no Brasil desde o século XVIII, ainda não era considerado àquela altura o ponto forte da economia.

A popularidade de D. Pedro só caía e os jornais o atacavam profundamente. Sua imagem ficou ainda mais desgastada com o assassinato do jornalista Líbero Badaró, em novembro de 1830, em São Paulo, que era um opositor público do autoritarismo do Imperador. No início do ano seguinte, em viagem a Minas Gerais, D. Pedro I foi recebido com frieza, vendo as portas e janelas fechadas nas casas da província. Irritado, ele retornou ao Rio de Janeiro. Lá, os portugueses prepararam-lhe uma grande recepção, o que desagradou profundamente os brasileiros. Esse acontecimento culminou na **Noite das Garrafadas**, quando os dois grupos se enfrentaram pelas ruas da cidade.

Diante da tremenda oposição e impossibilidades de governar, abdicou do trono em favor de seu filho, D. Pedro de Alcântara, que na época tinha 5 anos de idade. A constituição só permitia a coroação na maioridade do herdeiro. Foi então declarada uma **regência**, governantes que estariam no poder enquanto o D. Pedro de Alcântara crescia.

5.1. Do Período Regencial ao Segundo Reinado (até 1850)

Foi o período do governo de D. Pedro II. Está entre os monarcas que ficaram mais tempo no poder. Foi um período de **estabilidade política**, crescimento econômico devido ao **ciclo do café**, de modernização, com a instalação das primeiras **ferrovias**, da **Guerra do Paraguai**, da abolição **da escravidão** e da **migração europeia** para o Brasil. Vamos nesta aula focar nos primeiros anos do segundo Reinado, enquanto ainda havia uma forte contestação do poder imperial.

A abdicação de D. Pedro I consolidou o processo de independência política brasileira. Os portugueses que ocupavam cargos públicos foram substituídos por cidadãos brasileiros, que organizaram grupos políticos para atuar nas novas regras do jogo de poder. Durante o Período Regencial (1831-1840), o poder foi disputado pelos liberais moderados, liberais exaltados e restauradores.

O Período Regencial teve uma duração razoavelmente curta, mas, de toda forma, ao longo desse período o Brasil possuiu quatro regências diferentes, as quais podem ser utilizadas como marcos divisórios do Período Regencial. Os quatro períodos foram:

- ✓ Regência Trina Provisória (1831)
- ✓ Regência Trina Permanente (1831-1834)
- ✓ Regência Una de Feijó (1835-1837)
- ✓ Regência Una de Araújo Lima (1837-1840)

A grande marca do Período Regencial foram as revoltas provinciais, que aconteceram em diversos locais do país. Essas revoltas envolviam insatisfações políticas com os rumos que o país tomava, além das disputas políticas locais, insatisfação popular com a pobreza e a desigualdade etc. Ao longo do Período Regencial, as principais revoltas que aconteceram foram:

- ✓ **Cabanagem:** rebelião que aconteceu no Grão-Pará entre 1835 e 1840 em razão da insatisfação popular com a pobreza e a desigualdade e por disputas políticas locais.
- ✓ **Balaiada:** rebelião que aconteceu no Maranhão entre 1838 e 1841 e foi resultado de disputas políticas locais.
- ✓ **Sabinada:** foi uma rebelião de caráter separatista que desejava implantar uma república na Bahia. Aconteceu entre 1837 e 1840.
- ✓ **Revolta dos Malês:** foi uma rebelião de escravos que aconteceu em Salvador em 1835.
- ✓ **Revolta dos Farrapos:** foi uma revolta motivada por insatisfações da elite local com o governo por questões políticas e econômicas. Estendeu-se de 1835 a 1845.

O fim do Período Regencial foi resultado da disputa política entre liberais e conservadores. Os liberais insatisfeitos com a regência de Araújo Lima, um conservador, reagiram defendendo a

antecipação da maioridade do príncipe do Brasil, Pedro de Alcântara: o futuro D. Pedro II. Os liberais conseguiram conquistar o apoio da maioria dos deputados e senadores e realizar o Golpe da Maioridade em 1840.

Com esse golpe, Pedro de Alcântara teve a sua maioridade antecipada e tornou-se imperador do Brasil com 14 anos de idade. Esse ato iniciou o Segundo Reinado e deixou os liberais satisfeitos porque foi retirado o poder das mãos dos conservadores. Os liberais também esperavam que a coroação do imperador colocasse fim à série de revoltas provinciais que aconteciam no país.

Logo no início do Segundo Reinado os movimentos separatistas foram sufocados pelas tropas imperiais. Encerram-se as guerras civis e o país é pacificado. D. Pedro instituiu o parlamentarismo, mas ficou conhecido como **parlamentarismo às avessas**. Isso porque no modelo inglês (o primeiro), o rei é uma figura diplomática e simbólica e quem governa é o primeiro ministro, que é indicado pelo parlamento. Aqui no Brasil o rei era o 4° poder (o poder moderador) e o primeiro ministro era indicado por ele. As disputas políticas eram ferozes entre os liberais e os conservadores. Para amenizar as disputas políticas o imperador instituiu o **ministério da conciliação**. A cada ano o ministério era trocado e alternado. Um gabinete era conservador e o outro ano liberal. Foi assim até a proclamação da república.

Foram tomadas várias medidas para estabilizar e consolidar o império. Havia ainda uma certa indecisão política quanto aos rumos do país, e os movimentos liberais republicanos tiveram uma ascensão. Em Pernambuco eclodiu a **Revolução Praieira em 1848.**

5.2. A Revolução Praieira (1848)

Desde 1837, Pernambuco era governado por Francisco do Rego Bastos, pertencente à oligarquia açucareira. Ao longo de seu mandato, o presidente da província manteve uma postura conciliatória em relação à oposição liberal. Porém, em 1842, a situação se alterou. Muitos membros do Partido liberal se rebelaram porque nem todos os aliados de Rego Bastos tinham acesso aos cargos do governo e a outros benefícios. Esses liberais mais radicais divulgavam suas ideias pelo jornal *Diário Novo*, situado na Rua da Praia, no Recife. Por isso, tornaram-se conhecidos como praieiros.

A Revolução Praieira foi a última a questionar a monarquia enquanto pacto político de governança. A Revolução Praieira foi um movimento de caráter liberal e federalista que eclodiu na província de Pernambuco, no Brasil, entre 1848 e 1850. Ocorre pouco após a Regência, num período de afirmação do Estado Imperial, no segundo reinado. Tinha forte caráter liberal, mas também muito elitista, mesmo que tenha tido participação das camadas populares. A monarquia brasileira era duramente contestada pelas novas ideias liberais da época. Era muito grande a insatisfação com o

governo imperial, pois todas as decisões tomadas no período regencial (de 1831 a 1840) tinham que ser submetidas ao imperador. Os brasileiros reivindicavam maior força frente aos comerciantes portugueses (que ainda dominavam a economia local) e a população pobre lutava por melhores condições de vida.

Foi um momento de grande convulsão social em que a população aderiu ao conflito político articulado pelas elites liberais republicanas. É uma revolta motivada por questões políticas ligadas ao poder do Estado. Uma revolta entre as elites liberais e as elites conservadoras (chamados naquele contexto de **Gabirus**). A concentração de terras e o grande poder político e econômico da família Cavalcanti estão no centro do conflito. Eram à época donos da maioria dos engenhos do estado e eram os líderes do partido liberal. Sobe ao poder como govenador da província o conservador Rego Barros, que foi marcado por grandes negociatas secretas entre os conservadores e os liberais (que eram "*farinha do mesmo saco*", numa expressão da época. Divergiam quanto ao controle do poder). O governador conservador, Rego Barros, foi acusado de favorecer os Cavalcanti na distribuição de cargos políticos e contrabando de escravos. Ocorreu uma forte luta jornalística na imprensa local e o partido liberal sofreu um racha político e dele saiu o **partido da Praia.**

O Partido da Praia fez sua plataforma política na denúncia das práticas corruptas de contrabando e favorecimento que foram praticadas entre os liberais e conservadores. Em 1844 o partido se fortalece muito com a eleição de deputados, a indicação naquele ano de um ministério liberal (que apesar de terem saído dele, possuíam um certo alinhamento) e o presidente de província indicado pelo imperador também era liberal.

Os praieiros chegaram ao poder em 1845, com a nomeação de Antônio pinto Chichorro da Gama para a presidência da província. No poder o partido da praia envolveu-se em vários casos de corrupção e realizaram práticas políticas muito parecidas com as práticas corruptas de seus antecessores. Durante o período de ascensão do partido da praia surge um caos administrativo (devido às práticas corruptas de despedir todo o quadro do funcionalismo que pertencia a oposição. Prática que era sempre presente), com altos gastos públicos aumentaram os impostos e ocorreu inflação, que penalizou os pobres. Em 1847 começam manifestações e revoltas populares, que possuíam um profundo **sentimento antilusitano**.

Em 1848, Chichorro da Gama foi destituído do poder pelo governo central, desencadeando uma rebelião armada. Em fevereiro de 1849, os praieiros atacaram Recife. Eles não chegaram a tomar a cidade, pois foram detidos pelas forças governistas, o que esfacelou o movimento.

Ocorreram fortes enfrentamentos entre os praieiros e os gabirus (conservadores). O Partido da praia se aliou aos liberais radicais, que lançaram o **Manifesto ao Mundo** em 1° de janeiro de 1849. As principais exigências do texto eram:

- ✓ Voto livre e universal do povo brasileiro.

- ✓ Plena liberdade de comunicar os pensamentos pela imprensa.
- ✓ Trabalho como garantia de vida ao brasileiro (não significa abolição da escravidão).
- ✓ Extinção do poder moderador.
- ✓ Reforma no judiciário para assegurar as garantias individuais dos cidadãos.

Há uma influência dos movimentos revolucionários europeus de 1848, e alguns interpretes da revolução praieira sugerem que possa ter influência das ideias socialistas. Ela se caracteriza fundamentalmente pelo liberalismo republicano, e talvez somente as ondas políticas que motivam as paixões de liberdade tenham influenciado o movimento. As ideias socialistas chegaram a ser discutidas, mas não foram incorporadas pelos praieiros. Os conflitos armados foram encerrados em 1850. Mesmo com a participação de alguns elementos populares, motivados pela carestia (altos preços) e pobreza em geral, a abolição da escravidão não era um consenso, e o projeto era de Pernambuco livre, mas não tinham um projeto nacional.

Nos combates e nas execuções que se seguiram, o movimento praieiro deixou mais de 800 mortos, entre rebeldes e governistas. Foram fortemente reprimidos e dos líderes aprisionados, 10 foram condenados à prisão perpétua, mas obtiveram anistia em 1851.

LEITURA OBRIGATÓRIA

"O manifesto dos praieiros"

"Quando de todos os pontos do império se levantam queixumes contra a política da corte, acusando-a de egoísta e eminentemente maligna às províncias [...], deixando-as arrastarem-se no pó da miséria, sem cultura, sem adiantamento, ao passo que chama todos os seus recursos para o Rio de Janeiro, e lá os consome em festas, cortejos e bailes; responde-se que esses queixumes são injustos e puros inventos de espíritos turbulentos e inovadores, pois o governo trata com igual cuidado das necessidades de todo o Brasil. Entretanto aqui estão os fatos falando mais alto que todas as vozes do servilismo; aqui está uma população de cinco milhões de habitantes exposta a toda casta de sofrimentos, [...] sem direitos, sem liberdade [...].

Forte por sua posição, [...] a província de Pernambuco é uma das que tem mais experimentado os efeitos da ferrenha política dessa corte madrasta; somos nós os pernambucanos aqueles sobre quem a tirania tem mais cruelmente desfechado seus golpes de extermínio. [...]

Cansada toda a província de tanto sofre; vendo inteiramente anuladas todas as condições do sistema constitucional, [...] a um só grito de cooperação – às armas – ecoou em todos os pontos da província; os pernambucanos [...], de modo que soem inspirar o patriotismo

e a razão, derramam o seu sangue em prol da [...] regeneração da província, e sem dúvida do Brasil inteiro [...].
Viva a liberdade!
Viva a assembleia nacional que nos há de salvar.
Viva os pernambucanos que hão de sustentar as reformas".

A bandeira do movimento liberal. *Diário novo*. Pernambuco, 30 dez. de 1848. Disponível em: <http://hermerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 4 abr. 2013.

6. O Processo de Abolição da Escravidão

O fim da escravidão no Brasil ocorreu em 13 de maio de 1888. O último país da América a abolir a escravidão. Foi o resultado de um processo que teve seu início no ano de 1850, com a promulgação da lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico de escravos. Podemos caracterizar o processo de abolição da escravidão como *gradual*, pois foi um lento processo legislativo e intelectual associado às práticas da resistência dos negros à escravidão e as transformações que estavam ocorrendo na economia e políticas nacionais. Vamos analisar melhor este processo:

Durante o século XIX a economia brasileira era totalmente dependente da Inglaterra. Esta dependência remonta ao ano de 1808 quando a Família **real portuguesa se transferiu junto com a corte para o Brasil**, e assim o príncipe regente D.João VI declarou a "abertura dos portos às nações amigas". Em 1810 assinou com os ingleses os **"tratados de comércio e navegação com as nações amigas"** (Lembre-se que neste contexto a corte foi transferida devido às ameaças de Napoleão Bonaparte e foram escoltados pela marinha inglesa). Desde esta época éramos totalmente dependentes da importação dos industrializados ingleses e nossa diplomacia era normalmente alinhada com os interesses ingleses.

Já na época dos tratados de comercio e navegação, constava uma cláusula em que o Brasil se comprometia a dar início ao processo do fim da escravidão abolindo o tráfico de escravos. Em 1831 é promulgada uma lei no império que não foi cumprida. Ela foi aprovada mais para atender às pressões inglesas. Essa e outras medidas tomadas com o intuito de aparentar uma iniciativa pelo fim da escravidão ficaram conhecidas como **leis para inglês ver**.

A balança comercial brasileira passava por frequentes déficits por volta da quarta década do século XIX. Era ainda o início do cultivo do café no RJ e as receitas do Estado Monárquico dependiam bastante dos impostos de importação (já que éramos pouco industrializados e nossos produtores rurais possuíam muitos privilégios fiscais e econômicos). No ano de 1844 o então ministro da fazenda Manuel Alves Branco que criou uma nova tarifa protecionista. Os ingleses tinham privilégios nos impostos que eram impressionantes. Pagavam uma taxa de 15% ad valorem (sobre o valor do produto). Para termos uma ideia, quando esta taxa foi instituída nos tratados de 1810, Portugal pagava 16% para exportar para o Brasil que era seu próprio território. Era uma forma de além de aumentar a arrecadação do Estado servia de estímulo a iniciativa da indústria nacional, que ainda não havia se desenvolvido por ser muito pouco competitiva. Foi criada a tarifa Alves Branco, uma tarifa protecionista que aumentava os impostos sobre os produtos ingleses. Como vimos anteriormente, a Inglaterra reagiu violentamente e determinou o **Bill Aberdeen**: A Inglaterra declarou que derrubaria todos os navios negreiros brasileiros em qualquer ponto entre a África e nossa costa. A reação inglesa estimulou a criação em **1850 da lei Eusébio de Queiroz** (Abolição do tráfico negreiro), que desta vez foi posta em prática.

6.1. Por que trouxeram Europeus?

Havia muitas pessoas para trabalhar no Brasil. Então por que trazer europeus? A resposta poderá ser encontrada nas correntes do pensamento científico da época. Havia uma corrente de pensamento que ficou conhecida como **Darwinismo Social**. Eram teorias pseudocientíficas (falsas cientificamente) e racistas que eram bastante aceitas na época. A miscigenação era vista como ruim e os negros, ameríndios e asiáticos eram raças inferiores e eram dominadas pelos brancos europeus porque eles eram raças mais evoluídas. Era esse pensamento que justificava a dominação europeia pelo mundo. Surgiu no Brasil a chamada **Teoria do Branqueamento**, que sugeria que para o Brasil desenvolver uma nação evoluída deveria miscigenar a população com europeus para que ela fosse se embranquecendo. Essas teorias foram muito aceitas até o início do século XX.

Surgiu na época o **Movimento Abolicionista**. Entre seus principais nomes estavam o deputado nordestino **Joaquim Nabuco**, o Jornalista e advogado negro **Luís Gama**, o poeta **Castro Alves**.

Havia uma preocupação entre os conservadores do processo abolicionista que ela acabasse rapidamente. Entre 1850 e 1888 foram também aprovadas a **lei de 1871 do ventre livre**, de **1885 dos Sexagenários**. Leis que foram feitas mais para aplacar as exigências populares que efetivamente para dar fim a escravidão. Em **1888** à contragosto dos grandes cafeicultores cariocas foi assinada pela princesa Isabel a **Lei Áurea**.



1850: Lei Eusébio de Queiroz.
1871: Lei do Ventre Livre.
1885: Lei dos Sexagenários.
1888: Lei Áurea.

Quando finalmente foi criada a lei que abolia definitivamente a escravidão, ela já havia se tornado inviável. Com a diminuição do número de escravos, eles se tornaram muito caros, e o trabalho das fazendas paulistas que concentravam os imigrantes italianos tinham se mostrado muito mais produtivas e viáveis. A escravidão por fim já era um mal negócio

6.2. Heranças da Escravidão na Cultura e Sociedade

De acordo com Gilberto Freyre o Brasil é a síntese cultural do europeu, africano e indígena. Do europeu herdamos a forma de organização do Estado, Religião, modo de produção. Aos indígenas devemos grandes contribuições linguísticas, alimentares (a mandioca e derivados, por exemplo) e o hábito de banho diário. Ao africano devemos nossas raízes culturais mais profundas. A influência não somente no vocabulário, mas também do jeito de falar, a doçura das palavras e o amolecimento dos termos. Nossos ritmos são muito influenciados (samba e percussões regionais), nossa alimentação (feijoada, acarajé), a religiosidade popular, e o jeito de ser do brasileiro, bastante alegre, receptivo e emotivo. Podemos considerar estas heranças como positivas, mas há as marcas negativas e deletérias deixadas pela escravidão. Talvez a mais evidente seja o racismo.

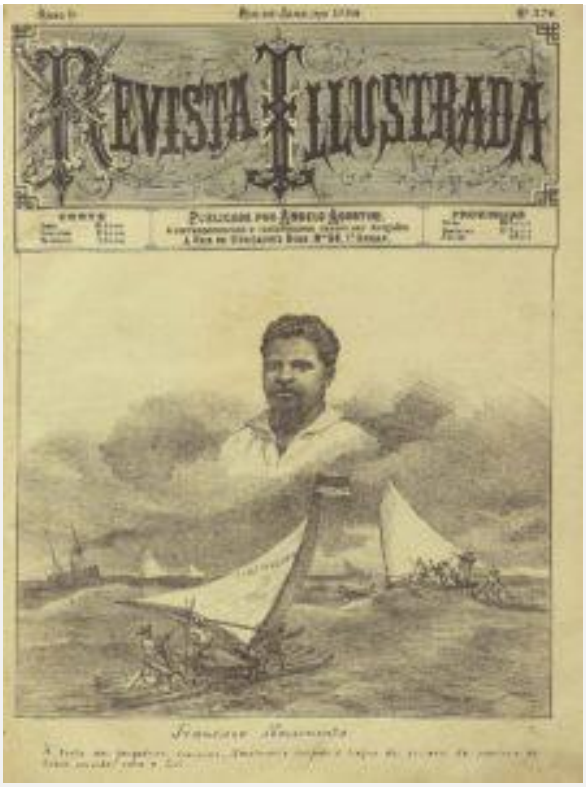
Devemos destacar a dificuldade de desenvolver a cidadania para muitos afrodescendentes, que após a abolição da escravidão foram abandonados e amontoados em cortiços urbanos ou nas periferias, e numa ordem capitalista competitiva em que estavam inseridos. Vão passar por muitos rigores e desvantagens em um país, principalmente naquela época muito racista, e vão ter muita dificuldade de superar estes obstáculos impostos e desenvolver sua cidadania plena, tendo acesso ao ensino superior, trabalho digno e moradia. Podemos citar também, a sexualização do negro, e suas descrições na literatura como exótico. Outra marca bastante profunda é ligada a forma como o trabalho é visto pelas pessoas.

A cultura brasileira se formou sob uma situação em que todo o trabalho braçal era realizado por escravos e foi inevitável que desenvolvessem as elites e uma cultura social nacional de aversão a trabalhos manuais. Isso ocorre devido a muito tempo estas atividades serem feitas por escravos, daí a associação.

LEITURA OBRIGATÓRIA

"A província do Ceará e a abolição"

"O Brasil comemora no dia 13 de maio a abolição da escravidão no país, oficializada pela Lei Áurea, em 1888. O que muitos desconhecem é que o estado do Ceará aboliu a escravidão quatro anos antes da Lei Áurea. Em 25 de março de 1884, o presidente da província, Satiro de Oliveira Dias, declarou a libertação de todos os escravos do Ceará, tornando o estado o primeiro a abolir a escravidão no país.
Isso foi possível graças a Francisco José do Nascimento, também conhecido como Dragão do Mar ou Chico da Matilde. Homem de origem humilde, jangadeiro e abolicionista, teve participação ativa no Movimento Abolicionista no Ceará.



Capa da Revista Ilustrada v.9 nº 376 ano 1884

Francisco José era chefe dos jangadeiros e, em 1881, convenceu os colegas jangadeiros a se recusarem a transportar para os navios negreiros os escravos vendidos para o sul do Brasil.

A ação repercutiu no país e somada às ações dos outros abolicionistas do Ceará, que pertenciam à elite econômica e intelectual do estado, levou ao fim da escravidão no Ceará.

A ação iniciada pelo dragão do Mar foi tão importante que Angelo Agostini (desenhista ítalo-brasileiro) registrou o fato na capa da Revista Illustrada, com uma ilustração alegórica de Francisco Nascimento, com a seguinte legenda: "À testa dos jangadeiros cearenses, Nascimento impede o tráfico dos escravos da província do Ceará vendidos para o sul".

Francisco José do Nascimento virou um símbolo da resistência popular cearense contra a escravidão, e foi homenageado pelo governo do Ceará, com seu nome dado ao Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, pelo que ele e seus colegas realizaram em nome da liberdade, em 1881, na Praia de Iracema. Francisco faleceu em Fortaleza em 05 de março de 1914".

GARCIA, Maria Fernanda. *Dragão do Mar fez Ceará abolir a escravidão 4 anos antes da Lei Áurea*. 2018. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/dragao-do-mar-fez-ceara-abolir-a-escravidao-4-anos-antes-da-lei-aurea/>. Acesso em: 13 dez. 2019.

7. PARAÍBA DURANTE O IMPÉRIO

Consolidada a conquista da Paraíba devemos nos ater que seu processo histórico e social não esteve desvinculado de acontecimentos ligados à centralidade do poder político no Brasil e os eventos ocorridos em outras regiões. Logo, sua história apresenta diálogos com o que podemos chamar de micro-história, ou seja, movimentos políticos e sociais internos ao seu território e também com desdobramentos de temas que envolvem análises externas como as agitações no entorno dos movimentos liberais, a construção da ordem com cunho de formação nacional e a crise agrária.

Ao considerarmos os movimentos liberais devemos relacioná-los com os eventos e características presentes na **Revolução de 1817**, a **Confederação do Equador** e a **Revolução Praieira** no ano de 1848, movimentos esses categorizados pela luta contra um modelo político centralizador.

O espaço colonial paraibano ficou conhecido por suas riquezas durante a colônia, fato que promoveu a exploração da região por considerável tempo no decorrer da colônia. Como exemplo dessa exploração podemos citar a retirada de recursos promovidos pela família real, destinados para a indenização portuguesa aos holandeses na sua expulsão dourada, além de sustentar a corte no Rio de Janeiro e custear a volta de D. João VI a Portugal após o evento da Revolução do Porto.

Devido a esse processo de retirada de riquezas, podemos entender a formulação da mentalidade libertária no espaço local da Paraíba e sua articulação com as regiões do Rio Grande do Norte, sul do Ceará e também Pernambuco. Sendo anexada administrativamente por essa última capitania (século XVIII) a Paraíba teve internamente suas particularidades para a estruturação e organização de questionamentos e resistências locais. Contudo, esse liberalismo não se igualava ao europeu já que manteve características da elite brasileira como elementos políticos escravistas e católicos, ao mesmo tempo em que propunham o modelo republicano e a crítica à centralização.

Os anos passados entre 1817 e 1822 foram caracterizados por movimentações turbulentas, ocorrendo confrontos entre as juntas governamentais e a deposição das autoridades metropolitanas que promoveram confrontos entre autonomistas e colonialistas no interior paraibano. Os resultados dos eventos da Revolução de 1817 ainda se faziam presentes no cotidiano da elite local, que teve considerável perda de seus bens e posições sociais. A região paraibana sofria influencias de movimentações próximas como, por exemplo, em Pernambuco e também com a instalação da junta de Goiana e da Junta do Recife, e de eventos mais distantes, como questões que envolvem a Corte e Portugal, pelo fato do movimento constitucionalista do Porto, que veio a auxiliar no desmoronamento de uma monarquia absolutista já fragilizada em suas terras colonizadas.

Logo após a independência de Portugal, as movimentações e disputas continuam a ter evidências, entre essas, a disputa entre imperador e a Constituinte, que expressava a dificuldade de conciliação entre a soberania do rei e a soberania do povo, que demonstrou problemáticas e

disputas nos princípios de organização política na busca pela negociação da autonomia política no Brasil. Aqui ainda se tinha grande desconfiança em relação ao processo de recolonização que durou até a morte de D. Pedro I no ano de 1834.

No mesmo contexto, a **Confederação do Equador** reafirma a busca libertária local, trazendo novos elementos contra o autoritarismo, buscando então, o separatismo confederado que passa a promover considerável temor à monarquia, pois a fragmentação territorial trazia o perigo da consistência da nova autonomia conquistada. Contudo, a derrota da Confederação do Equador trouxe com ela a possibilidade imediata do surgimento de um outro país nessa região, além de dificultar a construção de um país democrático. Dentro desse processo, a Paraíba havia sido envolvida com a presença de liberais vindos de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, não sendo esses colocados fora da legalidade e assim sofrendo com a perseguição das tropas organizadas por Francisco de Lima e Silva que veio a promover repressão aos confederados pernambucanos, instalando assim, a lógica monárquica.

Em consequência à repressão, ocorre a construção e organização da ordem que consiste na repressão do movimento presente na Paraíba. Assim, o Estado nacional vai implantando a estrutura político-administrativa na província que era movimentada pela desconcentração do poder e não pela descentralização, feita no sistema de rodízio. O Conselho Provincial se converte em Assembleia Legislativa estando em conjunto ao aparato judiciário e policial. Novas vilas e cidades são criadas, nesse momento, para ampliar a presença do poder público.

Nesse contexto, tem-se a participação política por meio do voto censitário e indireto (Constituição outorgada de 1824) em que eram eleitos os representantes da província na Assembleia Geral do Império. Havia cinco deputados na qual envolviam dois distritos eleitorais: o da capital, que envolvia a capital Alhandra, Mamanguape, Independência (Guarabira), Bananeiras, Areia, Alagoa Nova, Pilar, Pedras de Fogo e Ingá, com três representantes e o Distrito com dois deputados que abarcava Campina Grande, Cabaceiras, São João do Cariri, Patos, Pombal, Catolé do Rocha, Piancó e Sousa. Sendo assim, tinha-se um quadro de pouca representatividade a nível total do território brasileiro, pois apenas 6,4% da população paraibana estava envolvida nessa participação, e 3,9% eram eleitores, limitando assim o processo de exercício da democracia a um pequeno grupo da elite.

A partir de 1830 ocorre o aumento da burocratização do Estado, institucionalizando-se o poder público através do aumento do número de cargo de juízes de fora, de paz e de direito, junto a isso o corpo policial, o número de cadeias públicas e o Tribunal do Júri. Nesse momento, havia desavenças políticas entre grupos políticos, entre eles podemos citar diferentes tendências, como a dos recolonizadores caramurus, os nacionalistas ou liberais moderados e os radicais federalistas.

No decorrer da Regência tem-se a criação de cadeiras de instrução pública na capital e diversas vilas, momento em que cria-se no ano de 1836, o **Liceu Paraibano** voltado para a formação das elites dirigentes das províncias. No mesmo cenário, surgem tipografias que passaram a editar os

primeiros jornais paraibanos, fato que levou Borges da Fonseca ao Tribunal do Júri por cometer crime de opinião.

Nesse contexto Imperial, a Paraíba apresenta dois temas de grande importância para sua história: a questão da Lei de Terras e a Revolução Praieira. Em relação à Lei de Terras, ganha destaque a figura do paraibano Joaquim Manuel Carneiro da Cunha que no decorrer do processo de formulação do projeto de lei na Câmara, levantou problemáticas referentes à regularização do quadro fundiário, entre elas a perda de títulos de sesmarias no instante de luta contra os holandeses.

Outro ponto importante do período imperial paraibano, consiste na questão da crise agrária, que veio promover a emergência de movimentos sociais como o **Ronco da Abelha** e o **Quebra Quilos**, junto a esses, a desagregação da estrutura escravista, tendo menos força em relação a outras regiões.

A Revolta do Ronco da Abelha foi o movimento popular ocorrido entre dezembro de 1.851 e fevereiro de 1.852, que envolveu vilas e cidades de cinco províncias do Nordeste. Os incidentes foram provocados por dois decretos imperiais, de junho de 1851, o 797 e o 798, cujo propósito era instituir o Registro Civil dos Nascimentos e Óbitos. O primeiro decreto estabelecia o Censo Geral do Império, logo após a divulgação em editais em jornais ou a afixação em igrejas matrizes. O 798 obrigava todo brasileiro a se apresentar nas paróquias e à frente de juízes de paz das diferentes localidades, para fornecer os dados pessoais, data e local de nascimento, filiação, estado civil e cor da pele. A real intenção do Estado era colher dados para calcular a população, com o objetivo de sistematizar o recrutamento de homens para o serviço militar.

Já na década de 60, daquele século, a Paraíba contava com uma população de aproximadamente 300 mil pessoas, sendo praticamente 50% dessa população composta por pessoas livres. Havia uma situação crítica da agricultura de exportação resultante do período colonial, pois mesmo quando os escravos persistem em número expressivo, no sertão algodoeiro surgiam relações de trabalho que promoveram alternativas para a elite paraibana, já que posteriormente surge a diminuição do número de escravos e consequentemente a aproximação do fim da escravidão.

A produção e economia da Paraíba passaram por forte concorrência dos mercados internacionais, englobando setores como o do açúcar e do algodão, fato que promoveu a descapitalização das lavouras e dificuldades de modernização tecnológica, proporcionando um processo de êxodo da mão de obra da região. Nesse momento, a elite agrária enxerga nos homens livres uma possibilidade de mão de obra barata, já que era inviável promover o sistema de estimulo à imigração. Assim, inicia-se a disciplinarização e submissão ao trabalho nas grandes propriedades.

Como dito anteriormente, a Paraíba não esteve separada dos acontecimentos maiores durante o Império. A população pobre e livre foi envolvida em um processo de modernização promovido pelo Estado, que determinava o recenseamento e a obrigatoriedade do registro civil,

decreto do Governo saquarema, fato visto como uma forma de privação da liberdade por essa categoria social. Logo, camponeses presentes no Agreste do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco se organizam e promovem o **Ronco da Abelha**, evento caracterizado pelos resíduos da revolta dos praieiros somados as motivações particulares dos revoltosos, que passaram a sofrer maior exploração com a expansão da produção algodoeira.

A **Revolta de Quebra Quilo**, iniciada na Paraíba, ocorreu em 31 de outubro de 1874. O movimento se opunha às mudanças introduzidas pelos novos padrões de pesos e medidas do sistema internacional, recém introduzidas no Brasil. Praticamente sem uma unidade e sem liderança, a revolta logo se alastrou por outras vilas e povoados da Paraíba, estendendo-se a Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas.

Pouco tempo depois, devido à ação modernizadora derivada do gabinete Rio Branco, que determinou a instituição do sistema métrico decimal no aumento de impostos dos governos provinciais do Norte, surge a **Revolta dos Matutos** que se levantou contra a carestia, os abusos dos governos e os arrematantes de impostos, coletores e atravessadores. Essa revolta ocorreu nas feiras do Agreste envolvendo entre 30 e 40 localidades na Paraíba. Outros setores participaram desse movimento como o da Igreja promovendo a chamada Questão religiosa, conflitos políticos locais envolvendo a elite e movimentos antilusitanos. Esse movimento sofreu forte repressão promovida pelos chamados **"coletes de couro"**, liderado pelo capitão Longuinho, fato que não impediu que dias depois surgissem novas manifestações populares que iam contra o recrutamento. Cabe ressaltar que essas novas manifestações eram compostas por mulheres que cumpriram importante papel.

Nessa conjuntura, surgiram também os bandos de cangaceiros com destaque para a figura de Jesuíno brilhante, marcada a região pela presença do fenômeno da seca que promoveu o aumento de retirantes rumo à capital, onde presenciou o aumento de epidemias que mataram aproximadamente 30 mil pessoas na década de 1850. Logo, em condições problemáticas chega à região da Paraíba ao final do Império, já que sua economia passava por uma crise e junto a outras províncias sofria com a centralização política e descaso do Governo Imperial.

8. VOTO DE CABRESTO E POLÍTICA DOS GOVERNADORES

O Brasil durante a República Velha nos anos 20 vivia um momento político que denominávamos de "República Oligárquica", ou seja, a política era dominada por uma pequena **oligarquia** (governo de poucos) de poderosos latifundiários, que eram chamados de coronéis. Neste período da República Oligárquica, em que vigorava o coronelismo, os dois estados mais ricos do Brasil eram MG (grande produtor de carne e leite) e SP (o maior produtor e exportador de café do mundo). Eles revezavam entre si a presidência da República. Em uma gestão o presidente seria um paulista que indicava um mineiro para a próxima administração. Este acordo de alternância política no poder presidencial por MG e São Paulo era a **"política dos governadores"**, articulada pelo então presidente Campos Sales. Ele sustentava a **"República do café com leite"**. Nesta época, o sistema eleitoral era extremamente corrupto. Eleições ocorriam normalmente, mas só ganhavam a eleição os mineiros e paulistas indicados. *Como os outros estados aceitavam isso?* Você se pergunta. Em troca de total liberdade de administrar os estados como bem quisessem, sem ser fiscalizados. A política dos governadores também era chamada de "política dos estados" O **voto era masculino e aberto**, então era muito fácil do coronel forçar os seus empregados da fazenda votarem em seu candidato. Este voto sob pressão e coação (obrigado) do coronel é o chamado **voto de cabresto**.



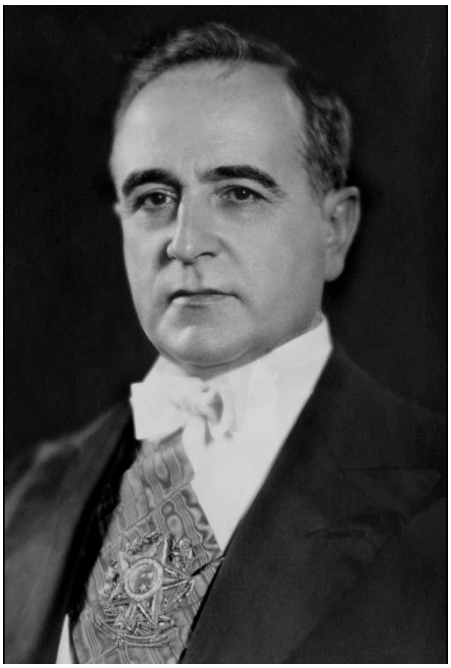
9. A Crise de 1929, O Rompimento da "Política dos Governadores" e a Revolução de 30





Em 1929 ocorre a maior crise da história do capitalismo: a quebra da bolsa de valores de NY. A crise afetou diretamente o Brasil, que era o maior exportador mundial de café, e nossa balança comercial dependia do produto. O então presidente era o paulista Washington Luiz. Naquele ano ocorreriam eleições presidenciais, mas preocupado com a crise, com SP e com as exportações de café **Washington Luiz rompe o pacto oligárquico** e indica um paulista: Júlio Prestes. Minas Gerais reage fundando um novo partido. Busca apoio do RS e da Paraíba e lança a **Aliança Liberal** com a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas para presidente e do Pernambucano João Pessoa para vice. A campanha e as eleições ocorreram normalmente e a candidatura de Vargas fez muito sucesso, mas como poderíamos esperar, a eleição corrupta garantiu a vitória de Júlio Prestes. Os estados da Aliança Liberal não aceitaram o resultado das eleições. A situação política fica tensa, mas a Aliança Liberal recebe apoio de 10 estados brasileiros. Os exércitos estaduais marcharam até o Rio de Janeiro, capital do Brasil naquela época, depuseram Washington Luiz e impediram a posse de Júlio Prestes. Getúlio Vargas foi empossado presidente. A esse episódio em que Vargas chegou ao poder político foi chamado pelos correligionários (seguidores) de Getúlio de **"Revolução de 30".**

9.1. A Era Vargas



Denominamos de “Era Vargas” o período em que Getúlio esteve à frente da presidência do Brasil. Governou diretamente 15 anos, de forma autoritária. Entre 1930 e 1945. Ficou 5 anos afastado e voltou democraticamente em 1950 e governou até 1954, quando seu governo tem um desfecho trágico. Ele suicidou com um tiro no peito. A maior parte do tempo em que Getúlio governou entre 30 e 45, governou autoritariamente (um período sem constituição e depois como ditador). Foi um período marcado por avanços sociais (como as leis trabalhistas), por discursos nacionalistas e avanços na economia através da construção de industrias estatais (pertencentes ao Estado – pratica de nacionalismo econômico), principalmente no setor de base (metalurgia e siderurgia). Para facilitar nosso entendimento do período podemos dividir a “Era Vargas” em períodos:

1. Governo Provisório.
2. Governo Constitucional.
3. A ditadura do “Estado Novo”.
4. Período democrático.

9.1.1. O Governo Provisório

Logo que chegou ao poder Vargas tomou várias medidas para reorganizar o Estado ao seu Modo. Suas primeiras medidas foram:

- ✓ **Dissolveu a constituição** (que estava em vigor desde a proclamação da República).
- ✓ **Nomeou interventores** (governadores) estaduais.
- ✓ Criou o **MEC** e o **Ministério do trabalho**.
- ✓ **Criou a política de Valorização do Café** (comprava o café e queimava para evitar a queda brusca de seu preço).
- ✓ Incentivou a **policultura**.

9.1.2. O Governo Constitucional



A nova constituição trazia algumas novidades importantes tais como:

- ✓ Voto secreto.
- ✓ Voto feminino.
- ✓ Leis trabalhistas (a CLT é de 1932 e se torna constitucional em 34).
- ✓ Liberdade de expressão e partidária.

No Governo Constitucional ocorreu uma forte **polarização política** (quando as posições políticas vão para os extremos). Reproduzia-se no Brasil a polarização política que ocorria na Europa na década de 30 entre Fascistas (extrema direita) e Comunistas (extrema esquerda). Havia dois partidos principais que dominavam a cena política: A ANL (aliança nacional libertadora), de orientação comunista, cujo líder era Luiz Carlos Prestes e a AIB (ação integralista brasileira), de orientação fascista e seu líder era Plínio Salgado. Os integralistas inspiravam-se muito nos movimentos fascistas europeus. Ritos e símbolos. Havia os camisas negras de Mussolini e os camisas pardas de Hitler. Tínhamos os "camisas verdes". Os integralistas cumprimentavam-se pela expressão tupi guarani "ANAUÊ" (você é meu irmão, e usavam como símbolo a letra do alfabeto grego Sigma.

9.2. A Tentativa de Golpe da ANL e a Propaganda Anticomunista



Em 1935 a Aliança Nacional Libertadora tentou dar um golpe de Estado e tomar o poder, mas foram frustrados. O golpe deveria ter acontecido simultaneamente no RJ e em outras capitais, mas devido à problemas de comunicação (lembre-se que naquela época tudo era muito mais complicado. Não haviam celulares e computadores. Telefones eram raros) o golpe foi antecipado no nordeste, foi flagrado pelas autoridades e o golpe foi impedido à tempo na capital. Luiz Carlos Prestes e as lideranças da ANL foram presos. Olga Benário, judia alemã foi entregue grávida à Alemanha Nazista. Este episódio foi manipulado muito bem por Getúlio Vargas que iniciou uma profunda **propaganda anticomunista**, e alertando a população do "risco vermelho" (vermelho era a cor da bandeira comunista) que rondava o Brasil.

9.3. O Plano Cohen e a Ditadura do Estado Novo

Após quase dois anos de intensa propaganda sobre o risco comunista que rondava o Brasil, foi encontrado no palácio do Catete (antiga sede do governo) um plano que estipulava os passos necessários para a implantação de um golpe comunista. Era assinado por alguém com o sobrenome judeu **Cohen**. Hoje sabemos que este plano era falso, mas foi habilmente usado para manipular a opinião pública de forma que um golpe comunista parecesse próximo. Getúlio Vargas então instala uma ditadura, que foi chamada de "Estado Novo", com o pretexto de salvar o Brasil da "ameaça comunista".

9.4. O Estado Novo



É nome que foi dado à ditadura varguista. Teve início em 1937 e foi até 1945. Fechou o congresso nacional, proibiu os partidos políticos e dissolveu a constituição de 34. Ampliou os poderes presidenciais e criou um aparelho repressivo de Estado. Os meios de comunicação eram manipulados e censurados. Para tanto criou o **DIP** (**D**epartamento de **I**mprensa e **P**ropaganda), responsável pela **censura e pela propaganda política** de Getúlio. A imagem de Vargas era sempre associada à dos trabalhadores, como o criador dos direitos trabalhistas e **"pai dos pobres".** Em 1937 outorgou uma nova constituição autoritária, que respaldasse legalmente sua ditadura. Esta constituição ficou conhecida como a polaca, por ser bastante semelhante a constituição da Polônia.

Vargas implantou com tudo seu projeto de **"nacionalismo econômico"**, ou seja, procurava reduzir a dependência com relação ao capital estrangeiro e criar **empresas estatais** (pertencentes ao Estado), sobretudo no setor de **base**: siderurgia, metalurgia e energia. Foram criadas:

- ✓ Usina de Volta Redonda (RJ) (financiada pelos EUA em troca de apoio na II Guerra).
- ✓ CSN (Cia Siderúrgica Nacional) (RJ).
- ✓ Usina de Tubarão (Es).
- ✓ CVRD.
- ✓ Petrobrás (criada em 1954 no governo democrático de Vargas).

10. A PARAÍBA E A PRIMEIRA REPÚBLICA

Para a compreensão do surgimento da primeira República no Brasil e a relação da Paraíba com esse sistema, devemos considerar que a estruturação desse sistema foi promovida através de um processo lento onde as mudanças estiveram no entorno das diversas trocas ministeriais que envolveram conservadores e liberais. No interior desses grupos e suas correntes ideológicas perpassaram questões que abrangeram crises imperiais, a questão da escravatura, a ingerência da aristocracia, o surgimento de novas oligarquias, a urbanização, industrialização e o trabalho livre. Junto a isso, surgiu a Questão religiosa e a Militar.

Grupos militares e civis debateram sobre movimentos reformadores presentes na Europa, com ênfase na filosofia de Auguste Comte e do caráter federativo norte-americano. Essa movimentação surgiu no contexto em que o Brasil ainda apresentava um sistema monárquico que não mais promovia consonância com as movimentações políticas e sociais da época. Logo, para a efetivação do republicanismo foi preciso a aproximação da elite com os militares e com setores da classe média. A aproximação entre militares junto a formação do Gabinete de Ouro Preto acelerou a queda do regime monárquico.

Tendo grupos compostos por militares e pela elite fica evidente que a Proclamação da República foi um acontecimento na qual não esteve presente a participação popular. Com a implementação desse regime político ocorreu a construção de um governo provisório que teve Deodoro da Fonseca com figura posta a frente desse processo. Outra figura de destaque foi Benjamin Constant, além de major Francisco Sólon Sampaio Ribeiro, Floriano Peixoto, general José de Almeida Barreto (paraibano de Sousa). Entre os civis Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, Francisco Glicério, Maciel Pinheiro, Silva Jardim, Coelho Lisboa, Aristides Lobo, Manoel Marques da Silva Acauã (estes cinco últimos eram paraibanos).

As tendências intelectualizadas republicanas tiveram considerável eco dentro do Partido Liberal que se opunha à monarquia. Muitos republicanos de origem da Paraíba promoveram movimentações em prol da República mesmo que estivessem fora de sua localidade de origem, entre eles Maciel Pinheiro e Albino Meira, no Recife; Aristides Lobo e Coelho Lisboa, no Rio de Janeiro. Devemos considerar que essas vertentes republicanas são desdobramentos das tendências sociais e políticas de 1817 (precursor da Independência), de 1824 (Confederação do Equador), de 1848/49 (Revolução Praieira), onde tantos paraibanos se envolveram. Contudo, devemos ressaltar que haviam tendências republicanas, porém, pouca articulação com outras regiões mais ao sul do Brasil. Nessas movimentações podemos citar os personagens como Cardoso Vieira, quando deputado representando a Paraíba (1878/80), foi um dos grandes agitadores republicanos; Eugênio Toscano de Brito e Irineu Joffily, em 1888, fundaram A GAZETA DA PARAÍBA e GAZETA DO SERTÃO, órgãos onde o movimento republicano encontrou guarida.

Apesar da pouca articulação com outras regiões com maiores movimentações de caráter republicano, na região de Mamanguape, as figuras de José Rodrigues de Carvalho e o estudante Plácido Serrano espalharam as ideias republicanas. Junto a esses, Albino Meira promoveu conferências na Paraíba no teatro Santa Cruz no dia 26 de julho de 1889, Artur Achiles dos Santos, Geminiano Franca, Cordeiro Júnior, Rodolfo Galvão e outros jornalistas, no jornal de Eugênio Toscano, escreviam sobre o movimento no Sul. Além desses, podemos citar João Coelho Gonçalves Lisboa, João Batista de Sá Andrade, Francisco Alves de Lima Filho, Antônio Lira, Eulálio de Aragão e Melo, Firmino Vidal, João dos Santos Coelho, Miguel Machado e Manuel Lordão.

A notícia do novo regime no Brasil chegou a Paraíba no mesmo dia, diferentemente de outras províncias como, por exemplo, o Mato Grosso que recebeu a notícia somente em 9 de dezembro de 1889. Como desdobramento desse evento muito se disputou em relação aos cargos de dirigentes das províncias, momento marcado por diversos contratempos e turbulências, pois os militares estavam firmes em suas preferências a esses cargos. Na Paraíba, por mais que houvesse tendências republicanas, a região ainda não presenciava a existência de seu Partido Republicano. Logo, o paraibano Aristides Lobo, ocupando o cargo de Ministro do Interior e da Justiça do Governo Provisório, indicou Albuno Meira para a presidência do Estado, sendo esse um republicano. Com mais força política, foi nomeado Venâncio Augusto de Magalhães, que apesar de conservador chegou a ocupar a posição por ser irmão do general Tude Neiva.

No processo de instalação da República, ganha destaque a figura de Eugênio Toscano de Brito que promoveu reuniões no Paço Municipal e na sede do Clube Astréa, local onde se reuniam liberais com tendências republicanas e dessas reuniões surgiu a primeira junta composta por militares. Em sequência, o capitão João Claudino de Oliveira Cruz, com ordem do Ministro da Guerra, assumiu o governo onde permaneceu até o dia 6 de dezembro, sendo substituído por Venâncio Neiva. Porém, essas nomeações não davam autonomia para a escolha de auxiliares, ficando os poderes concentrados nas mãos dos militares. Logo promulgou-se a Constituição Federal em 24 de fevereiro de 1891, na qual a Assembleia ficou formada por 30 deputados que votaram a Constituição estadual vigorada em 5 de agosto de 1891.

Em 25 de junho, Vênancio Neiva foi indicado para o governo central pela constituinte e pouco tempo depois, em 31 de dezembro de 1891, se licenciou diante do Supremo Tribunal de Justiça passando a chefia do governo para seu primeiro vice o desembargador Manoel da Fonseca Xavier de Andrade. No dia 3 de novembro, Deodoro da Fonseca havia dissolvido o congresso com apoio da maioria dos governadores, porém teve sua imagem abalada e assim renunciou no dia 23 de novembro devido à pressão de militares e congressistas, assumindo então o governo central, a figura de Floriano Peixoto.

Floriano depôs a maior parte dos governadores na Paraíba, com articulações de militares propôs-se a saída de Venâncio Neiva, onde formou-se uma junta governativa constituída pelo

coronel Cláudio do Amaral Savaget, comandante do 27º Batalhão de Infantaria, Dr. Eugênio Toscano de Brito e do Dr. Joaquim Fernandes de Carvalho. Contudo, Venâncio que estava na praia da Ponta do Mato, se recusa a deixar o cargo e sob fortes ameaças de militares, não recuou, negando o ofício formado pela Junta e qualquer outra proposta que o retirasse de seu cargo. Já no dia 30 de dezembro, Venâncio Neiva, deixou o cargo ao pedir licença por três meses, sem vencimentos, ao Supremo Tribunal de Justiça, para tratar de interesses administrativos do Estado no Rio de Janeiro, em seu lugar ficou seu vice Manoel da Fonseca Xavier de Andrade. Já no dia 1 de janeiro de 1892, o governo central em conjunto a Junta sob liderança do coronel Savaget, retira Manoel Fonseca do governo e essa Junta fica no poder até o dia 18 de fevereiro do mesmo ano. Nesse momento toma posse do cargo, indicado por Floriano, o então militar paraibano Álvaro Lopes Machado.

Com o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a economia da Paraíba entrou em crise, principalmente devido à queda nas exportações do algodão, um dos principais produtos agrícolas do estado. Em 9 de fevereiro de 1926, a Coluna Prestes, comandada por Luís Carlos Prestes, Miguel Costa e Juarez Távora, passou pela Paraíba. Nessa mesma época, o estado também teve destaque no cangaço, tendo Antônio Silvino, Chico Pereira e Virgulino Ferreira da Silva (o Lampião) como líderes de bandos que atuaram nas localidades de Cajazeiras, Guarabira, Piancó e Sousa.

11. A REVOLUÇÃO DE 30 E A PARAÍBA

O início da República no Brasil ficou caracterizada em sua cronologia pelo golpe elaborado por militares e posteriormente, o surgimento da **República Velha** ou República das Oligarquias, essa que teve seu fim político estrutural com o advento da Revolução de 1930. Logo, devemos nos ater que em diversos momentos a Paraíba esteve envolvida nos acontecimentos ocorridos durante todo o tempo dessa Primeira República.

Durante a Primeira República, São Paulo por ter fundado o Partido Republicano na Convenção de Itu no ano de 1870, se sentia no direito de comandar o país tendo sucessivos governantes no poder, fato que promoveu a reação de outros Estados, como por exemplo, ainda no governo de Rodrigues Alves, o pacto de Ouro Fino, definindo o esquema chamado de **"café com leite"**. Surgindo então, novas disputas para o poder central entre Minas, maior produtor de leite da época e São Paulo, então maior produtor de café do país.

A presença da Paraíba no contexto do café com leite se deu no momento em que, após eleição para presidente, é eleito Epitácio Pessoa, que até então chefiava a delegação brasileira à conferência de Paz de Versalhes já no fim da primeira guerra mundial. Sua indicação se deu pelo fato da oposição do Rio Grande do Sul buscar algum político que fizesse oposição a qualquer chapa encabeçada por Rui Barbosa. Vale evidenciar que Epitácio Pessoa, era tido como a terceira opção para ocupar esse cargo.

Entre suas medidas, Epitácio Pessoa buscou afastar os militares da vida política do país, na ual nomeou civis para a pasta militar como, por exemplo, Pandiá Calógeras e Raul Soares para o Ministério da Guerra e Marinha. Sua política econômica no início teve como característica a austeridade, restrições às despesas, às emissões e ao setor cafeeiro. Mudou sua postura com a queda das exportações contraindo empréstimos, emitindo papel-moeda e a criação da Carteira de Redescontos essa que veio a favorecer o setor cafeeiro.

Posteriormente ao governo de Epitácio Pessoa, devemos levar em conta que a década de 1920 no Brasil foi marcada por diversas conturbações, e devido a isso, surgiram oposições como a indicada por Antônio Carlos que veio a lançar Getúlio Vargas como candidato à presidência em julho de 1929, para a eleição que se realizaria em 1° de março de 1930.

Além disso, ocorreu a Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista do Brasil, a Revolta Tenentista, a Revolta do Forte de Copacabana, a organização da Coluna Prestes. Junto a esses eventos havia o cansaço da política oligárquica em que setores da própria oligarquia se revoltaram com a quebra das regras do café com leite e a insatisfação de militares. Essa conjuntura veio a resultar nos eventos de 1930.

A indicação de Getúlio Vargas, fez com que sua oposição buscasse apoio no norte (até então não havia nordeste, da Bahia para cima era tudo norte) sendo escolhido o nome de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Nesse momento, haviam partidos que tinham maiores influências sob as decisões a nível nacional: o PRP (Partido Republicano Paulista), o PRM (Partido Republicano Mineiro), seguido pelo PRR (Partido Republicano Rio Grandense). Já na Paraíba havia o Partido Republicano sob liderança de Epitácio Pessoa e o partido Republicano Conservador, liderado por Heráclito Cavalvanti, opositor ao Liberal.

Na mesma década, em 1928, surge o Partido Democrático que chega à Paraíba tendo apoio de membros dissidentes do Partido Conservador, tendo como figura central o ex-senador Octacílio de Albuquerque, objetivando maior oposição à Epitácio. Desse novo Partido, mais precisamente em Campina Grande, ganhou ênfase nomes como o de Argemiro de Figueiredo, Wergniaud Wanderley, Antônio Pereira Diniz e outros.

João Pessoa assume o governo em 28 de outubro, e no dia 31 de dezembro ocorrem às eleições municipais, sendo eleitos dois vereadores do Partido Democrático, do total de nove na capital paraibana. Mesmo assim, João Pessoa reconheceu a vitória da oposição, sendo que até então os prefeitos eram nomeados.

Ao chegar o período de eleição para presidente, João Pessoa se alinhou a Getúlio Vargas ocupando o cargo de vice, fato que promoveu o apoio da oposição à Júlio Prestes, com exceção do Partido Democrático que se alinhou a João Pessoa. Vale lembrar que nessa época ainda não existia a Justiça Eleitoral, sendo as eleições presididas pelo juiz Federal da capital e em cada município a presença de três suplentes de juiz Federal. Nessa estrutura eleitoral, tinham-se diversas formas de manipulação em relação aos resultados, já que mesmo eleito, o candidato tinha que passar pela Comissão de Reconhecimento da Câmara dos Deputados ou do Senado que por diversas vezes veio a negar a posse do vencedor e concede-la ao candidato derrotado. Fato conhecido também como “degola”.

Em 1930, houve as eleições para Presidente da República, cujo mandato era de quatro anos. Esta coincidiu com a eleição para Deputado Federal, cujo mandato era de três anos e a eleição para um terço do Senado, com mandato para nove anos. Assim, de três em três anos, havia eleições para deputados federais e um senador. Em 30 houve essa coincidência.

No momento da eleição, havia na Paraíba cerca de 40 mil eleitores, onde a chapa vencedora de Getúlio e João Pessoa veio a receber 30 mil do total de votos e a chapa de Júlio Prestes e Vital Soares o restante. Com isso, a Junta Eleitoral anulou as eleições para deputado e senador em diversos municípios, e garantiu as eleições para Presidente da República. Em diversos Estados ocorreram movimentações para a concretização de acordos políticos junto à nomeação para os cargos e a situação da degola. Logo, com os acordos firmados as possibilidades de movimento armado, perdem força até o momento em que João Pessoa vem a ser assassinado por seu opositor

político e pessoal João Dantas. O evento do assassinato gerou movimentação em todo o país e também foi bem explorado politicamente, pois promoveu o levante e articulação da oposição reacendendo o movimento armado. Com isso, o tenente Siqueira Campos entra em contato com o coronel alagoano que servia no Rio Grande do Sul Pedro Aurélio de Góes Monteiro, para promover a movimentação.

Um grupo armado, sediado na cidade de Princesa, no alto sertão paraibano, chefiado pelo Deputado Estadual José Pereira, tentou conturbar a ordem pública no interior do Estado. Os objetivos do movimento era provocar uma intervenção federal na Paraíba. A consequência imediata seria a deposição do Presidente João Pessoa, que havia rompido relações políticas com Washington Luiz, depois dos acontecimentos que resultaram no famoso "NEGO", do verbo negar, que foi grafado na bandeira do Estado em homenagem a João Pessoa, que não aceitou o sucessor indicado pelo presidente do Brasil à época, Washington Luís. Mas uma vez a Força Pública foi acionada, e um grande efetivo foi mobilizado para enfrentar os rebeldes sertanejos, que recebiam ajuda do Governo Federal. Foram mais de quatro meses de violentos combates, em que foram registradas muitas mortes de ambos os lados. Foi criado um Batalhão Provisório, na Força Pública, só para reforçar o contingente empregado na luta. Os acontecimentos mais marcantes desses confrontos foram: o desastre da Água Branca, em que cerca de duzentos policiais foram mortos em uma emboscada; a tomada, pela Polícia , das cidades de Teixeira, Imaculada e Tavares, que haviam sido ocupadas pelos grupos liderados por José Pereira e o cerco de Tavares, que se achava ocupada pela Polícia e foi cercada por grupos de cangaceiros, durante 18 dias. Princesa foi cercada e a intervenção pretendida por José Pereira não foi alcançada.

Após diversas movimentações pelo país, em que envolveram políticos e militares, formava-se o quadro propício para confrontos internos, alegando alguns historiados que seria a maior batalha promovida na América do Sul. Contudo, essa ficou conhecida como a batalha que não houve, já que em 24 de outubro, líderes militares como os generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e o almirante Noronha, estiveram com Washington Luís para dizer que a situação estava insustentável e por isso deveria renunciar ao governo. Fato consolidado, Getúlio chega ao Rio de Janeiro assumindo o Governo Provisório no dia 4 de novembro de 1930, pondo fim de uma vez por toda à República Velha.

Com a tomada do poder, a Revolução procurou moralizar as eleições criando a Justiça Eleitoral junto ao voto obrigatório. Criou caminhos para aproximar a população com leis trabalhistas, além de modificações administrativas com a criação do Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho entre outros. Assim, a Paraíba ganha projeção nacional ao colocar no lugar de João Pessoa o nome de Álvaro Pereira de Carvalho, que posteriormente foi substituído pelo paraibano José Américo de Almeida, que ocupou não somente o principal cargo do Governo do Estado, mas o Governo do Norte.

Na esfera política, a Paraíba passou por grandes modificações, já que dos partidos estaduais nenhum passou mais a existir. O Partido Republicano da Paraíba, que teve como figura principal Epitácio Pessoa, encerrou suas atividades. O Partido Republicano Conservador fez uma ou duas manifestações por nota e nas eleições de 1933 o Partido Democrático lançou apenas um candidato que obteve votação insignificante.

Posteriormente, dentro do cenário político brasileiro, a Paraíba foi deixada de lado, não chegando perto do que foi sua participação na Revolução de 1930, quando teve comando para cobrir o Norte e Nordeste ao combater os núcleos de resistência de maior evidência na Bahia. Por isso, 1930 teve grande significado para a história da Paraíba.

12. O MOVIMENTO DE 64 E A PARAÍBA

Gostaria de ter a liberdade de tratar o tema como o Golpe Militar de 64 e a Paraíba. Logicamente, nós não podemos nos referir ao golpe sem pensarmos em termos de processo, porque o golpe foi muitas vezes tramado, conspirado, adiado, e finalmente consumado. Para falar no golpe de 64, teríamos que remontar, fazer uma retrospectiva ao panorama que se descortina no pós-guerra.

Em 1945 o mundo sofre uma bipolarização e vive a divisão entre o Ocidente democrata, capitalista e a União Soviética, que se expande formando o bloco do Este comunista. Surge aí a doutrina de sustentação ideológica chamada Guerra Fria. E é nesse panorama de pós-guerra que os países da América Latina sofrem uma verdadeira renascença em termos de industrialização. Com o crescimento da industrialização, do proletariado e das lutas sociais, logicamente surge a necessidade das elites políticas procurarem legitimação e sustentação através daquilo que já vem desde o Estado Novo, aqui no Brasil, onde nós temos como exemplo a CLT e uma série de benesses; temos também o atrelamento dos sindicatos, com a desarticulação do movimento dos trabalhadores e, sobretudo, temos a afirmação de uma liderança, não somente em termos de Brasil, mas também em termos de América Latina, que procura uma aproximação maior com a classe trabalhadora, não no sentido de dar sustentação e mobilização a essa classe, mas no sentido de desarticulá-la. Essa sustentação ideológica é aquilo que nós chamamos de populismo.

O movimento de 64 só pode ser compreendido como um colapso desse movimento que surge no pós-guerra, em 1945. Temos a Guerra Fria, que vai ter como sustentação a ideologia da segurança nacional tão bem estudada por Roger Comblant, que hoje está sofrendo penalidade do Vaticano, fazendo um trabalho muito bonito em Serra Talhada, Pernambuco. Ele procurou fundar ali um seminário dentro dos moldes da Teologia da Libertação, mas nestes tempos de igreja romanizada o seminário foi para o brejo. Estamos assistindo nesse final de milênio a desarticulação do movimento da Teologia da Libertação e o crescimento da Igreja romanizada.

Para podermos pensar sobre o que é Guerra Fria não posso me deter, porque o tempo é muito pouco, pois desejaria trazer para aqui a Guerra Fria como a bipolarização do mundo, num antagonismo, numa luta de disputas nucleares e, dentro desse contexto, tivemos, aqui na América Latina, em 1959, a vitória da Revolução cubana, que vai contribuir muito para acirrar esse antagonismo, sobretudo quando a União Soviética começa a fazer propostas de articulações sobre bases nucleares em Cuba. É quando vemos toda uma preocupação do governo Kennedy no sentido de criar mecanismos de injunções na América Latina para impedir o avanço do movimento socialista.

É dentro desse contexto que a gente pode compreender o processo que culminou com o golpe de 64. Dentro desse golpe de 64 vamos ver o avanço do populismo. Na esteira desse avanço vamos ter a abertura, o escancaramento da economia brasileira às multinacionais. Vamos ver isso

em termos de produção de mercado, em termos de industrialização e crescimento de estradas; vamos ter também a crise do petróleo, no governo de Juscelino Kubitschek, que é um expoente do Governo Populista. Não vamos nos deter no varguismo porque iríamos retroceder muito, e o tempo não dá.

Dentro da esteira populista vemos também a eleição de Jânio Quadros, que também é um dos expoentes do populismo. Com a renúncia de Jânio Quadros temos a posse de João Goulart. Temos que compreender a que João Goulart está ideologicamente vinculado. João Goulart tinha sido Ministro do Trabalho na época de Vargas; como Ministro do Trabalho deu um aumento de cem porcento aos trabalhadores. Procurou sempre ser uma bandeira de luta do centro-esquerda, dentro do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. E justamente ele é eleito numa chapa que tem o apoio da União Democrática Nacional – UDN, do Partido Democrático Cristão – PDC, para apoiar Jânio Quadros. Aqui na Paraíba há um momento áureo com a eleição de Pedro Gondim. Existe uma série de trabalhos excelentes que gostaríamos apenas de citá-los. Temos um trabalho que foi publicado em 98, que é uma síntese desse período. É um dos melhores trabalhos, resultante de uma dissertação de Mestrado, mas que vale por um Doutorado, da professora Monique Citadino. Nesse trabalho, ela remonta à fundação dos partidos políticos, com a redemocratização do país em 1945; ela mostra a hegemonia da UDN e do PSD aqui, como partidos majoritários; mostra o racha da dissidência de Pedro Gondim quando do lançamento da sua candidatura a vice-governador na chapa conciliatória ao lado de Flávio Ribeiro; mostra o acidente vascular e as doenças que motivaram o afastamento de Flávio Ribeiro; os compromissos do grupo da Várzea; mostra também o pequeno período que Pedro Gondim governou como vice até se desincompatibilizar e durante esse período ele utilizou a máquina estatal para mostrar a sua política populista e criar suas bases de sustentação; depois ele volta e procura dentro do seu próprio partido, o PSD, ser candidato ao Governo do Estado e não encontra sustentação porque se mitifica muito Rui Carneiro para não permitir que outras lideranças não o sobrepujassem. Isso ainda não foi estudado na historiografia.

Vê-se muito Rui Carneiro com uma política do paternalismo, a política do coração, mas nunca se estudou Rui Carneiro como aquele que deteve o comando, a ferro e a fogo, do PSD, sem permitir que lideranças mais avançadas como Joffily, e como o próprio Pedro Gondim, pudessem ganhar seu próprio espaço no partido. É por essa concepção que, na hora de escolhê-lo como governador, muito embora ele tivesse todo o apoio da classe trabalhadora, como é o caso do próprio Sindicato dos Bancários, do qual Luiz Hugo Guimarães foi um dos presidentes mais atuantes e poderá dar um depoimento depois, tinha penetração na classe estudantil, mas ele não foi escolhido, porque já havia uma aliança das forças mais conservadoras do PSD, no sentido de apoiar o próprio irmão do chefe político Rui Carneiro, no caso Janduhy Carneiro.

Havia uma bipolarização entre a liderança do personalismo e a liderança do partido político. A Paraíba era um Estado de base exportadora, de relações ainda muito coronelísticas, em virtude das próprias forças econômicas que estavam muito voltadas para a exportação e não para a

industrialização; um Estado que não tinha ainda uma base financeira que lhe desse sustentação; não havia um proletariado organizado em termos de mobilização. Então nos anos 60 nós vamos ter no bojo da fundação da SUDENE, da fundação dos Distritos Industriais, a própria expansão do capitalismo e dentro dessa expansão do capitalismo motivada pelo processo de industrialização criada pela SUDENE, nós vamos ter essa efervescência política do populismo aqui na Paraíba. No momento áureo desse populismo, segundo os que estudam esse período com mais afinco, que conhecem mais as bases desse movimento, emerge a figura populista de Pedro Gondim na campanha que empolgou toda a Paraíba, de Cabedelo a Cajazeiras, com o slogan do HOMEM É PEDRO. “Eu estou com Pedro porque não estou com medo”.

Pedro Gondim vai buscar o apoio do Partido Socialista Brasileiro – PSB e logo depois se muda de malas e bagagem para o Partido Democrata Cristão – PDC. Ele se candidata com todo o apoio da UDN. O grupo da Várzea lhe dá toda sustentação e ele é eleito. Dentro dessa eleição nós vamos ver forças de várias naturezas. Vamos ver a frente nacionalista liderada por Joffily mantendo-se fiel ao PSD, apoiando Janduhy, por conta do contexto nacional, que tinha como candidato a Presidente da República o general Lott. Lott era o próprio símbolo nacionalista, que tinha um passado de luta pela legalidade. Muitas e muitas vezes ele se insurgiu contra as tropas e fez valer o princípio da constitucionalidade. Vamos ver isso na posse de Juscelino Kubitschek, quando alguns grupos conservadores das Forças Armadas procuram derrubar o próprio Juscelino Kubitschek, impedindo a sua posse.

Dizem muitos historiadores, inclusive Thomas Skidmore, que a morte de Getúlio Vargas adiou por dez anos o golpe de 64 e isso o professor José Octávio repete num livro que escreveu e que é imprescindível para se entender esse momento em termos de Paraíba, intitulado A DIMENSÃO GLOBAL. É uma série de artigos que ele publicou no livro O JOGO DA VERDADE, que registra os 30 anos do golpe de 64 aqui na Paraíba, uma coletânea de vários autores, organizado por José Octávio, Nonato Guedes e outros.

No caso, nós temos uma ampla bibliografia. Talvez a Paraíba seja um dos Estados que tenha uma bibliografia mais ampla sobre esse período. Temos um excelente livro, que também é dissertação de Mestrado, defendido, se não me engano, no Paraná, do paraibano Cezar Benevides. Nesse livro ele procura mostrar a marcha da luta camponesa no Governo de Pedro Gondim.

Para a gente entender a bipolaridade em termos ideológicos do Governo Pedro Gondim basta saber que, apesar dele ser um líder queridíssimo das classes trabalhadoras, um homem que tinha uma penetração apaixonante junto aos estudantes, às donas de casa, aos segmentos mais pobres e mais carentes da sociedade, ele também tinha o apoio do grupo da Várzea. Ele foi lançado em primeira mão por um dos líderes do Partido Socialista Brasileiro, o deputado Raimundo Asfora. Nesse livro da professora Monique, existem muitos pronunciamentos da época, mostrando como o nome de Pedro Gondim ganhava uma penetração imensa no seio dos trabalhadores e no seio das classes

conservadoras; era como se fosse uma bandeira de unanimidade. Temos também outros trabalhos que analisam muito bem esse período.

Vamos analisar os fatos e nos deter nas articulações, porque o tempo é muito pouco. É tanto que não fiz uma retrospectiva da Era Vargas.

Dentro desse contexto, o Governo Pedro Gondim vai se caracterizar por um homem de grande personalidade política no sentido de ter um porte físico bonito, com todas as condições para empolgar o povo. Uma coisa muito importante para o político é o porte físico. Para político e cantor, o porte físico ajuda muito. Pedro Gondim era uma espécie de símbolo latino- americano de homem que empolgava. Também tinha muita capacidade de oratória, fazendo frases de efeito. Ele disse que preferia sair do Partido por rebeldia a ser conivente, por covardia. Tem cultura, tem formação jurídica. O trabalho dele HONRA E VERDADE é um trabalho que merece ser analisado como uma fonte também para a história. Logicamente dentro desse contexto marcado pelo populismo, marcado pelo apoio dos segmentos mais conservadores, ele procurou manter uma postura legalista.

A campanha dele caracterizou-se como a campanha do candidato pobre contra o candidato rico, quando a gente sabe que o outro também não era um candidato rico. Seu adversário era um deputado federal de grande atuação – Janduhy Carneiro – um excelente deputado federal, que muitas coisas que existem na Paraíba, em termos de saúde, foram conseguidas por ele. Por mais conservador que ele fosse, o historiador não pode, por questão ideológica, obscurecer que ele trouxe para a Paraíba um dos hospitais mais bem equipados de combate ao câncer, que é o Laureano. Janduhy Carneiro era um homem de atuação no parlamento, mas não tinha o carisma e a beleza física, e também a oratória do outro candidato.

É dentro desse contexto que Pedro Gondim consegue ter uma eleição fabulosa. Mas o seu governo é marcado pelas lutas sociais, lutas que têm de ser entendidas dentro de um contexto maior.

Naquele momento, o governo João Goulart para poder tomar posse, como vice do renunciante Jânio Quadros, teve de fazer um acordo para aceitar o parlamentarismo, parlamentarismo que pouco tempo depois é derrubado. Dentro de dez pessoas que votaram, apenas um era parlamentarista, os outros eram presidencialistas.

Com o resultado da votação contra o parlamentarismo no plebiscito realizado, João Goulart julga que teve a sua candidatura como Presidente da República legitimada. O sonho de qualquer político é a sua legitimação, e ele se considerou legitimado quando o povo disse NÃO ao parlamentarismo. Ele então começa a sofrer uma série de pressões.

Os grupos conservadores fundam o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, é o famoso IPES. Esse IPES tinha verbas da CIA, do Fundo do Trigo, que era uma conta movimentada escandalosamente pelos Estados Unidos, dos grupos mais conservadores, de multinacionais como a

Shell, a Texaco, a Coca-Cola e tantas outras. Elas financiavam esse IPES para que ele conseguisse barrar a marcha do socialismo em termos de Brasil.

João Goulart recebeu muita pressão do Governo Kennedy, a ponto do Governo Kennedy mandar para o Brasil o seu irmão Robert, que era Ministro da Justiça, no sentido de negociar o apoio do Brasil no intervencionismo de Cuba, na OEA. Isso porque Cuba estava promovendo uma política nuclear em aliança com a União Soviética.

João Goulart deu a seguinte resposta, conforme consta do melhor livro escrito sobre João Goulart, de Moniz Bandeira: "O Brasil fiel à sua tradição pacifista e ao espírito cristão do seu povo admite como legítimo o direito de defender-se de possíveis ataques e agressões feitos à Cuba, repudiando e tentando impedir que o direito de autodeterminação do povo cubano seja cumprido". Diz também o seguinte: "Sempre nos manifestamos contra a intervenção militar em Cuba, porque sempre reconhecemos a todos os países, sejam quais forem os seus regimes ou sistemas de governo, o direito de soberanamente se autodeterminarem."

Essa foi a resposta de João Goulart quando foi procurado para ratificar com os países latino-americanos o desejo dos Estados Unidos para que os países se voltassem contra Cuba e que pedissem a intervenção em Cuba, porque Cuba estava fazendo política nuclear aliada à China e à União Soviética. Kennedy queria também que o Brasil cortasse relações com os países soviéticos, naquele tempo chamados Países da Cortina de Ferro.

João Goulart disse que precisava desesperadamente do apoio do FMI, precisava dos empréstimos, mas não ia com isso ferir a soberania do povo brasileiro, sendo subserviente. O embaixador Lincoln Gordon pediu que o Brasil cortasse qualquer comércio de petróleo com a União Soviética e que deixasse de comprar os helicópteros à Polônia, que naquela época fazia parte do bloco soviético.

A resposta do Brasil foi uma resposta soberana, resposta de autodeterminação. A partir daí começa o acirramento e o financiamento maciço dos Estados Unidos através da CIA, do mesmo modo que a CIA financiou o golpe do Chile, procurando primeiro impedir a posse de Allende, depois culminando com o assassinato de Allende. Como se sabe, depois da morte de Allende as forças reacionárias tomaram o poder e hoje nós estamos vendo a figura maior sendo procurada para ser julgada, pelo mundo todo, pelos crimes de tortura e matança que cometeu. É o caso da figura de Pinochet.

Nós não poderíamos estudar a Paraíba fora desse contexto. O Governo João Goulart, até a metade do seu pequeno período, procura manter uma posição de equilíbrio, inclusive ele se oferece (isto está bem documentado por Moniz Bandeira) para servir de intermediário entre Cuba e os Estados Unidos no sentido de pôr fim àquele impasse, impasse esse que a imprensa dizia que geraria a Terceira Guerra Mundial. A imprensa conservadora diz que João Goulart estava servindo de joguete na mão dos países socialistas, servindo de porta-voz.

A partir das imposições dos Estados Unidos a situação começa a se deteriorar. As relações entre o Brasil e os Estados Unidos começam a se deteriorar na medida em que a luta social cresce no Brasil, na medida em que a UNE e a Central dos Trabalhadores começam a exigir as Reformas de Base. O Brasil vive nessa época um processo de inflação. A saída de João Goulart foi partir para o chamado Plano Trienal, que a CIA e o Birô dos Estados Unidos fizeram questão de desmantelar. O Plano Trienal, para quem está esquecido, procurava fazer uma política de aproximação com os países do Ocidente, capitalistas, e com os países do Leste europeu, da Cortina de Ferro, mas praticando, em nível interno, um controle das remessas de lucros, porque as remessas de lucros estavam sendo escandalosamente denunciadas pela esquerda brasileira como uma política contra o Brasil, uma política de escancaramento ao capital internacional, uma política que ia de encontro àquela política do segundo governo Vargas, que procurou desatrelar os interesses das classes mais favorecidas, culminando com o próprio suicídio de Vargas.

João Goulart se vê, igual a Pedro Gondim, pressionado, só que João Goulart tem um compromisso muito maior com as esquerdas. Ele procura, do meio para o fim, se aproximar cada vez mais. E o golpe começa a ser tramado. Não aqui, em nível de Forças Armadas, mas muito mais com sede em Washington. Porque Washington financia toda uma política de ideologia no sentido de se criar o IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Esse Instituto promove palestras, financia jornais, faz toda uma propaganda ideológica contra o comunismo e também ao lado do IBAD nós temos o IPES.

Voltando à Paraíba, vamos ver eclodir a questão agrária. Vamos ver os conflitos agrários; vamos a reação à vinda aqui de Carlos Lacerda; vamos ver o quebra-quebra dos estudantes pela meia passagem de transporte; o governo tomando atitudes de agressão, demitindo vários estudantes que eram jornalistas do jornal oficial A UNIÃO; a esquerda execrando Pedro Gondim; e vamos ver o distanciamento de Pedro Gondim, a partir de 63; vamos ver também o choque entre as forças policiais e os latifundiários, como o caso de Mari; vamos ver o filme CABRA MARCADO PARA MORRER, de Eduardo Coutinho, que mostra os momentos de acirramento social; surge um livro importante – EU MARCHAREI A TUA LUTA. Esse livro mostra a vida de Elizabete Teixeira, toda uma vida de lutas e perseguições, que depois se politiza e se torna uma líder, uma militante política. Vamos ver a morte de funcionários da Usina; vamos ver a própria morte de João Pedro Teixeira, em 62; vamos ver vários choques de lutas armadas aqui na Paraíba. E vamos ver também os latifundiários se organizando.

Joacil Pereira era deputado estadual e fez parte daquele grupo de deputados que pediram licença para permitir a convocação do suplente Agnaldo Veloso Borges a fim de que ele pudesse gozar da famosa imunidade parlamentar. Aqui na Paraíba essa imunidade, em vez de se reduzir à atuação parlamentar, se esticou para abranger os crimes contra a pessoa.

Uma das pessoas que primeiro escreveu sobre essas lutas foi justamente o professor José Octávio, que conta a história das Ligas Camponesas e das lutas sociais nesse período, numa plaqueta que ainda hoje é muito consultada. Esse trabalho foi depois aprofundado e transformado num excelente artigo para um dos cadernos do NDIHR, do qual ele era pesquisador, na época.

Nós vamos ver que a questão das Ligas Camponeses despertou tanto atenção nacional e internacional a ponto de Josué de Castro dizer que o Brasil foi descoberto em 1500 por Pedro Álvares Cabral e redescoberto a partir das Ligas Camponesas do Engenho Galiléia, quando as Ligas Camponesas trouxeram para a América Latina a famosa Aliança para o Progresso. É dentro desse contexto que vamos ver que o Nordeste se transforma num barril de pólvora. Quem quiser estudar profundamente a economia do Nordeste e a crise da reeleição de 58, pode estudar isso em Amélia Coin, no seu livro CRISE REGIONAL E PLANEJAMENTO.

Como sabem, o Partido Comunista começa a se voltar para o campo a partir da redemocratização do país, só que com a cassação do Partido Comunista, esse movimento arrefece dentro do partido, mas continua como um anseio do trabalhador do campo A Liga Camponesa de Sapé inscreveu sete mil camponeses, segundo dizem. Era a maior Liga Camponesa do Nordeste.

A partir de 1959 as ligas camponesas se expandiram também rapidamente em outros estados, como a Paraíba, estado do Rio (Campos) e Paraná, aumentando o impacto político do movimento. Dentre esses núcleos, o mais importante foi o de Sapé, na Paraíba, o mais expressivo e o maior de todos. A expansão da Liga de Sapé se acelerou a partir de 1962, quando foi assassinado seu principal líder, João Pedro Teixeira, a mando do proprietário local. Pouco depois esse núcleo congregaria cerca de dez mil membros, enquanto outros núcleos iriam se espalhar pelos municípios limítrofes.

Vamos ver também o pessoal da direita se organizando. Essa LILA, que era a organização dos latifundiários destinada a se defender, também atacava os camponeses.

Vimos à situação do Governador quando ele diz que os camponeses deverão se limitar a fazer as suas associações dentro dos limites do Código Civil. Pedro Gondim, no primeiro momento, procura desesperadamente, com sua formação jurídica e conservadora, manter um equilíbrio entre o grupo da Várzea que lhe tinha apoiado e o movimento popular de estudantes. Era uma situação difícil para ele. Essa situação vai se acirrar a ponto de, totalmente acossado, tomar o partido do mais forte.

Com o acirramento da questão agrária, vamos ter a movimentação de estudantes, através de suas associações, dos sindicatos e das facções voltando-se contra o governo que anteriormente apoiaram.

Na véspera do golpe de 64 o Governo faz uma reunião com todo seu Secretariado. Aliás, a partir de agosto 1963, o Governo muda todos os segmentos ligados às esquerdas. E vamos ter a atuação de pessoas como o major Cordeiro, o coronel Ednardo d'Avila Melo, do 15 R. I.; vamos ver

a atuação do coronel da Polícia Militar Luiz de Barros, como uma figura que comanda a repressão com todo aparato governamental; vamos ver muitas pessoas totalmente comprometidas com o anti-comunismo fazendo parte do órgão repressor do Governo. Há mudanças no jornal oficial e aqueles jornalistas que eram mais progressistas são demitidos, são substituídos por pessoas que têm uma linha ideológica totalmente conservadora. Há uma metamorfose total. Mas o Governo precisa se definir. O país está em ebulição. Trama-se uma conspiração, da qual os Estados pequenos não foram consultados, e um desses Estados é a Paraíba.

Pela análise dos documentos, chega-se à conclusão que o governador Pedro Gondim não teve participação naquilo que estava sendo tramado em nível nacional. O golpe de 64 pegou de surpresa. No dia do golpe, à noite, houve uma reunião para se tomar uma posição e as más línguas dizem que o governador ainda estava indeciso para qual lado iria. Então ele é pressionado pelos grupos conservadores a tomar partido pelas forças vitoriosas, inclusive pelo segmento conservador da Igreja (havia uma força progressista na Igreja). E quando chega o genro de Pedro Gondim, o deputado Vital do Rêgo, sugerindo que ele tem de tomar uma posição, sendo, então, publicado um documento de apoio ao golpe de 64, documento que é publicado no jornal A UNIÃO.

O golpe militar também tomou de surpresa as forças de esquerda da Paraíba. Na noite de 31 de março, após as notícias da eclosão do golpe, chegou a ser iniciado um comício no bairro de Cruz das Armas, promovido por entidades ligadas à esquerda – Partido Comunista, CGT, Pacto de Unidade e Ação e Federação das Ligas Camponesas – que foi dissolvido pelas tropas federais. Outra tentativa de reação se deu na cidade de Rio Tinto, onde camponeses e operários, através do sindicato e das Ligas Camponesas e contando com o apoio do prefeito, tomaram a fábrica de tecidos, paralisando suas atividades e isolando os pontos estratégicos da cidade com arame farpado. Mas a Polícia Militar reprimiu o movimento e prendeu o prefeito. Em Sousa, o prefeito Antônio Mariz realizou um comício em praça pública e também foi preso. Em Campina Grande, o prefeito Newton Rique deu declarações dizendo-se contrário ao golpe, sendo depois cassado. A partir daí, as forças golpistas dominaram totalmente a situação. A API foi invadida pelo Exército; a CEPLAR também foi invadida por civis engajados no golpe. Foram registradas 178 prisões efetuadas no setor urbano e 172 prisões de trabalhadores rurais e camponeses. Houve o aniquilamento das Ligas Camponesas. A repressão no meio rural, além de ser feita pela Polícia Militar e pelo Exército, contou com a colaboração de capangas e das milícias particulares dos proprietários rurais. A sociedade civil como um todo apoiou o golpe militar. Os jornais publicaram notas de apoio às Forças Armadas, de vários sindicatos e associações. A Assembleia Legislativa, através de seu presidente Clóvis Bezerra (UDN) apoia de imediato o golpe e a Câmara Municipal de João Pessoa, também. Ambas as casas legislativas, antecipando-se às determinações estabelecidas pelo Governo Federal através do AI-1, procederam à cassação dos mandatos de parlamentares supostamente envolvidos com atividades e ideologias consideradas subversivas.

A eleição de 62 serviu também para acirrar esse momento. Nas eleições de 62 as Ligas Camponesas estão no auge. Antes disso o governo sabe que tem que tomar o mesmo caminho das Reformas de Base de João Goulart. No dia 13 de março João Goulart faz o famoso comício da Central do Brasil e faz a sua profissão de fé ao lado das Reformas de Base. Com isso ele lavra sua própria sentença de deposição do Governo. Porque naquele momento todo processo de conspiração dentro do seio das Forças Armadas, dentro da classe média e dentro dos Estados mais importantes do Brasil, que lideraram a Marcha com Deus, já está totalmente pronto, financiado e acabado, com o apoio da CIA. Na época havia até tanques de guerra para garantir a vitória dos golpistas, é até um pleonasmo dizer isso. Não havia recuo. O caminho era dos mais fortes.

Apesar de toda uma luta social por reformas e apoio ao povo, Goulart não teve o apoio do povo na hora em que precisou. Até mesmo a atuação de Leonel Brizola, seu cunhado, que na época de sua posse liderou o famoso movimento pela Legalidade, não foi suficiente no Rio Grande do Sul. E os seus ministros, um a um vão abandonando o barco. Ou se definiam pelo golpe, ou ficavam em cima do muro. A verdade é que o Presidente da República se viu sozinho.

Um dos documentários mais importantes que poderá ser analisado é o que foi financiado pelos filhos de João Goulart. É o filme JANGO, feito em vídeo. Esse documentário é muito fiel à história porque não ouve só um lado. E como aquele trabalho que já mencionei – O JOGO DA VERDADE. Esse livro tem o depoimento das pessoas que participaram do golpe, que acreditavam no golpe.

As eleições de 62 vão ter um acirramento muito grande nas lutas sociais daqui porque lança como candidata a própria Elizabete Teixeira. A morte de João Pedro Teixeira é um marco de luta. Mobiliza centenas e centenas de trabalhadores em protesto contra o assassinato de João Pedro Teixeira, na época atribuído ao grupo da Várzea e que ficou impune também, como o assassinato de Margarida Alves.

Elizabete Teixeira foi candidata, Antônio Teixeira foi candidato, Langstein de Almeida foi candidato, tudo isso numa legenda que apoiava as Ligas Camponesas, e sobretudo o líder maior, que foi Francisco de Assis Lemos, o único que foi eleito deputado.

Os jornais conservadores diziam que a campanha de Elizabete Teixeira estava sendo amplamente financiada por Cuba, por dinheiro vindo de Cuba e da União Soviética.

Langstein e Agassis de Almeida, que eram de fortes conotações de esquerda, ficaram como suplentes.

Com o golpe de 64, a gente acredita, como Otávio Ianni, que escreveu COLAPSO DO POPULISMO NO BRASIL, acredita também como disse Francisco Wefford, que nós vamos partir para uma nova fase do Estado. O Estado, que antes era um Estado liberal e aberto para as multinacionais, não será agora tão liberal. Vai ser um Estado tecnicamente burocrático e autoritário com a instalação

do golpe. A Constituição de 46, que é tida como uma Constituição liberal, é substituída, com o golpe de 64, pela Constituição de 67, sofrendo emenda em 69. Ao longo do processo, à medida que os aparelhos de tortura vão se organizando, tendo como base a ideologia de Segurança Nacional, tendo como base de adestramento os Estados Unidos, o Estado se torna autoritário e policial.

Tivemos o caso de Vladimir Herzog massacrado por esse sistema. Hoje ele é o patrono do maior concurso da América Latina de Direitos Humanos. Tenho uma cunhada que é fundadora e é dirigente, a jornalista Denise Santana Fom.

Essas coisas precisam ser denunciadas para que nunca mais aconteçam na nossa vida nem na nossa nação.

A partir do momento que houve o golpe de 64 todos os direitos e garantias da nossa Constituição foram totalmente ultrajados e derrubados. Passamos a viver um período de insegurança, de perseguição e de que não gosto de me lembrar desse período da repressão, por uma questão pessoal e também em respeito aos presentes, pedi a uma pessoa que é autoridade maior para falar sobre ele, que também sofreu na própria pele. É um historiador, um escritor, tem um excelente livro RECORDAÇÕES DA ILHA MALDITA E OUTROS REGISTROS, como também a REPRESSÃO DOS QUARTÉIS, de Jório Machado, que é outro depoimento; as próprias memórias do historiador Joacil de Britto Pereira, que é outro depoimento altamente documentado. Temos a alegria de dizer que a Paraíba talvez seja um dos Estados do Brasil que tem uma maior produção historiográfica sobre esse período, quer seja de memórias, quer seja também de produção acadêmica.

O Ato Institucional nº 1, que suspendeu por dez anos os Direitos Políticos de 100 personalidades, era encabeçado por Luiz Carlos Prestes e terminava com o Cabo Anselmo. Dentre eles, estavam quatro paraibanos: o ministro Abelardo Jurema, recentemente falecido, uma das figuras mais importantes do cenário político da nação, foi deputado federal, senador, líder do Governo no Congresso, Ministro da Justiça; o deputado federal José Joffily Bezerra, altivo e combativo lutador pela reforma agrária, também falecido. Nosso grande economista Celso Furtado, Ministro Extraordinário no Governo João Goulart, ex-membro da Academia Brasileira de Letras, também se foi para o além; e Luiz Hugo Guimarães, que era o quarto paraibano daquela ilustre lista de cassados, que foi presidente do IHGP, era membro da APL e professor da UFPB.

Então, como podemos observar, os momentos que antecederam o golpe civil-militar no Brasil, em 1964, o Estado da Paraíba vivia um momento de grande efervescência política e social; com um governo que apesar de aliado das forças conservadoras do estado tinha práticas próximas do ideário trabalhista, desenvolvido em nível nacional pelo governo de João Goulart, com vários setores da sociedade civil bastantes mobilizados, e principalmente com um movimento camponês, expresso através das Ligas, com capacidade de mobilização e de confronto com os grandes proprietários rurais. No entanto esse governo capitulou e aderiu ao golpe civil-militar e a repressão

se abateu de forma bastante dura, sobre vários setores da sociedade civil e em especial sobre os camponeses e dirigentes das Ligas Camponesas.

Diante disso, verificamos que na Paraíba, no ano 1969, ocorreu uma ação armada empreendida pelo PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – que foi o assalto a fábrica de Cigarros Souza Cruz. Esse evento gerou uma grande repercussão na sociedade. Os assaltantes, vulgo subversivos, tinham por objetivo angariar fundos para a resistência armada. Mas as ações da esquerda paraibana que adotaram a postura de resistência ao Regime Militar podem ser caracterizadas como movimentos dispersos e desarticulados. A imprensa do Estado na época informa que as operações dos opositores, em regra, limitavam-se a distribuição de panfletos conclamando o povo à luta, assim como têm-se a ocorrência de pichação das paredes de várias cidades do Estado, com slogans considerados subversivos.

A partir de meados de 1973, a economia brasileira começou a enfrentar dificuldades, havia uma crescente dívida externa, altas taxas de inflação, acentuada concentração de renda, dentre outros empecilhos. Neste mesmo ano, um fato político contribuiu decisivamente para renovação das esperanças e diminuição de medos: o novo papel do Movimento Democrático Brasileiro.

Outro agravante que serviu para desestabilizar o sistema político repressor, foi a postura adotada por parte da Igreja Católica, que passou a defender veementemente os direitos humanos e sociais. Esta instituição que apoiou maciçamente o golpe civil-militar de 1964, a partir desse período, podemos verificar com mais nitidez e amplitude, que ela se voltou para a ala de oposição ao regime. Haja vista os casos de perseguição a vários de seus membros, nos quais foram presos e torturados. A título de exemplo, o Arcebispo da Paraíba Dom Marcelo Pinto Carvalheira, entre 1995-2004, foi uma das vítimas da ditadura. Na época ainda Monsenhor, Pe. Marcelo ficou preso durante alguns meses, em 1969, no DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) de São Paulo, acusado de manter ligações com Frei Betto, que por sua vez, tinha envolvimento com os membros da ALN (Ação Libertadora Nacional), a qual era liderada por Carlos Marighela.

Diante desses casos de perseguição a Igreja e a sociedade civil, insurgiu um Arcebispo pernambucano contra esse estado de exceção, que acabou se tornando a grande liderança católica que denunciava as atrocidades da ditadura militar dentro e fora do país, chamando atenção assim, da comunidade internacional a violação dos direitos humanos no Brasil. Este religioso era o Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Pessoa Câmara, amigo pessoal do Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, que por sua vez, estava em consonância com as reflexões que Dom Hélder fazia da situação política brasileira.

13. Orientações De Estudos (Checklist) e Pontos a Destacar



- ✓ A formação da Paraíba ocorreu pela conquista das terras presentes no **entorno do rio Paraíba**.
- ✓ A principal dificuldade de colonização era a resistência indígena dos Potiguaras e as frequentes invasões francesas para traficar pau brasil.
- ✓ A colonização da região acontece especialmente porque o comércio de especiarias com o oriente estava em decadência e na investida contra a ameaça estrangeira.
- ✓ Para promover a efetiva ocupação da colônia, Portugal optou, por volta de 1530, pela organização de um empreendimento agrícola que fosse rentável para a Coroa e também para os investidores metropolitanos. O produto escolhido foi o açúcar.
- ✓ A pecuária era a principal atividade complementar da colônia, pois fornecia carne, couro e transporte. Era realizada mais ao interior do território brasileiro, onde encontrou a vegetação da Caatinga e o Cerrado.
- ✓ Portugal decide colonizar o Brasil segundo a filosofia mercantilista. Estabelece então o chamado Pacto Colonial.
- ✓ Até último quarto do século XVI, a **escravidão indígena** foi amplamente empregada nos engenhos de açúcar.
- ✓ Gradativamente, foram introduzidos negros africanos escravizados, que acabaram por se tornar a mão-de-obra característica da produção açucareira. A decisão repousava nos altíssimos lucros do tráfico negreiro para a metrópole.
- ✓ As capitanias hereditárias foram instituídas no ano de 1534. A paraíba tem seu território formado na então capitania de Itamaracá (e parte do sul do estado pertenceu a capitania de Pernambuco).
- ✓ **O primeiro donatário da capitania de Itamaracá foi Pero Lopes de Souza**, que não chegou a ocupar definitivamente o território, mas montou o primeiro engenho e enfrentou indígenas e franceses.
- ✓ Pero Lopes não chegou a administras efetivamente Itamaracá e colocou Francisco de Braga à frente da capitania, que ocupou a ilha da Conceição e fundou a vila Marial ou de Nossa

Senhora da Conceição em 1534. Lopes morreu no mesmo ano e Itamaracá retornou à coroa portuguesa tornando-se uma **capitania real** (pertencente à Coroa)

- ✓ A decadência da Capitania de Itamaracá ocorreu definitivamente após o Massacre de Tracunhaém em 1570. Em 1574 foi extinta a capitania de Itamaracá e criada a capitania da Paraíba.
- ✓ Só foi definitivamente instalada em 1585, pois era necessário criar suporte físico e militar para resistir aos ataques potiguaras e dos Franceses.
- ✓ Primeira Cidade Real no Brasil sob a Dinastia Filipina: **Filipeia de Nossa Senhora das Neves.**
- ✓ No período filipino (União Ibérica) é que ocorreram as invasões holandesas e foram enviadas as primeiras expedições de colonização.
- ✓ 1574 na foz do rio Sanhauá um dos afluentes do rio Paraíba, chamado nessa região de Cabedelo por ser um pequeno cabo. Tomada essa região por ouvidor-geral Fernão da Silva. Em nome do Rei de Portugal, Dom Sebastião I, passou a sofrer diversos.
- ✓ 1575 No ano seguinte uma nova expedição sob o comando de **Bernardo Pimentel** de Almeida composta por doze navios e homens armados rumou de Portugal para a região mas não chegou até a Paraíba devido aos ventos vindos do norte, e **não ocorreu a expedição completa**.
- ✓ Lucena: o **Forte Velho** fundado em 1584. Pode-se ver entre Lucena e Cabedelo a **foz do rio Paraíba do Norte** e no meio a ilha da Restinga.
- ✓ A Baía da Traição marca o local onde os franceses costumavam desembarcar e onde várias lutas foram travadas.
- ✓ Em 1630, durante a União Ibérica, os holandeses chegaram a Pernambuco e dominaram Recife e Olinda sem maiores dificuldades, com uma esquadra de setenta navios.
- ✓ Maurício de Nassau foi governador geral dos domínios holandeses, e aqui permaneceu entre 1637 a 1644.
- ✓ Com o fim da União Ibérica, Portugal tratou de recuperar seus territórios coloniais e propôs uma trégua de 10 anos para a desocupação holandesa do Nordeste.
- ✓ As tensões se acumularam e começaram a se manifestar na forma de rebeliões que se generalizaram, até que eclodiu um processo de rebelião que vai expulsar os holandeses: A Insurreição Pernambucana. Os colonos luso-brasileiros confrontaram os holandeses entre 1645 e 1654, quando finalmente são expulsos.
- ✓ A Guerra contra os "Bárbaros" foram longas e duras lutas que resultaram na apropriação de grande parte das terras do nordeste brasileiro.

- ✓ O combate aos indígenas baseava-se no conceito medieval de guerra justa. A ideia de Guerra Justa é uma justificativa para a colonização e para o combate aos indígenas. Destacaram-se os colonos do nordeste, mas, sobretudo bandeirantes paulistas e padres jesuítas.
- ✓ Em face do regime de monopólios, a capitania da Paraíba foi anexada em 1755 à capitania de Pernambuco, privando-a de autonomia, até 1799. Essa anexação deveu-se à criação da Companhia de Comércio de Pernambuco e da Paraíba.
- ✓ 1808: Chegada da Família Real portuguesa ao Brasil. A abertura dos portos às nações amigas. Permitia a realizar comércio com os ingleses. Na prática punha fim ao pacto colonial.
- ✓ 1810: Tratados de comércio e navegação com as nações amigas. Concedia tarifas alfandegárias especiais aos ingleses que pagavam 15% de impostos sobre o valor. As outras nações pagavam até 60%. Ocorreu uma grande enxurrada de produtos ingleses no nosso mercado, o que atrasou nossa industrialização por quase 100 anos.
- ✓ 1815: elevou o Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves.
- ✓ 1817 - Revolução de Pernambuco.
- ✓ A crise econômica e o monopólio do comércio pelos portugueses geraram as tensões que levaram a população a rebelar-se. Em Pernambuco eclodiu a primeira oposição armada contra D. João VI. Tem início em março de 1817 e em pouco tempo difundiu-se por todo o território do Nordeste.
- ✓ 1821: Revolução Liberal do Porto. Retorno da Família Real portuguesa para Lisboa.
- ✓ 1822: proclamação da Independência do Brasil, pelo príncipe regente D. Pedro I.
- ✓ 1824: Constituição Outorgada do Império do Brasil.

13.1. PARAÍBA DURANTE O IMPÉRIO

- ✓ 1824 - Confederação do Equador: Conclamaram o levante dos estados do Nordeste e o apelo foi seguido pelo Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí e Paraíba, que formaram a confederação do Equador.
- ✓ Além das divergências políticas, as dificuldades econômicas enfrentadas pela região em decorrência da queda do preço do açúcar e do algodão, dos elevados impostos e do aumento do valor dos escravos e dos gêneros alimentícios motivaram a eclosão de uma violenta reação contra o poder imperial.
- ✓ 1831: abdicação de D. Pedro I.

- ✓ Período Regencial – 1831 a 1840.
- ✓ Segundo Reinado – 1840 a 1889.
- ✓ A grande marca do Período Regencial foram as revoltas provinciais, que aconteceram em diversos locais do país.
- ✓ O fim do Período Regencial foi resultado da disputa política entre liberais e conservadores, que reagiram defendendo a antecipação da maioridade do príncipe do Brasil, Pedro de Alcântara: o futuro D. Pedro II.
- ✓ Desde 1837, Pernambuco era governado por Francisco do Rego Bastos, pertencente à oligarquia açucareira.
- ✓ 1848 - Revolução Praieira: foi um movimento de caráter liberal e federalista que eclodiu na província de Pernambuco, no Brasil, entre 1848 e 1850. Tinha forte caráter liberal, mas também muito elitista, mesmo que tenha tido participação das camadas populares.
- ✓ O Partido da Praia fez sua plataforma política na denúncia das práticas corruptas de contrabando e favorecimento que foram praticadas entre os liberais e conservadores.
- ✓ Ronco da Abelha Contra o registro civil e obrigatoriedade do censo.
- ✓ Quebra Quilos contra o sistema métrico obrigatório e a carestia.
- ✓ Instituição do sistema métrico decimal no aumento de impostos dos governos provinciais do Norte, surge a Revolta dos Matutos que se levantou contra a carestia, os abusos dos governos e os arrematantes de impostos, coletores e atravessadores.
- ✓ Esse movimento sofreu forte repressão promovida pelos chamados “coletes de couro”.

13.2. PARAÍBA DURANTE A REPÚBLICA

- ✓ 15 de novembro de 1889 é proclamada a República no Brasil.
- ✓ 1891 – Primeira Constituição republicana do Brasil.
- ✓ As tendências intelectualizadas republicanas tiveram considerável eco dentro do Partido Liberal que se opunha à monarquia. Muitos republicanos de origem da Paraíba promoveram movimentações em prol da República mesmo que estivessem fora de sua localidade de origem, entre eles Maciel Pinheiro e Albino Meira, no Recife; Aristides Lobo e Coelho Lisboa, no Rio de Janeiro.

- ✓ Devemos considerar que essas vertentes republicanas são desdobramentos das tendências sociais e políticas de 1817 (precursor da Independência), de 1824 (Confederação do Equador), de 1848/49 (Revolução Praieira).

- ✓ Apesar da pouca articulação com outras regiões com maiores movimentações de caráter republicano, na região de Mamanguape as figuras de José Rodrigues de Carvalho e o estudante Plácido Serrano espalharam as ideias republicanas, junto a esses Albino Meira promoveu conferências na Paraíba no teatro Santa Cruz no dia 26 de julho de 1889, Artur Achiles dos Santos, Geminiano Franca, Cordeiro Júnior, Rodolfo Galvão e outros jornalistas, no jornal de Eugênio Toscano, escreviam sobre o movimento no Sul.
- ✓ Paraibano Aristides Lobo ocupando o cargo de Ministro do Interior e da Justiça do Governo Provisório indicou Albuno Meira para a presidência do Estado, sendo esse um republicano.
- ✓ A presença da Paraíba no contexto do café com leite se deu no momento em que após eleição para presidente é eleito Epitácio Pessoa que até então chefiava a delegação brasileira à conferência de Paz de Versalhes já no fim da primeira guerra mundial.
- ✓ Com o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a economia da Paraíba entrou em crise, principalmente devido à queda nas exportações do algodão, um dos principais produtos agrícolas do estado.
- ✓ Em 1928, surge o Partido Democrático que chega à Paraíba tendo apoio de membros dissidentes do Partido Conservador tendo como figura central o ex-senador Octacílio de Albuquerque objetivando maior oposição à Epitácio.
- ✓ Ao chegar o período de eleição para presidente João Pessoa se alinhou a Getúlio Vargas ocupando o cargo de vice para as eleições, fato que promoveu o apoio da oposição à Júlio Prestes, com exceção do Partido Democrático que se alinhou a João Pessoa.
- ✓ Logo com os acordos firmados as possibilidades de movimento armado perde força até o momento em que João Pessoa vem a ser assassinado por seu opositor político e pessoal João Dantas.
- ✓ O evento do assassinato gerou movimentação em todo o país e também foi bem explorado politicamente, pois promoveu o levante e articulação da oposição reacendendo o movimento armado.
- ✓ Posteriormente, dentro do cenário político brasileiro, a Paraíba foi deixada de lado, não chegando perto do que foi sua participação na Revolução de 1930.
- ✓ A Paraíba era um Estado de base exportadora, de relações ainda muito coronelísticas, em virtude das próprias forças econômicas que estavam muito voltadas para a exportação e não

para a industrialização; um Estado que não tinha ainda uma base financeira que lhe desse sustentação; não havia um proletariado organizado em termos de mobilização.

- ✓ 1945 – Getúlio Vargas deixa o poder e termina o regime do Estado Novo.
- ✓ 1946 – Nova Constituição republicana do Brasil.
- ✓ Dentro da expansão do capitalismo motivada pelo processo de industrialização criada pela SUDENE, nós vamos ter essa efervescência política do populismo aqui na Paraíba.
- ✓ Figura populista de Pedro Gondim na campanha que empolgou toda a Paraíba, de Cabedelo a Cajazeiras, com o slogan do HOMEM É PEDRO. “Eu estou com Pedro porque não estou com medo”.
- ✓ Pedro Gondim vai buscar o apoio do Partido Socialista Brasileiro – PSB e logo depois se muda de malas e bagagem para o Partido Democrata Cristão – PDC. Ele se candidata com todo o apoio da UDN. O grupo da Várzea lhe dá toda sustentação e ele é eleito.
- ✓ Ligas Camponesas em Santa Rita: movimentos camponeses pela reforma agrária.
- ✓ Dentre esses núcleos, o mais importante foi o de Sapé, na Paraíba, o mais expressivo e o maior de todos. A expansão da Liga de Sapé se acelerou a partir de 1962, quando foi assassinado seu principal líder, João Pedro Teixeira, a mando do proprietário local.
- ✓ 1º de abril de 1964 – Golpe Civil-Militar.
- ✓ A sociedade civil como um todo apoiou o golpe militar. Os jornais publicaram notas de apoio às Forças Armadas, de vários sindicatos e associações. A Assembleia Legislativa, através de seu presidente Clóvis Bezerra (UDN) apoia de imediato o golpe e a Câmara Municipal de João Pessoa, também.
- ✓ O Ato Institucional nº 1, que suspendeu por dez anos os Direitos Políticos de 100 personalidades, inclusive da Paraíba.
- ✓ As ações da esquerda paraibana que adotaram a postura de resistência ao Regime Militar podem ser caracterizadas como movimentos dispersos e desarticulados.
- ✓ Igreja Católica adota postura contra a Ditadura Militar, após extensas denuncias de violência e desrespeito aos direitos humanos. Monsenhor Marcelo Pinto Carvalheira, da Paraíba, foi preso, acusado de ligações com Frei Betto. Dom Hélder Pessoa Câmara, amigo pessoal do Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, que por sua vez, estava em consonância com as reflexões que Dom Hélder fazia da situação política brasileira.

14. QUESTIONÁRIO DE REVISÃO



QUESTIONÁRIO – SOMENTE PERGUNTAS

1) Identifique quais foram os principais envolvimentos da Paraíba durante o Império do Brasil.

2) Descreva o que foi os movimentos sociais, como do Ronco da Abelha e do Quebra Quilos, ocorridos no Nordeste durante o Império.

3) Identifique a relação da Paraíba com a política dos governadores.

4) Descreva a participação da Paraíba na Revolução de 1930.

5) Apresente o que foram as ligas camponesas.

6) Descreva qual foi a participação da Paraíba no Regime Militar instalado em 1964.

7) Apresente qual foi o papel da Igreja Católica do Nordeste na resistência contra o Regime Militar.

QUESTIONÁRIO – PERGUNTAS E RESPOSTAS

1) Identifique quais foram os principais envolvimentos da Paraíba durante o Império do Brasil.

O espaço colonial paraibano ficou conhecido por suas riquezas durante a colônia, fato que promoveu a exploração da região por considerável tempo no decorrer da colônia. Como exemplo dessa exploração podemos citar a retirada de recursos promovidos pela família real, destinados para a indenização portuguesa aos holandeses na sua expulsão dourada, além de sustentar a corte no Rio de Janeiro e custear a volta de D. João VI a Portugal após o evento da Revolução do Porto.

Devido a esse processo de retirada de riquezas, podemos entender a formulação da mentalidade libertária no espaço local da Paraíba e sua articulação com as regiões do Rio Grande do Norte, sul do Ceará e também Pernambuco. Sendo anexada administrativamente por essa última capitania (século XVIII) a Paraíba teve internamente suas particularidades para a estruturação e organização de questionamentos e resistências locais.

Os anos passados entre 1817 e 1822 foram caracterizados por movimentações turbulentas, ocorrendo confrontos entre as juntas governamentais e a deposição das autoridades metropolitanas que promoveram confrontos entre autonomistas e colonialistas no interior paraibano. No mesmo contexto, a Confederação do Equador reafirma a busca libertária local, trazendo novos elementos contra o autoritarismo, buscando então, o separatismo confederado que passa a promover considerável temor à monarquia, pois a fragmentação territorial trazia o perigo da consistência da nova autonomia conquistada. Contudo, a derrota da Confederação do Equador trouxe com ela a possibilidade imediata do surgimento de um outro país nessa região, além de dificultar a construção de um país democrático.

No decorrer da Regência tem-se a criação de cadeiras de instrução pública na capital e diversas vilas, momento em que cria-se no ano de 1836, o Liceu Paraibano voltado para a formação das elites dirigentes das províncias. Nesse contexto Imperial, a Paraíba apresenta dois temas de grande importância para sua história: a questão da Lei de Terras e a Revolução Praieira. Em relação à Lei de Terras, ganha destaque a figura do paraibano Joaquim Manuel Carneiro da Cunha que no decorrer do processo de formulação do projeto de lei na Câmara, levantou problemáticas referentes à regularização do quadro fundiário, entre elas a perda de títulos de sesmarias no instante de luta contra os holandeses.

A produção e economia da Paraíba passaram por forte concorrência dos mercados internacionais, englobando setores como o do açúcar e do algodão, fato que promoveu a descapitalização das lavouras e dificuldades de modernização tecnológica, proporcionando um processo de êxodo da mão de obra da região. Nesse momento, a elite agrária enxerga nos homens livres uma possibilidade de mão de obra barata, já que era inviável promover o sistema de estimulo à imigração. Assim, inicia-se a disciplinarização e submissão ao trabalho nas grandes propriedades.

2) Descreva o que foi os movimentos sociais, como do Ronco da Abelha e do Quebra Quilos, ocorridos no Nordeste durante o Império.

A questão da crise agrária no período imperial, veio promover a emergência de movimentos sociais como o Ronco da Abelha e o Quebra Quilos, junto a esses, a desagregação da estrutura escravista, tendo menos força em relação a outras regiões.

A Revolta do Ronco da Abelha foi o movimento popular ocorrido entre dezembro de 1851 e fevereiro de 1852, que envolveu vilas e cidades de cinco províncias do Nordeste. Os incidentes foram provocados por dois decretos imperiais, de junho de 1851, o 797 e o 798, cujo propósito era instituir o Registro Civil dos Nascimentos e Óbitos. O primeiro decreto estabelecia o Censo Geral do Império, logo após a divulgação em editais em jornais ou a afixação em igrejas matrizes. O 798 obrigava todo brasileiro a se apresentar nas paróquias e à frente de juízes de paz das diferentes localidades, para fornecer os dados pessoais, data e local de nascimento, filiação, estado civil e cor da pele. A real intenção do Estado era colher dados para calcular a população, com o objetivo de sistematizar o recrutamento de homens para o serviço militar.

Já a Revolta de Quebra Quilo, iniciada na Paraíba, ocorreu em 31 de outubro de 1874. O movimento se opunha às mudanças introduzidas pelos novos padrões de pesos e medidas do sistema internacional, recém introduzidas no Brasil. Praticamente sem uma unidade e sem

liderança, a revolta logo se alastrou por outras vilas e povoados da Paraíba, estendendo-se a Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas.

Pouco tempo depois, devido à ação modernizadora derivada do gabinete Rio Branco, que determinou a instituição do sistema métrico decimal no aumento de impostos dos governos provinciais do Norte, surge a Revolta dos Matutos que se levantou contra a carestia, os abusos dos governos e os arrematantes de impostos, coletores e atravessadores. Essa revolta ocorreu nas feiras do Agreste envolvendo entre 30 e 40 localidades na Paraíba. Outros setores participaram desse movimento como o da Igreja promovendo a chamada Questão religiosa, conflitos políticos locais envolvendo a elite e movimentos antilusitanos. Esse movimento sofreu forte repressão promovida pelos chamados "coletes de couro", liderado pelo capitão Longuinho, fato que não impediu que dias depois surgissem novas manifestações populares que iam contra o recrutamento. Cabe ressaltar que essas novas manifestações eram compostas por mulheres que cumpriram importante papel.

Nessa conjuntura, surgiram também os bandos de cangaceiros com destaque para a figura de Jesuíno brilhante, marcada a região pela presença do fenômeno da seca que promoveu o aumento de retirantes rumo à capital, onde presenciou o aumento de epidemias que mataram aproximadamente 30 mil pessoas na década de 1850. Logo, em condições problemáticas chega à região da Paraíba ao final do Império, já que sua economia passava por uma crise e junto a outras províncias sofria com a centralização política e descaso do Governo Imperial.

3) Identifique a relação da Paraíba com a política dos governadores.
Em 15 novembro de 1889, após a queda do regime monárquico e a consequente instituição da República no Brasil, a Paraíba, assim como as outras províncias, transforma-se em estado da federação. A notícia do novo regime no Brasil chegou a Paraíba no mesmo dia. Como desdobramento desse evento muito se disputou em relação aos cargos de dirigentes das províncias, momento marcado por diversos contratempos e turbulências, pois os militares estavam firmes em suas preferências a esses cargos.

Na Paraíba, por mais que houvesse tendências republicanas, a região ainda não presenciava a existência de seu Partido Republicano. Logo, o paraibano Aristides Lobo, ocupando o cargo de Ministro do Interior e da Justiça do Governo Provisório, indicou Albuno Meira para a presidência do Estado, sendo esse um republicano. Com mais força política, foi nomeado Venâncio Augusto de Magalhães, que apesar de conservador chegou a ocupar a posição por ser irmão do general Tude Neiva.

A presença da Paraíba no contexto do "café com leite" se deu no momento em que, após eleição para presidente, é eleito Epitácio Pessoa, que até então chefiava a delegação brasileira à conferência de Paz de Versalhes já no fim da primeira guerra mundial. Entre suas medidas, Epitácio Pessoa buscou afastar os militares da vida política do país, na qual nomeou civis para a pasta militar como, por exemplo, Pandiá Calógeras e Raul Soares para o Ministério da Guerra e Marinha.

Durante o período da República Velha (1889-1930), o poder paraibano esteve nas mãos das oligarquias de Venâncio Neiva, Álvaro Lopes Machado e Epitácio Pessoa. Venâncio Augusto de Magalhães Neiva foi o primeiro presidente do estado, entre 1889 e 1891, quando foi deposto,

assumindo em seu lugar um triunvirato, que governou até a nomeação, pelo presidente Floriano Peixoto, de Álvaro Machado para o governo estadual. Seu governo durou até 1896, quando ele renunciou ao cargo para se candidatar ao Senado, enquanto, em seu lugar, assumiu o vice-presidente do estado, o Monsenhor Valfredo Leal e, posteriormente, Antônio Alfredo da Gama e Melo.

Com o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a economia da Paraíba entrou em crise, principalmente devido à queda nas exportações do algodão, um dos principais produtos agrícolas do estado. Em 9 de fevereiro de 1926, a Coluna Prestes, comandada por Luís Carlos Prestes, Miguel Costa e Juarez Távora, passou pela Paraíba. Nessa mesma época, o estado também teve destaque no cangaço, tendo Antônio Silvino, Chico Pereira e Virgulino Ferreira da Silva (o Lampião) como líderes de bandos que atuaram nas localidades de Cajazeiras, Guarabira, Piancó e Sousa.

4) Descreva a participação da Paraíba na Revolução de 1930.
O início da República no Brasil ficou caracterizada em sua cronologia pelo golpe elaborado por militares e posteriormente, o surgimento da República Velha ou República das Oligarquias, essa que teve seu fim político estrutural com o advento da Revolução de 1930.

A conjuntura política era conturbada. Nos 20 ocorreu a Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista do Brasil, a Revolta Tenentista, a Revolta do Forte de Copacabana, a organização da Coluna Prestes. Junto a esses eventos havia o cansaço da política oligárquica em que setores da própria oligarquia se revoltaram com a quebra das regras do “café com leite” e a insatisfação de militares. Essa conjuntura veio a resultar nos eventos de 1930.

A indicação de Getúlio Vargas, fez com que sua oposição buscasse apoio no norte (até então não havia nordeste, da Bahia para cima era tudo norte) sendo escolhido o nome de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Ao chegar o período de eleição para presidente, João Pessoa se alinhou a Getúlio Vargas ocupando o cargo de vice, fato que promoveu o apoio da oposição à Júlio Prestes, com exceção do Partido Democrático que se alinhou a João Pessoa. No momento da eleição, havia na Paraíba cerca de 40 mil eleitores, onde a chapa vencedora de Getúlio e João Pessoa veio a receber 30 mil do total de votos e a chapa de Júlio Prestes e Vital Soares o restante.

Em diversos Estados ocorreram movimentações para a concretização de acordos políticos junto à nomeação para os cargos e a situação da degola. Logo, com os acordos firmados as possibilidades de movimento armado, perdem força até o momento em que João Pessoa vem a ser assassinado por seu opositor político e pessoal João Dantas. O evento do assassinato gerou movimentação em todo o país e também foi bem explorado politicamente, pois promoveu o levante e articulação da oposição reacendendo o movimento armado. Com isso, o tenente Siqueira Campos entra em contato com o coronel alagoano que servia no Rio Grande do Sul Pedro Aurélio de Góes Monteiro, para promover a movimentação.

Em 24 de outubro, líderes militares como os generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e o almirante Noronha, estiveram com Washington Luís para dizer que a situação estava insustentável e por isso deveria renunciar ao governo. Fato consolidado, Getúlio chega ao Rio

de Janeiro assumindo o Governo Provisório no dia 4 de novembro de 1930, pondo fim de uma vez por toda à República Velha.

5) Apresente o que foram as ligas camponesas.

As ligas camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964.

O movimento que se tornou nacionalmente conhecido como "ligas camponesas" iniciou-se, de fato, no engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, nos limites da região do Agreste com a Zona da Mata de Pernambuco. A propriedade congregava 140 famílias de foreiros nos quinhentos hectares de terra do engenho que estava de "fogo morto". O movimento foi criado no dia 1º de janeiro de 1955 e autodenominou-se Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Coube a setores conservadores, na imprensa e na Assembleia, batizar a sociedade de "liga", temerosos de que ela fosse a reedição de outras ligas que, em período recente (1945-1947), haviam proliferado abertamente na periferia do Recife e nas cidades-satélites, sob a influência do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB).

A partir de 1959 as ligas camponesas se expandiram também rapidamente em outros estados, como a Paraíba, estado do Rio (Campos) e Paraná, aumentando o impacto político do movimento. Dentre esses núcleos, o mais importante foi o de Sapé, na Paraíba, o mais expressivo e o maior de todos. A expansão da Liga de Sapé se acelerou a partir de 1962, quando foi assassinado seu principal líder, João Pedro Teixeira, a mando do proprietário local. Pouco depois esse núcleo congregaria cerca de dez mil membros, enquanto outros núcleos iriam se espalhar pelos municípios limítrofes.

6) Descreva qual foi a participação da Paraíba no Regime Militar instalado em 1964.

O Golpe Civil-Militar de 1964 foi uma conspiração arquiteta nos alto escalão do exército, juntamente com a elite política e os potentados do capital internacional. Nessa conspiração, os Estados pequenos não foram consultados, e um desses Estados era a Paraíba. O governador Pedro Gondim não teve participação naquilo que estava sendo tramado em nível nacional. Então ele é pressionado pelos grupos conservadores a tomar partido pelas forças vitoriosas, inclusive pelo segmento conservador da Igreja. E quando chega o genro de Pedro Gondim, o deputado Vital do Rêgo, sugerindo que ele tem de tomar uma posição, sendo, então, publicado um documento de apoio ao golpe de 64, documento que é publicado no jornal A UNIÃO.

O Estado, que antes era um Estado liberal e aberto para as multinacionais, não será agora tão liberal. Vai ser um Estado tecnicamente burocrático e autoritário com a instalação do golpe. A Constituição de 46, que é tida como uma Constituição liberal, é substituída, com o golpe de 64, pela Constituição de 67, sofrendo emenda em 69. Ao longo do processo, à medida que os aparelhos de tortura vão se organizando, tendo como base a ideologia de Segurança Nacional, tendo como base de adestramento os Estados Unidos, o Estado se torna autoritário e policial.

O Ato Institucional nº 1, que suspendeu por dez anos os Direitos Políticos de 100 personalidades, era encabeçado por Luiz Carlos Prestes e terminava com o Cabo Anselmo.

Dentre eles, estavam quatro paraibanos: o ministro Abelardo Jurema, recentemente falecido, uma das figuras mais importantes do cenário político da nação, foi deputado federal, senador, líder do Governo no Congresso, Ministro da Justiça; o deputado federal José Joffily Bezerra, altivo e combativo lutador pela reforma agrária, também falecido. Nosso grande economista Celso Furtado, Ministro Extraordinário no Governo João Goulart, ex-membro da Academia Brasileira de Letras, também se foi para o além; e Luiz Hugo Guimarães, que era o quarto paraibano daquela ilustre lista de cassados, que foi presidente do IHGP, era membro da APL e professor da UFPB.

A partir daí, as forças golpistas dominaram totalmente a situação. A API foi invadida pelo Exército; a CEPLAR também foi invadida por civis engajados no golpe. Foram registradas 178 prisões efetuadas no setor urbano e 172 prisões de trabalhadores rurais e camponeses. Houve o aniquilamento das Ligas Camponesas. A repressão no meio rural, além de ser feita pela Polícia Militar e pelo Exército, contou com a colaboração de capangas e das milícias particulares dos proprietários rurais. A sociedade civil com um todo apoiou o golpe militar. Os jornais publicaram notas de apoio às Forças Armadas, de vários sindicatos e associações. A Assembleia Legislativa, através de seu presidente Clóvis Bezerra (UDN) apoia de imediato o golpe e a Câmara Municipal de João Pessoa, também. Ambas as casas legislativas, antecipando-se às determinações estabelecidas pelo Governo Federal através do AI-1, procederam à cassação dos mandatos de parlamentares supostamente envolvidos com atividades e ideologias consideradas subversivas.

7) Apresente qual foi o papel da Igreja Católica do Nordeste na resistência contra o Regime Militar.

A partir de meados de 1973, a economia brasileira começou a enfrentar dificuldades, havia uma crescente dívida externa, altas taxas de inflação, acentuada concentração de renda, dentre outros empecilhos. Um agravante que serviu para desestabilizar o sistema político repressor, foi a postura adotada por parte da Igreja Católica, que passou a defender veementemente os direitos humanos e sociais. Esta instituição que apoiou maciçamente o golpe civil-militar de 1964, a partir desse período, podemos verificar com mais nitidez e amplitude, que ela se voltou para a ala de oposição ao regime. Haja vista os casos de perseguição a vários de seus membros, nos quais foram presos e torturados. A título de exemplo, o Arcebispo da Paraíba Dom Marcelo Pinto Carvalheira, entre 1995-2004, foi uma das vítimas da ditadura. Na época ainda Monsenhor, Pe. Marcelo ficou preso durante alguns meses, em 1969, no DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) de São Paulo, acusado de manter ligações com Frei Betto, que por sua vez, tinha envolvimento com os membros da ALN (Ação Libertadora Nacional), a qual era liderada por Carlos Marighela.

Diante desses casos de perseguição a Igreja e a sociedade civil, insurgiu um Arcebispo pernambucano contra esse estado de exceção, que acabou se tornando a grande liderança católica que denunciava as atrocidades da ditadura militar dentro e fora do país, chamando atenção assim, da comunidade internacional a violação dos direitos humanos no Brasil. Este religioso era o Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Pessoa Câmara, amigo pessoal do Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, que por sua vez, estava em consonância com as reflexões que Dom Hélder fazia da situação política brasileira.

15. EXERCÍCIOS

QUESTÕES COMENTADAS

1. (AOCP - 2018 - FUNPAPA - Auxiliar de Administração)

A Cabanagem ficou conhecida como uma rebelião com fim sangrento no período regencial. Sobre esse conflito, assinale a alternativa correta.

A) A Cabanagem foi uma grande rebelião causada por produtores de café que eclodiu na província do Pará, em 1815.

B) Nesse conflito, os cabanos, fazendeiros e donos de industrias revoltaram-se contra a política de impostos do império português.

C) O termo cabanagem faz referência aos armazéns agrícolas, fabricados a partir da folha do açaí, muito comum na região do atual Pará, que eram utilizados para estoque da produção de cacau e café.

D) Foi uma revolta popular muito violenta, ocorrida de 1835 a 1840, na província do Grão-Pará. Seu objetivo era aumentar a importância do seu território no governo central brasileiro e enfrentar a questão da pobreza do povo da região.

E) O objetivo principal dos cabanos era a deposição do imperador Dom Pedro I, considerado um obstáculo aos planos industriais do estado.

Comentários

A alternativa A está incorreta, pois na província do Grão-Pará não haviam produtores de café consideráveis numericamente para motivar uma grande rebelião.

A alternativa B também está incorreta, pois é falso afirmar que a Cabanagem foi motivada por donos de industrias que se revoltaram contra a política de impostos do império português, ao passo que a industrialização do Brasil só vem a ocorrer na década de 1930 e mesmo assim com concentração na região centro-sul do país.

A alternativa C também está incorreta, de tal modo que é durante o Império brasileiro a produção de cacau era concentrada especialmente na Bahia e de café especialmente nos Estados do Sudeste. Em todo caso, o nome deste movimento é um termo pejorativo e se refere às habitações típicas da província do Grão-Pará, construídas como cabanas.

A alternativa D está correta, pois de fato a Cabanagem foi uma revolta popular muito violenta, ocorrida de 1835 a 1840, durante o Período Regencial (1831-1840), na província do Grão-Pará. A província do Grão-Pará compreende os atuais estados de Amazonas, Pará, Amapá, Roraima e Rondônia. O Grão-Pará tinha mais contato com Lisboa do que com o Rio de Janeiro. Por isso, foi uma das últimas a aceitar a Independência, só fazendo parte do Império brasileiro em 1823. As principais

causas foram a revolta dos cabanos contra o descaso do governo regencial para com os habitantes do Grão-Pará, a luta por melhores condições de vida e trabalho, e o fato de que as elites provinciais queriam tomar as decisões político-administrativas da província.

A alternativa E também está incorreta, na medida em que o Imperador D. Pedro I já havia deixado o trono, quando abdicou em 1831, delegando uma regência trina para governa o país, conforme estava definido na Constituição de 1824, pois seu filho Pedro II não havia obtido a maior idade ainda.

(MOTA; BRAICK, 2005)

Gabarito: D

---

2. (EDUCA – 2017/CRQ 19ª REGIÃO (PB)/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)

A capital da Paraíba - João Pessoa - recebeu esse nome em homenagem a um político brasileiro, nascido na cidade de Umbuzeiro, Estado da Paraíba em 21 de janeiro de 1878, e faleceu em Recife, Estado de Pernambuco em 26 de julho de 1930. De acordo com sua biografia, o nome completo de João Pessoa é:

A) João Pessoa Cavalcanti Macedo

B) João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque

C) João Pessoa Albuquerque de Medeiros

D) João Pessoa de Sá Dantas

E) João Pessoa Albuquerque de Paes Barreto

Comentários

A alternativa B é a resposta certa, uma vez que João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque nasceu em Umbuzeiro (PB) no dia 24 de janeiro de 1878, filho de um modesto funcionário público, Cândido Clementino Cavalcanti de Albuquerque e de Maria Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque vinha de uma família de carreira política consagrada, uma vez que sua mãe era sobrinha de Henrique Pereira de Lucena, o Barão de Lucena, diversas vezes presidente da província de Pernambuco durante o Império, presidente desse Estado em 1890 e ministro da Fazenda de Deodoro da Fonseca. Ela também era irmã de Epitácio Pessoa, presidente da República de 1919 a 1922, e de Antônio Pessoa, vice-presidente da Paraíba em 1915 e pai de Carlos Pessoa, deputado federal por esse estado de 1925 a 1929. João Pessoa era irmão do coronel Aristarco Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, comandante-em-chefe das forças revolucionárias de 1930 em Minas Gerais, de Cândido Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, deputado federal entre 1927 e 1930 e 1935 e 1936, e do marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras, presidente do Clube Militar de 1944 a 1946 e comandante da Zona Militar Sul de 1948 a 1949.

As demais alternativas são falsas, pois os nomes não condizem com o referido político.

(FGV-CPDOC; COUTINHO, 2009).

Gabarito: B

---

3. (IBFC – 2014/SSDS/SOLDADO PM COMBATENTES)

A Revolução Praieira ocorrida na Província de Pernambuco, entre os anos de 1.848 e 1.850, foi uma revolta de caráter:

A) Popular armada contra o objetivo de explorar os recursos minerais e a mão de obra da região, além de ampliar o mercado consumidor para seus produtos industrializados.

B) Republicana com descontentamento político com o governo imperial brasileiro, com busca por parte dos liberais por maior autonomia para as províncias.

C) Popular e insatisfação com o elevado preço cobrado pelos produtos essenciais e alimentos, além disso, reclamavam da carência de determinados alimentos.

D) Liberal e federalista, onde os senadores conservadores vetaram a indicação, para uma cadeira do Senado de um liberal e da insatisfação com a falta de autonomia política das províncias e concentração de poder nas mãos da monarquia.

Comentários

A alternativa A está incorreta, pois Pernambuco era um grande produtor de açúcar e não explorava recursos naturais da região, tampouco possuía produtos industrializados próprios.

A alternativa B também está incorreta, pois a política pernambucana na época era dominada pelos membros da família Cavalcanti, tradicional e rica. Os Cavalcanti exerciam seu poder no estado de modo bastante absoluto e agressivo. Esse corriqueiro desmando gerou, com o tempo, uma grande insatisfação popular na região, que só cresceu quando somada à monopolização do comércio pela elite portuguesa. No entanto, os Cavalcanti disputavam poder com a ascendente família Rego de Barros. Essa disputa adquiriu contornos institucionais quando os Cavalcanti se alinham ao Partido Liberal, e a família rego de Barros se faz representar pelo Partido Conservador. A disputa, no entanto, era tranquila e centrada apenas no revezamento do controle da região entre as duas famílias e os dois partidos gerando frequentes acordos familiares com facilidade. Por meio desses acordos Francisco de Paula Cavalcanti foi eleito presidente da província em 1837. Também a sucessão foi garantida, com Francisco Rego de Barros ascendendo ao seu lugar, em 1840.

A alternativa C também está incorreta, pois a alta no preço dos alimentos devido aos gastos na administração pública estarem muito altos e o presidente da província de Pernambuco aumentar os impostos para arrecadar mais verbas, ocorreu em 1844. A situação realmente gerou insatisfação nas camadas populares, que depredaram os estabelecimentos comerciais, pertencentes aos portugueses.

A alternativa D está correta, pois a Revolução Praieira foi um movimento de caráter liberal e federalista que eclodiu na província de Pernambuco, no Brasil, entre 1848 e 1850. A monarquia brasileira era duramente contestada pelas novas ideias liberais da época. Era muito grande a insatisfação com o governo imperial, pois todas as decisões tomadas no período regencial (de 1831 a 1840) tinham que ser submetidas ao imperador. Os brasileiros reivindicavam maior força frente aos comerciantes portugueses (que ainda dominavam a economia local) e a população pobre lutava por melhores condições de vida.

(BRITANNICA ESCOLA, 2019; SILVA, 2019)

Gabarito: D

4. (IBFC – 2014/SSDS/SOLDADO PM COMBATENTES)

O movimento popular ocorrido entre dezembro de 1.851 e fevereiro de 1.852, que envolveu vilas e cidades de cinco províncias do Nordeste, ficou conhecido como a Revolta do Ronco da Abelha.

Os incidentes foram provocados por dois decretos imperiais, de junho de 1.851, que são:

A) Decretos 796 e 797.

B) Decretos 797 e 798.

C) Decretos 798 e 799.

D) Decretos 795 e 796.

Comentários

A alternativa B está correta, pois os incidentes foram provocados por dois decretos imperiais, de junho de 1851, o 797 e o 798, cujo propósito era instituir o Registro Civil dos Nascimentos e Óbitos. O primeiro decreto estabelecia o Censo Geral do Império, logo após a divulgação em editais em jornais ou a afixação em igrejas matrizes. O 798 obrigava todo brasileiro a se apresentar nas paróquias e à frente de juízes de paz das diferentes localidades, para fornecer os dados pessoais, data e local de nascimento, filiação, estado civil e cor da pele. A real intenção do Estado era colher dados para calcular a população, com o objetivo de sistematizar o recrutamento de homens para o serviço militar.

As demais alternativas estão incorretas, pois os Decretos referidos não condizem com a Revolta do Ronco da Abelha.

(SANTIAGO, 2019)

Gabarito: B

---

5. (IBFC – 2014/SSDS/SOLDADO PM COMBATENTES)

A Força Policial da Paraíba teve outra importante participação em acontecimento histórico. Foi a pacificação do movimento que ficou conhecido como a Revolta de Quebra Quilo.

Essa Revolta se deu no ano de:

A) 1874.

B) 1849.

C) 1834.

D) 1865.

Comentários

A alternativa A está correta, pois a Revolta de Quebra Quilo iniciado na Paraíba, ocorreu em 31 de outubro de 1874. O movimento se opunha às mudanças introduzidas pelos novos padrões de pesos e medidas do sistema internacional, recém introduzidas no Brasil. Praticamente sem uma unidade e sem liderança, a revolta logo se alastrou por outras vilas e povoados da Paraíba, estendendo-se a Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas.

As demais alternativas são falsas, pois os períodos referidos não condizem com a Revolta de Quebra Quilo.

(SANTIAGO, 2019)

Gabarito: A

---

6. (FCC - 2013 - AL-PB - Assistente Legislativo)

Um projeto de extensão da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) resgatará a memória (...) [de] um movimento contra o absolutismo português e a crise econômica que atingia o Nordeste na época. O levante começou em Pernambuco, mas foi expandido para outros estados da região, inclusive a Paraíba. Cinco lideranças paraibanas que se destacaram na revolução acabaram sendo perseguidas e mortas pelas tropas imperiais. Ao todo, segundo o projeto, 117 paraibanos foram presos.

(http://www.interjornal.com.br/noticia.kmf?cod=18893772)

O texto descreve um acontecimento associado à participação da Paraíba na

A) Insurreição Pernambucana, em 1645.

B) Guerra dos Mascates, em 1710

C) Conjuração dos Alfaiates, em 1798.

D) Revolução Pernambucana de 1817.

E) Confederação do Equador de 1824.

Comentários

A alternativa A está incorreta, pois a Insurreição Pernambucana, ocorreu no contexto da ocupação holandesa na região Nordeste do Brasil. Ela representou uma ação de confronto com os holandeses por parte dos portugueses, comandados principalmente por João Fernandes Vieira, um próspero senhor de engenho de Pernambuco. Nessa luta contra os holandeses, os portugueses contaram com o importante auxílio de alguns africanos libertos e também de índios potiguares.

A alternativa B também está incorreta, pois a Guerra dos Mascates foi uma das revoltas daquelas que ficaram conhecidas como Movimentos Nativistas, que tiveram como principal causa os descontentamentos entre os colonos com relação às medidas tomadas pela Coroa Portuguesa. Essa revolta ocorreu nos anos de 1710 e 1711, no estado de Pernambuco e acabou envolvendo duas cidades: Olinda e Recife.

A alternativa C também está incorreta, pois a Conjuração dos Alfaiates, que ocorreu no final do século XVIII, entre 1798 e 1799, na Capitania da Bahia. Recebe este nome porque havia membros importantes desse movimento que exerciam essa profissão. Esse foi mais um movimento de caráter emancipacionista, ou seja, um movimento que lutava pela libertação do Brasil de Portugal. Haviam seis principais motivos de revolta que a Conjuração Baiana adotou e reivindicou que eram: a abolição da escravidão, a proclamação da República, a diminuição dos impostos, a abertura dos portos, o fim do preconceito e o aumento salarial. Foram por esses pontos que os revoltosos lutaram na Bahia.

A alternativa D está correta, pois a Revolução Pernambucana de 1817 teve início em Pernambuco, expandindo para outros estados da região, entre eles Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará. Além disso, foi uma repressão violenta, onde quatorze revoltosos foram executados pelo crime de lesa-majestade (a maioria enforcados e esquartejados, enquanto outros foram fuzilados), e centenas morreram em combate ou na prisão.

A alternativa E também está incorreta, pois a Confederação do Equador de 1824 foi contrária ao projeto centralizador de D. Pedro I, esboçado na Constituição Monárquica de 1824. A repressão do Império foi muito violenta deixando um saldo de 31 revoltosos condenados à morte.

(MOTA; BRAICK, 2005; MOREL, 2018; BRITO, 2019; PINTO, 2019)

Gabarito: D

---

7. (FCC – 2013/AL-PB/ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO)

Considere as seguintes afirmações sobre a Revolução de 1817, também chamada de "Revolução Pernambucana", da qual a Paraíba participou:

I. Essa revolução, influenciada pelos ideais da Revolução Francesa, buscava a criação de uma república independente, sediada em Pernambuco.

II. A maioria de seus integrantes, dentre os quais havia muitos proprietários rurais, defendia a manutenção da escravidão, que garantia o status econômico da elite agrária.

III. A revolução foi reprimida meses após sua eclosão, sem conseguir mobilizar a população ou tomar o poder local, uma vez que as oligarquias locais permaneceram leais à Coroa Portuguesa.

IV. Após essa Revolução, Rio Grande e Alagoas tornaram-se comarcas independentes de Pernambuco.

Está correto o que se afirma APENAS em:

A) I e II.

B) I e IV.

C) II e III.

D) I, II e IV.

E) II, III e IV.

Comentários

A alternativa D) está certa. Portanto, as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.

O movimento social pernambucano tinha como objetivo principal a conquista da independência do Brasil em relação a Portugal. Queriam implantar um regime republicano no Brasil e elaborar uma Constituição. Ao saber da organização da revolta, o governador de Pernambuco ordenou a prisão dos envolvidos. Porém, os revoltosos resistiram e prenderam o governador. Após dominar a cidade de Recife, os revoltosos implantaram um governo provisório. Para conquistar o apoio popular, o governo provisório abaixou impostos, libertou presos políticos e aumentou o salário de militares.

(BRASIL, 2019).

Gabarito: D

---

8. (FCC – 2013/AL-PB/ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO)

As principais motivações para a proclamação da Confederação do Equador, que ocorreu entre julho e novembro de 1824, foram a:

A) difusão da recém promulgada Doutrina Monroe, que alimentava o sentimento antieuropeu, e a popularidade de Frei Caneca junto às massas, fator responsável pela grande adesão popular e pela absolvição desse clérigo após o fim da Confederação.

B) insatisfação das províncias do Norte e do Nordeste com a forte exploração econômica exercida pelo Sudeste, e a abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho, ato que fragilizou a centralização política.

C) continuidade dos ideais e propósitos defendidos pela Revolução de 1817, e a ameaça de dominação política por parte do governo da Bahia, que encabeçava uma luta pela emancipação do Nordeste brasileiro, defendendo a instauração de outra monarquia.

D) reação ao autoritarismo de D. Pedro I, que outorgou uma constituição nesse mesmo ano, e a tentativa de formar uma república composta por unidades federativas, fundamentalmente: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

E) influência direta do processo de independência vivido pelo Equador, o qual inspirou o nome do movimento, e a busca por autonomia política, administrativa e econômica por parte das províncias que eram as maiores produtoras de gado e cana- de-açúcar.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois apesar da forte influência dos continentes europeus, o movimento, no entanto, não obteve o apoio necessário. A adesão dos países estrangeiros, a princípio esperada, também não foi adiante. O movimento acabou sufocado, depois de muitas lutas sangrentas.

A alternativa B também é falsa, pois dentre as demais causas da Confederação, destaca-se o descontentamento com centralização política imposta por D. Pedro I, presente na Constituição de 1824; além de ter o objetivo de diminuir a forte influência do governo federal nos assuntos regionais

A alternativa C também é falsa, pois a dissolução abruta da Assembleia de 1823, fez com que muitos líderes políticos locais se opusessem às exigências imperiais. Na região nordeste, essa questão era ainda mais delicada quando levamos em conta as constantes crises econômicas que assolaram as províncias nordestinas, principalmente devido à estagnação da economia açucareira. Instaurado entre as populações urbanas do Nordeste, a Confederação defendia a criação de um governo republicano.

A alternativa D está certa. A Confederação do Equador, tem como principais motivos forte descontentamento com centralização política imposta por D. Pedro I, presente na Constituição de 1824; organizar forças de resistências populares contra a repressão do governo central imperial e a formação de um governo independente na região.

A alternativa E também é falsa, já que a Confederação ganhou este nome, pois o centro do movimento ficava próximo a Linha do Equador.

(BRASIL, 2019).

Gabarito: D

---

9. (FCC – 2013/AL-PB/ANALISTA LEGISLATIVO)

Em meados dos anos 1950, diversas Ligas Camponesas emergiram na região da Zona da Mata, com atuação destacada em Pernambuco e na Paraíba. Tais Ligas:

A) defendiam a reforma agrária, congregaram dezenas de milhares de trabalhadores rurais e seus líderes foram perseguidos durante o Regime Militar.

B) organizavam os trabalhadores rurais em sindicatos vinculados ao governo, reivindicando melhorias salariais e frentes de trabalho durante a seca.

C) subordinavam-se à Igreja Católica, uma vez que seus idealizadores eram padres defensores da Teologia da Libertação, comovidos com a miséria nordestina.

D) extinguiram-se totalmente como movimento agrário, após conquistarem a aprovação do Estatuto da Terra no início dos anos 1960.

E) transformaram-se em grupos guerrilheiros, formando um exército rural que venceu a guerrilha do Araguaia e foi desarticulado logo em seguida, nos anos 1970.

Comentários

A alternativa A está certa. As ligas camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964.

A alternativa B é falsa, pois as Ligas foram classificadas como um movimento autônomo, avesso à colaboração com o Estado. Além disso, tinham o objetivo auxiliar os camponeses com despesas funerárias; prestar assistência médica, jurídica e educacional aos camponeses e formar uma cooperativa de crédito capaz de livrar aos poucos o camponês do domínio do latifundiário

A alternativa C também é falsa, pois as Ligas eram formadas por associações de trabalhadores do meio rural, que influenciados pelo Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), defendiam a reforma agrária.

A alternativa D também é falsa, pois suas ideias reformistas, contudo, eram associadas ao temor socialista do qual os países opositores tinham na época. Com a instalação do regime militar em 1964, então, as principais lideranças do PCB e das Ligas foram assassinadas, presas ou tiveram que fugir e, assim, as Ligas Camponesas deixaram de existir.

A alternativa E também é falsa, pois a Guerrilha de Araguaia teve como vencedores os militares. Não houve prisioneiros na guerra: os guerrilheiros simplesmente deixaram de existir.

(CPDOC, 2019).

Gabarito: A

---

10. (FCC - 2013 - AL-PB - Assistente Legislativo)

Assumindo os ideais iluministas no reino, o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas de Portugal e colônias. Na Paraíba, os jesuítas foram expulsos por Pombal, em 1759. A consequência dessa expulsão para a capitania foi a

A) criação de uma cultura formada por valores Indígenas Católicos.

B) expansão da pecuária sobre as terras dos indígenas no Sertão da Paraíba.

C) introdução de novos conhecimentos espirituais e científicos vindos da Europa.

D) intensificação dos conflitos que ocorriam entre colonos e os Tupis-Guaranis.

E) desarticulação do sistema de ensino mantido por essa Ordem Religiosa.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois seu objetivo era que os índios fossem libertados de qualquer tutela religiosa e se miscigenassem para assegurar um crescimento populacional que permitiria o controle do interior, nas fronteiras.

A alternativa B também é falsa, pois a expansão da pecuária se deu a partir da necessidade da população por uma cultura de subsistência. Além de servir para o abastecimento da população, a atividade pecuarista também consolidou um próspero comércio, além de contribuir para o aumento territorial.

A alternativa C também é falsa, pois é importante lembrar que embora o iluminismo e o cientificismo estarem presentes na Europa do século XVIII, Pombal não pode ser considerado um defensor do mesmo, pelo menos não do iluminismo que pregava a autonomia. Ao contrário, como estadista que era, considerava as ideias iluministas dos demais países da Europa perigosas à autoridade real. Portanto, para Pombal, sua única estratégia era assegurar o futuro da América Portuguesa e aumentar o número do crescimento populacional, através da miscigenação.

A alternativa D também é falsa, pois após ter expulsado os jesuítas de Portugal, obrigou-os também a sair do Brasil em 1760. Pombal proibiu a discriminação aos índios e elaborou uma lei favorecendo o casamento entre eles e portugueses. Finalmente, criou o Diretório dos Índios.

A alternativa E está certa. Através do Alvará Régio de 28 de junho de 1759, o Marquês de Pombal, suprimia as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as colônias ao expulsar os jesuítas da colônia e, ao mesmo tempo, criava as aulas régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, que deveriam suprir as disciplinas antes oferecidas nos extintos colégios jesuítas.

(HISTEDBR, 2019).

Gabarito: E

---

11. (IBFC – 2014/SSDS/SOLDADO PM COMBATENTES)

Em 1.930 um grupo armado, sediado na cidade de Princesa, no alto sertão paraibano, tentou conturbar a ordem pública no interior do Estado. Os acontecimentos mais marcantes desse confronto foram:

I. O desastre da Água Branca, em que cerca de 200 (duzentos) policiais foram mortos em uma emboscada.

II. A tomada, pela Polícia, das cidades de Teixeira, Imaculada e Tavares.

III. Cerco de Tavares, que se achava ocupada pela Polícia e foi cercada por grupos de cangaceiros, durante 18 dias.

Estão corretas as afirmações:

A) I e II.

B) I, II e III.

C) II e III.

D) I e III.

Comentários

A alternativa B está correta. Portanto, todas as afirmações são verdadeiras.

Em 1930, um grupo armado, sediado na cidade de Princesa, no alto sertão paraibano, chefiado pelo Deputado Estadual José Pereira, tentou conturbar a ordem pública no interior do Estado. Os objetivos do movimento, como os dos rebeldes de Monteiro em 1912, era provocar uma intervenção federal na Paraíba. A consequência imediata seria a deposição do Presidente João Pessoa, que havia rompido relações políticas com Washington Luiz, depois dos acontecimentos que resultaram no famoso "NEGO", do verbo negar. Mas uma vez a Força Pública foi acionada, e um grande efetivo foi mobilizado para enfrenta r os rebeldes sertanejos, que recebiam ajuda do Governo Federal. Foram mais de quatro meses de violentos combates, em que foram registradas muitas mortes de ambos os lados. Foi criado um Batalhão Provisório, na Força Pública, só para reforçar o contingente empregado na luta. Os acontecimentos mais marcantes desses confrontos foram; O desastre da Água Branca, em que cerca de duzentos policiais foram mortos em uma emboscada; a tomada, pela Polícia , das cidades de Teixeira, Imaculada e Tavares, que haviam sido ocupadas pelos grupos liderados por José Pereira e o cerco de Tavares, que se achava ocupada pela Polícia e foi cercada por grupos de cangaceiros, durante 18 dias. Princesa foi cercada e a intervenção pretendida por José Pereira não foi alcançada.

(MOTA; BRAICK, 2005).

Gabarito: B

---

12. (FCC - 2013 - AL-PB - Analista Legislativo)

Considere a afirmação a seguir:

> *Em meados de 1929, após várias conversações, as oposições lançaram as candidaturas de Getúlio Vargas à presidência e de João Pessoa à vice-presidência.*
>
> (Boris Fausto. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002. p. 319)

As candidaturas mencionadas

A) venceram legalmente as eleições, mas Vargas e seu vice foram impedidos de tomar posse, fato que provocou o estopim da Revolução de 1930, marcando o fim da Primeira República e o início do Estado Novo no Brasil.

B) saíram derrotadas nas eleições, apesar de contarem com amplo apoio político, fato que, somado ao assassinato de João Pessoa, mobilizou as camadas populares da sociedade a tomarem o poder e a conduzirem a Revolução.

C) sequer chegaram a concorrer de fato, pois o presidente em exercício, Washington Luís, empossou Júlio Prestes como seu sucessor antes das eleições, gerando grande indignação por parte dos tenentes e dos estados do Norte e do Nordeste.

D) representaram uma aliança nacional entre tenentes, anarquistas, comunistas e "coronéis" de todos os estados do país, com o objetivo de combater a política do café com leite e instaurar um regime federalista e democrático.

E) foram lançadas pela Aliança Liberal, para concorrer com a candidatura de Júlio Prestes à presidência, nome que representava os interesses da oligarquia cafeeira paulista, então detentora do poder em nível federal.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois no dia 26 de julho de 1930 era assassinado, em Recife, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, então governador do estado da Paraíba. Sua morte serviu como estopim para a Revolução de 30, golpe de estado liderado por Getúlio Vargas.

A alternativa B é falsa, pois Revolução de 1930 foi o movimento armado, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que culminou com o golpe de Estado, o Golpe de 1930, que depôs o presidente da república Washington Luís em 24 de outubro de 1930, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e pôs fim à República Velha.

A alternativa C é falsa, pois em 1 de março de 1930, foram realizadas as eleições para presidente da República que deram a vitória ao candidato governista, que era o presidente do estado de São Paulo, Júlio Prestes. Porém, ele não tomou posse, em virtude do golpe de estado desencadeado a 3 de outubro de 1930, e foi exilado. Assim, Júlio Prestes passou a ser o único político eleito presidente da república do Brasil pelo voto popular a ser impedido de tomar posse. Getúlio Vargas assumiu a chefia do "Governo Provisório" em 3 de novembro de 1930, data que marca o fim da República Velha no Brasil.

A alternativa D é falsa, pois Getúlio Vargas assumiu o poder em 1930, após comandar a Revolução de 1930, que derrubou o governo de Washington Luís. Seus quinze anos de governo caracterizaram-se pelo nacionalismo e pelo populismo. Embora tenha sido um ditador e tenha governado com medidas controladoras e populistas, Vargas foi um presidente cujo governo teve como uma de suas principais marcas o desenvolvimento do país.

A alternativa E está certa, pois em 1929, lideranças da oligarquia paulista romperam a aliança com os mineiros, conhecida como política do café com leite, e indicaram o paulista Júlio Prestes como candidato à presidência da República. Em reação, o presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos

Ribeiro de Andrada apoiou a candidatura oposicionista do gaúcho Getúlio Vargas. Em 1 de março de 1930, foram realizadas as eleições para presidente da República que deram a vitória ao candidato governista, que era o presidente do estado de São Paulo, Júlio Prestes. Porém, ele não tomou posse, em virtude do golpe de estado desencadeado a 3 de outubro de 1930, e foi exilado. Assim, Júlio Prestes passou a ser o único político eleito presidente da república do Brasil pelo voto popular a ser impedido de tomar posse. Getúlio Vargas assumiu a chefia do "Governo Provisório" em 3 de novembro de 1930, data que marca o fim da República Velha no Brasil.

Gabarito: E

---

13. (CESPE - 2009 - PC-PB - Papiloscopista e Técnico em Perícia)

A Paraíba está situada na porção leste da região Nordeste. Seu território abriga o ponto extremo leste da América do Sul. Seu relevo comporta planície, planalto e depressões. Com 1.197 metros de altitude, o pico do Jabre, na serra do Teixeira, é o ponto mais elevado do território do estado. Quanto à vegetação, veem-se mangues, pequena área de floresta tropical e caatinga. O clima comporta, basicamente, dois tipos: tropical e semiárido. Entre suas principais cidades, estão a capital João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Patos, Bayeux, Sousa, Guarabira, Cajazeiras, Sapé e Cabedelo.

A ocupação e a colonização da Paraíba tiveram início no mesmo século em que começou a colonização do Brasil. A fundação da Vila de Felipéia de Nossa Senhora das Neves ocorreu em 1585. A cana-de-açúcar esteve na origem da colonização do território paraibano, vinda de Pernambuco. O desenvolvimento da economia açucareira atraiu a atenção de outros europeus que tentaram se fixar na região. Na mesma época, na região em torno da atual Campina Grande, desenvolvia- se a pecuária. No século XIX, a Paraíba envolveu-se nas lutas pela independência do Brasil. Em 1874, uma revolta, verdadeira insurreição popular contra a pobreza, a fome, os impostos elevados e o descaso pela população sertaneja, sacudiu a província. Na Primeira República (1889-1930), a economia manteve-se atrelada a uma agricultura estagnada e, sob o ponto de vista político, o Estado continuou submetido ao poder das oligarquias. Em 1930, a Paraíba teve importante papel na Revolução que levou Getúlio Vargas ao poder nacional.

Além das causas citadas no texto, a revolta popular de 1874 foi também uma forma de repúdio à adoção do sistema métrico, razão pela qual ficou conhecida como

A) Sabinada.

B) Quebra-Quilos.

C) Balaiada.

D) Revolução dos Alfaiates.

E) Revolta do Vintém.

Comentários

A resposta A é falsa, pois Sabinada foi uma revolta autonomista de caráter separatista transitório, tendo ocorrido de 6 de novembro de 1837 a 16 de março de 1838. Ocorreu na Província da Bahia à época do Brasil Imperial, seus líderes foram o médico e jornalista Francisco Sabino e o advogado João Carneiro da Silva. Os revoltosos propunham a existência de uma República Bahiense de caráter transitório até que o Imperador Dom Pedro II alcançasse a maioridade. O estudo sobre a Sabinada é importante para ampliar o entendimento sobre um período crucial e turbulento da História do Brasil, o Período Regencial (1831-1840).

A resposta B está certa, pois ficou conhecida pelo nome de Revolta do Quebra-Quilos o movimento popular iniciado na Paraíba, a 31 de outubro de 1874, e que se opunha às mudanças introduzidas pelos novos padrões de pesos e medidas do sistema internacional, recém introduzidas no Brasil. Praticamente sem uma unidade e sem liderança, a revolta logo se alastrou por outras vilas e povoados da Paraíba, estendendo-se a Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas.

A resposta C é falsa, pois Balaiada é no nome pelo qual ficou conhecida a importante revolta que se deu no Maranhão do século XIX. É mais um capítulo das convulsões sociais e políticas que atingiram o Brasil no turbulento momento que vai da independência do Brasil à proclamação da República. Naquele momento, a sociedade maranhense estava dividida, basicamente, entre uma classe baixa, composta por escravos e sertanejos, e uma classe alta, composta por proprietários rurais e comerciantes.

A resposta D é falsa, pois surgiu na Bahia, em 1798, um movimento social denominado A Revolta dos Alfaiates (Conjuração Baiana ou Inconfidência Baiana), que tinha como objetivo o rompimento dos laços coloniais com Portugal. Os participantes desse levante se inspiraram nos ideais de liberdade vindos da Europa, decorrentes da Revolução Francesa, e contaram com a participação da elite baiana, marcada na figura do jornalista e médico Cipriano Barata e do padre Agostinho Gomes, que eram adeptos do pensamento francês e críticos ferrenhos do sistema colonial português em vigor.

A resposta E é falsa, pois um levante de aproximadamente cinco mil manifestantes se colocou em frente o campo de São Cristóvão, sede do palácio imperial, para exigir a diminuição da taxa de vinte réis (um vintém) cobrados sobre o transporte público feito pelos bondes de tração animal que serviam a população.

(INFOESCOLA, 2019).

Gabarito: B

---

14. (CESPE - 2009 - PC-PB - Papiloscopista e Técnico em Perícia)

A Paraíba está situada na porção leste da região Nordeste. Seu território abriga o ponto extremo leste da América do Sul. Seu relevo comporta planície, planalto e depressões. Com 1.197 metros de altitude, o pico do Jabre, na serra do Teixeira, é o ponto mais elevado do território do estado. Quanto à vegetação, veem-se mangues, pequena área de floresta tropical e caatinga. O clima comporta, basicamente, dois tipos: tropical e semiárido. Entre suas principais cidades, estão a capital João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Patos, Bayeux, Sousa, Guarabira, Cajazeiras, Sapé e Cabedelo.

A ocupação e a colonização da Paraíba tiveram início no mesmo século em que começou a colonização do Brasil. A fundação da Vila de Felipéia de Nossa Senhora das Neves ocorreu em 1585. A cana-de-açúcar esteve na origem da colonização do território paraibano, vinda de Pernambuco. O desenvolvimento da economia açucareira atraiu a atenção de outros europeus que tentaram se fixar na região. Na mesma época, na região em torno da atual Campina Grande, desenvolvia- se a pecuária. No século XIX, a Paraíba envolveu-se nas lutas pela independência do Brasil. Em 1874, uma revolta, verdadeira insurreição popular contra a pobreza, a fome, os impostos elevados e o descaso pela população sertaneja, sacudiu a província. Na Primeira República (1889-1930), a economia manteve-se atrelada a uma agricultura estagnada e, sob o ponto de vista político, o Estado continuou submetido ao poder das oligarquias. Em 1930, a Paraíba teve importante papel na Revolução que levou Getúlio Vargas ao poder nacional.

Conforme afirma o texto, a Paraíba teve relevância na revolução de 1930. Entre outras razões, isso se deve ao fato de que um acontecimento diretamente ligado ao estado, por envolver uma de suas principais lideranças políticas, transformou-se no estopim que acendeu o pavio revolucionário. Esse episódio foi

A) o assassinato de João Pessoa.

B) o exílio de José Américo.

C) a deposição de Washington Luís.

D) a queda da oligarquia Dantas.

E) a Revolta dos Malês.

Comentários

A resposta A está certa, pois no dia 26 de julho de 1930 era assassinado, em Recife, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, então governador do estado da Paraíba. Sua morte serviu como estopim para a Revolução de 30, golpe de estado liderado por Getúlio Vargas.

A resposta B é falsa, pois depois de chegar ao poder após a Revolução de 1930, José Américo sofreu um golpe de Getúlio ao ter a sua candidatura ao Governo em 1937 impedida pela instalação do Estado Novo. Em 1945, José Américo deu uma entrevista em favor da liberdade da imprensa e, diante da repercussão havida, conta que Getúlio achou que ele contasse com uma grande força por trás, o que teria favorecido a saída do governo do ditador pouco tempo depois. Em 1954, José Américo, que tinha reatado com Getúlio e assumira um ministério, era favorável à renúncia, quando recebeu a notícia do suicídio do Presidente.

A resposta C é falsa, pois o estopim do que viria a ser a Revolução de 1930 foi o assassinato do político João Pessoa, em uma confeitaria no Recife. A acusação era que Washington Luís havia ordenado o assassinato, motivo decisivo para o golpe realizado em outubro de 1930. Deposto em seus últimos dias de governo pelo golpe, Washington Luís se exilou nos Estados Unidos e Europa, retornando ao país somente em 1947.

A resposta D é falsa, pois mesmo o país tendo grande influência na produção açucareira, cresceu também a pecuária. Com isso, houve grandes revoltas populares contra a oligarquia, que, apesar de importantes, não foram o estopim para a Revolução de 30.

A resposta E é falsa, pois A Revolta dos Malês foi uma revolta do período regencial. Aconteceu na noite de 24 para 25 de fevereiro de 1835, em Salvador, na Bahia. Foi uma revolta que se destacou no período por ter motivação religiosa, tendo sido levada a cabo por escravos de religião islâmica, os chamados malês, que diferiam dos escravos tradicionalmente trazidos ao Brasil, que possuíam muitas vezes, diferentes religiões próprias. Esses escravos tinham como objetivo a libertação de todos os escravos de religião islâmica, a garantia da liberdade de culto.

Gabarito: A

---

15. (AOCP - 2009 - CASAN-SC - Advogado)

A presença africana na Bahia colonial foi bem notada por todos os cronistas, tratadistas e viajantes contemporâneos. Fossem no árduo trabalho dos engenhos do Recôncavo, fossem nas estreitas sinuosas ruas de Salvador, lá estavam os cativos e libertos africanos. Tamanho era seu peso demográfico, que François Frezier, em 1714, descreveu Salvador – então capital da América Portuguesa – como uma "nova Guiné" (Revista Leituras da História, n.10, 2008). Assinale a alternativa INCORRETA.

A) A mão de obra escrava africana na colonização portuguesa fomentou um comércio com a região centro-ocidental da Bahia, que ficou conhecido como o Ciclo de Angola, pois boa parte desses escravos foi exportada pelo porto de Luanda e Benguela.

B) A partir da tomada de Angola, em 1614, pelos holandeses, os traficantes da Bahia deslocaram as suas redes de comércio para a região ocidental, conhecida na documentação portuguesa como Costa da Mina, região que ficava a leste do Castelo de São Jorge da Mina.

C) A moeda de troca que a Bahia oferecia era o café, produção de grande escala, principalmente no Recôncavo baiano, produto que ajudou os "baianos" a ali estabelecerem uma hegemonia comercial.

D) Os principais grupos étnicos chegados na Bahia da África Ocidental eram denominados "minas" uma classificação genérica que designava africanos dessa região e os ardas ou ardras do reino de Alada.

E) Na colônia, a descoberta do ouro nas Minas Gerais no final do século XVII, consolidou uma preferência pelos africanos "minas", pela experiência que tinham de uma prospecção aurífera.

Comentários

A questão foi anulada porque todas as alternativas estão verdadeiras.

A alternativa A é verdadeira, pois o Ciclo da Angola é conhecido como o comércio onde grande parte dos escravos vindos para o trabalho na Bahia eram da Angola, em portos como Luanda e Benguela. Pela continuação deste fato, tornou-se um ciclo o comércio de escravos africanos na colonização portuguesa.

A alternativa B é verdadeira, pois a decisão de invadir Angola deve-se ao facto de a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais necessitar de mais escravos para levar para o Nordeste do Brasil, região que ocupavam desde 1630. A intenção da Companhia seria mesmo de permanecer em Angola dados os planos existentes de construir um canal desde o rio Kwanza, a sul, até Luanda. Entretanto, após a invasão os traficantes da Bahia decidem deslocar o comércio para o ocidente, Costa da Mina.

A alternativa C é verdadeira, pois devido às condições climáticas, o cultivo de café se espalhou rapidamente, com produção voltada para o mercado doméstico. Em sua trajetória pelo Brasil o café passou pelo Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Num espaço de tempo relativamente curto, o café passou de uma posição relativamente secundária para a de produto-base da economia brasileira. Desenvolveu-se com total independência, ou seja, apenas com recursos nacionais, sendo, afinal, a primeira realização exclusivamente brasileira que visou a produção de riquezas. Porém, foi na região baiana que o café deu maior visibilidade para o produto brasileiro, sendo considerado moeda de troca para os países vizinhos.

A alternativa D é verdadeira, pois os escravos africanos denominados “minas”, ou seja, os que tinham experiência em trabalho aurífero, eram os preferidos entre os colonos, já que, a pratica aurífera tomaria grandes proporções na época.

A alternativa E é verdadeira, pois com o aumento de trabalho em Minas Gerias após a descoberta do ouro, o trabalho aurífero tomaria grandes proporções e, com isso, seria necessário escravos com um enorme grau de experiência na área.

Gabarito: Anulada

---

16. (FCC - DPE-BA - Defensor Público / 2016)

A Revolta dos Búzios

A) ganhou rápida difusão por meio de panfletos distribuídos à população e do apoio de grande parte da imprensa à causa independentista e abolicionista, resultando em motim com ampla adesão de militares baianos, que resistiram belicamente até serem completamente derrotados.

B) pautou-se por bandeiras liberais, dentre as quais a abertura dos portos, a diminuição de impostos, a ampliação do direito à cidadania; tendo sido conduzida por soldados e alfaiates negros, inspirados pela Independência das Treze Colônias inglesas e a conquista do fim da escravidão obtida nesse episódio.

C) iniciou-se em reuniões integradas por intelectuais e membros da elite baiana, como Cipriano Barata, que pregava a independência do Brasil nos mesmos moldes da Inconfidência Mineira, e foi rapidamente disseminada entre a população escravizada, que a revestiu de uma pauta mais radical.

D) foi organizada pela loja maçônica denominada Cavaleiros da Luz, em nome da igualdade racial e social, da democracia e dos fins dos privilégios da elite letrada, tendo sido rapidamente reprimida com a imputação da pena capital ao conjunto dos líderes e simpatizantes.

E) contou com participação de escravizados, bem como profissionais liberais e militares de baixa patente, e pregava o fim da escravidão e a formação de uma República Bahiense, em parte inspirada nos ideais da Revolução Francesa e na experiência da Revolução Haitiana.

Comentários

A resposta A é falsa, pois apesar de sua rápida difusão a revolta também durou pouco tempo, não houve resistência concreta à repressão. A revolta pretendia surpreender o governo, mas acabou falhando, uma vez que um dos integrantes contou os detalhes dos planos, permitindo que forças militares fossem mobilizadas para reprimir os revoltosos.

A resposta B é falsa, pois além da libertação de escravos, era reivindicado um governo igualitário, onde a raça não fosse um empecilho diante seus merecimentos individuais, a liberdade de comércio, dentre outros.

A resposta C é falsa, pois os revoltosos pregavam a libertação dos escravos, a instauração de um governo igualitário (no qual as pessoas fossem vistas de acordo com a capacidade e merecimento individuais), por meio da instalação de uma república na Bahia. Defendiam a liberdade de comércio e o aumento dos salários dos soldados. Além disso, não houve pautas radicais, a primeiro momento, pois a ideia seria espalhar panfletos pela cidade e igrejas.

A resposta D é falsa, pois em 12 de agosto de 1798, o movimento precipitou-se quando alguns de seus membros, distribuindo os panfletos na porta das igrejas e colando-os nas esquinas da cidade, alertaram as autoridades que, de pronto, reagiram, detendo-os. Tal como na Conjuração Mineira, interrogados, acabaram delatando os demais envolvidos.

A resposta E está certa, pois O movimento teve participação de pessoas com profissões mais simples, como sapateiros, bordadores, ex-escravos e escravos, militares de baixa patente, além, claro, de alfaiates. A revolta teve grande influência de ideias iluministas, que ganharam força com a Revolução Francesa, além de alguns processos de independência no continente americano, como Estados Unidos e Haiti, junto com a Inconfidência Mineira.

Gabarito: E

---

17. (FCC - DPE-BA - Defensor Público / 2016)

Considere o texto a seguir:

"(...) a especialização do escravo é determinada segundo as necessidades do mercado ou a boa vontade de seu senhor. Esta imensa possibilidade de transferência tem uma influência reguladora sobre o mercado, onde a demanda varia de acordo com a conjuntura e a concorrência. O escravo é, às vezes, simplesmente alugado (...). É possível alugá-lo ao dia, à semana, ao mês, ao ano ou por mais tempo."

(MATTOSO, Kátia de Queirós. Ser escravo no Brasil. Trad. São Paulo: Brasiliense, 3.ed, 1990, p. 141)

A descrição acima sinaliza uma forma de trabalho escravo

A) disseminada no meio urbano, no meio rural e bastante usual quando se tratava de indígenas que, apesar de cidadãos livres perante a Coroa, se dispunham a suportar o cativeiro em troca de subsistência e da proteção da Igreja.

B) rara nas cidades baianas, onde o escravo doméstico, fosse índio ou negro, era considerado um agregado da família que deveria ser fiel a seu dono, não sendo permitido a ele deixá-lo para prestar serviços a terceiros, prática mais comum na região Sudeste.

C) típica de regiões de mineração, onde as flutuações de mercado eram maiores em função das eventuais descobertas de jazidas, sendo os escravos alforriados e transformados em trabalhadores livres, para que seus donos não tivessem obrigações com seu sustento.

D) comum nas cidades, onde os escravos "de ganho" eram frequentes e representavam uma fonte de renda para seus senhores, que deles dispunham livremente alugando sua força de trabalho, se julgassem necessário ou oportuno.

E) ocasional entre índios e negros escravizados nas regiões canavieiras, quando, durante os muitos meses de ócio nos períodos de entressafra, eram enviados a Salvador para aprenderem ofícios e venderem suas habilidades.

Comentários

A resposta A é falsa, pois os indígenas e africanos não eram considerados livres perante a Coroa, e sim escravos e fonte de renda para os senhores de engenho.

A resposta B é falsa, pois a descrição acima era frequente nas cidades baianas, já que o escravo era considerado mercadoria do seu patrão senhor de engenho.

A resposta C é falsa, pois os escravos não eram alforriados e transformados em trabalhadores livres. De certo, seus donos tinham obrigações com seu sustento, por isso os índios e africanos eram escravos dos senhores, para pagar seu sustento e de sua família.

A resposta D está certa, pois os escravos de ganho eram aqueles considerados mercadorias para os senhores de engenho, ou seja, eram lucros caso fosse necessária sua venda ou troca.

A resposta E é falsa, pois a especialidade do escravo é designada por seu senhor, que somente os vendiam caso não o servisse mais. Assim, esse escravo teria de aprender sozinho aquilo que seu novo senhor o designar.

(MOTA; BRAICK, 2005).

Gabarito: D

---

18. (IBFC - Soldado da Polícia Militar-BA / 2017)

Considere o trecho: A beleza, o mistério e a pompa dos terreiros de umbanda e candomblé pelo Brasil afora, em particular na Bahia, vêm de longe, no tempo e no espaço. Nasceram da cultura e da religiosidade dos negros que deixaram tantas outras marcas profundas em nossa sociedade, desde que foram retirados à força de suas comunidades e aqui desembarcaram em finais do século XVI, trazendo crenças e ritos cuja prática muitas vezes lhes custou caro.

CALAINHO, Daniela Bueno. Nossa história. São Paulo/Rio de Janeiro: Vera Cruz; Biblioteca Nacional. Ano 2, n. 18, abr. 2005, p.67.

Com base no exposto, assinale a alternativa INCORRETA.

A) A tradicional lavagem das escadarias da igreja do Senhor do Bonfim teria surgido de um culto em homenagem a Oxalá, orixá ioruba responsável pela criação do céu e da terra e de todos os seres.

B) À mistura de tradições diferentes, por vezes até opostas, dá-se o nome de fanatismo religioso, presente nas procissões, nas festas populares, no pagamento de promessas e no culto aos santos.

C) A convergência de interesses entre a Igreja Católica e a Coroa portuguesa levou à cristianização forçada dos africanos civilizados.

D) Como forma de resistência à opressão e para preservarem vivas suas tradições, os escravos incorporaram e adaptaram elementos do catolicismo à tradicional religiosidade africana.

E) Os escravos de origem ioruba que vieram para o Brasil trouxeram consigo seus costumes e a fé em Oxalá.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois a lavagem da Igreja teve início em 1773, quando os integrantes da "Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim" constituída por devotos leigos faziam com que os escravos a lavarem e ornamentarem a Igreja como parte dos preparativos para a festa do Senhor do Bonfim. Posteriormente, para os adeptos do candomblé, a lavagem da igreja do Senhor do Bonfim passou a ser parte da cerimônia das Águas de Oxalá, cujo significado é “se Deus quiser”, e que é utilizada como interjeição para expressar o desejo que algo aconteça – nesse sentido, é sinónimo de "tomara" ou "queira Deus".

A alternativa B está certa, pois fanatismo religioso é uma forma de fanatismo caracterizada pela devoção incondicional, exaltada e completamente isenta de espírito crítico, a uma ideia ou concepção religiosa. Em geral, o fanatismo religioso também se caracteriza pela intolerância em relação às demais crenças religiosas. Um fanático religioso é, muitas vezes, um indivíduo disposto a se utilizar de qualquer meio para afirmar a primazia da sua fé sobre as demais.

A alternativa C é falsa, pois com o aumento da fé católica, a Coroa portuguesa se viu na obrigação de disseminar a cristianização, ou seja, atribuir costumes e hábitos do cristianismo à toda população de africanos civilizados.

A alternativa D é falsa, pois com a forte influência dos colonos portugueses e o catolicismo, disseminado com a ajuda da Coroa, os africanos, que valorizavam muito suas tradições religiosas, adequaram ideais católicos a sua religião.

A alternativa E é falsa, pois a lavagem das escadarias é um ritual criado pelo sincretismo religioso, forçosamente adotado pelos escravos para ocultar seus orixás dos senhores e que Oxalá nada tem a ver com Jesus Cristo, sendo então duas divindades de religiões distintas. Assim, mostra-se que com a vinda para o Brasil, os escravos trouxeram consigo seus costumes e tradições, juntamente com a fé em Oxalá.

Gabarito: B

19. (FCC - DPE-BA - Defensor Público / 2016)

Considere o texto a seguir:

"(...) a especialização do escravo é determinada segundo as necessidades do mercado ou a boa vontade de seu senhor. Esta imensa possibilidade de transferência tem uma influência reguladora sobre o mercado, onde a demanda varia de acordo com a conjuntura e a concorrência. O escravo é, às vezes, simplesmente alugado (...). É possível alugá-lo ao dia, à semana, ao mês, ao ano ou por mais tempo."

(MATTOSO, Kátia de Queirós. Ser escravo no Brasil. Trad. São Paulo: Brasiliense, 3.ed, 1990, p. 141)

A descrição acima sinaliza uma forma de trabalho escravo

A) disseminada no meio urbano, no meio rural e bastante usual quando se tratava de indígenas que, apesar de cidadãos livres perante a Coroa, se dispunham a suportar o cativeiro em troca de subsistência e da proteção da Igreja.

B) rara nas cidades baianas, onde o escravo doméstico, fosse índio ou negro, era considerado um agregado da família que deveria ser fiel a seu dono, não sendo permitido a ele deixá-lo para prestar serviços a terceiros, prática mais comum na região Sudeste.

C) típica de regiões de mineração, onde as flutuações de mercado eram maiores em função das eventuais descobertas de jazidas, sendo os escravos alforriados e transformados em trabalhadores livres, para que seus donos não tivessem obrigações com seu sustento.

D) comum nas cidades, onde os escravos "de ganho" eram frequentes e representavam uma fonte de renda para seus senhores, que deles dispunham livremente alugando sua força de trabalho, se julgassem necessário ou oportuno.

E) ocasional entre índios e negros escravizados nas regiões canavieiras, quando, durante os muitos meses de ócio nos períodos de entressafra, eram enviados a Salvador para aprenderem ofícios e venderem suas habilidades.

Comentários

A resposta A é falsa, pois os indígenas e africanos não eram considerados livres perante a Coroa, e sim escravos e fonte de renda para os senhores de engenho.

A resposta B é falsa, pois a descrição acima era frequente nas cidades baianas, já que o escravo era considerado mercadoria do seu patrão senhor de engenho.

A resposta C é falsa, pois os escravos não eram alforriados e transformados em trabalhadores livres. De certo, seus donos tinham obrigações com seu sustento, por isso os índios e africanos eram escravos dos senhores, para pagar seu sustento e de sua família.

A resposta D está certa, pois os escravos de ganho eram aqueles considerados mercadorias para os senhores de engenho, ou seja, eram lucros caso fosse necessária sua venda ou troca.

A resposta E é falsa, pois a especialidade do escravo é designada por seu senhor, que somente os vendiam caso não o servisse mais. Assim, esse escravo teria de aprender sozinho aquilo que seu novo senhor o designar.

(MOTA; BRAICK, 2019).

Gabarito: D

20. (FUNRIO - IF-BA / 2016)

A Bahia é o coração histórico do Brasil. É a terra onde pisaram os primeiros europeus, e o local dos primeiros povoados, da primeira cidade e da primeira capital do Brasil. A Bahia foi por muito tempo o centro político, comercial e cultural do País, sendo também o local do primeiro grande porto e da primeira grande casa de espetáculos. A Bahia foi a primeira sede da Corte, em 1808, e também o palco das principais lutas pela Independência do Brasil.

No final do século XVIII, a Bahia foi o palco de uma revolução social, que buscava a proclamação de uma República Bahinense, com igualdade de direitos para todos. Esse movimento recebeu o nome de

A) Balaiada.

B) Sabinada.

C) Cabanada.

D) Conjuração Baiana.

E) Inconfidência Baiana.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois Balaiada é no nome pelo qual ficou conhecida a importante revolta que se deu no Maranhão do século XIX. É mais um capítulo das convulsões sociais e políticas que atingiram o Brasil no turbulento momento que vai da independência do Brasil à proclamação da República. Naquele momento, a sociedade maranhense estava dividida, basicamente, entre uma classe baixa, composta por escravos e sertanejos, e uma classe alta, composta por proprietários rurais e comerciantes.

A alternativa B é falsa, pois Sabinada foi uma revolta autonomista de caráter separatista transitório, tendo ocorrido de 6 de novembro de 1837 a 16 de março de 1838. Ocorreu na Província da Bahia à época do Brasil Imperial, seus líderes foram o médico e jornalista Francisco Sabino e o advogado João Carneiro da Silva. O estudo sobre a Sabinada é importante para ampliar o entendimento sobre um período crucial e turbulento da História do Brasil, o Período Regencial (1831-1840).

A alternativa C é falsa, pois Cabanada foi a rebelião ocorrida no Brasil entre 1832 e 1835, iniciada logo após a abdicação de Dom Pedro I, ou seja, no período da Regência. Dificuldades financeiras do novo Regime, com o comércio exterior quase estagnado e a queda das cotações do algodão e da cana-de-açúcar, além do privilégio aduaneiro à Inglaterra, em vigor desde 1810, fizeram com que eclodissem diversas revoltas no Império do Brasil nesse período. O movimento da Cabanada se deu em Pernambuco, Alagoas, e Pará, porém são insurreições diferentes e em locais diferentes. A primeira se trata da revolta em Pernambuco e Alagoas e a segunda na região do atual Pará.

A alternativa D está certa, pois surgiu na Bahia, em 1798, um movimento social denominado A Revolta dos Alfaiates (Conjuração Baiana ou Inconfidência Baiana), que tinha como objetivo o rompimento dos laços coloniais com Portugal e a proclamação da República Bahiniense. Os

participantes desse levante se inspiraram nos ideais de liberdade vindos da Europa, decorrentes da Revolução Francesa, e contaram com a participação da elite baiana, marcada na figura do jornalista e médico Cipriano Barata e do padre Agostinho Gomes, que eram adeptos do pensamento francês e críticos ferrenhos do sistema colonial português em vigor.

A alternativa E é falsa, pois no século XVIII, a insatisfação da população baiana contra a administração colonial se avolumava por conta da ausência de produtos, da fome e outras mazelas que assolavam a população. Além disso, percebemos que, nesse mesmo período, os conteúdos do pensamento iluminista ali se manifestavam sob o signo da liberdade, da igualdade e da fraternidade. De fato, a experiência revolucionária ocorrida na França servia de inspiração contra o domínio dos colonizadores.

(MOTA; BRAICK, 2005)

Gabarito: D

---

21. (IBFC - Professor de História / 2014)

Segundo Umberto Eco (1989): É verdade, a Revolução Francesa foi antecipada por outros fenômenos como o habeas corpus inglês. Mas os ingleses, isso é sabido, permanecem em sua própria casa e, se conquistaram o habeas corpus, ficaram satisfeitos em conservá-lo para eles. A Revolução Francesa, ao contrário, exportou suas ideias de liberdade, igualdade e fraternidade. (...) A própria ideia das independências nacionais, nasce e se difunde com a Revolução Francesa. E portanto, nós somos, votamos, escrevemos cartas aos jornais, organizamos manifestações, pressionamos o nosso deputado, porque houve a Revolução Francesa" Considerado a citação exposta acima, indique qual influência que a Revolução Francesa teve em outros contextos:

I. A revolução Inglesa foi urbana e industrial, a Revolução Francesa realizou-se no campo, por isso não atentou às questões relativas ao habeas corpus.

II. A Revolução Francesa entusiasmou o continente Europeu, influenciou movimentos emancipacionistas como a Revolução Haitiana e a Conjuração Baiana;

III. A Revolução Inglesa do século XVII não influenciou imediatamente nenhuma mudança no mundo Ocidental, diferentemente do contexto francês;

IV. Os efeitos da Revolução Francesa, iniciada em 1789, encontraram um mundo mais receptivo às mudanças sociais.

Estão corretos os itens:

A) I e II

B) I, III, IV

C) I, II e III

D) II, III e IV

Comentários

A alternativa D está certa, concluindo, assim, que os itens II, III e IV são verdadeiros. Revolução Francesa foi um período de intensa agitação política e social na França, que teve um impacto duradouro na história do país e, mais amplamente, em todo o continente europeu. Antigos ideais da tradição e da hierarquia de monarcas, aristocratas e da Igreja Católica foram abruptamente derrubados pelos novos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade). Além disso, a Revolução Francesa foi muito influente para as Revoluções emancipacionistas, como a Haitiana e Conjuração Baiana.

Gabarito: D

---

22. (IBFC - Professor de História / 2014)

Leia o trecho destacado do documento proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos no Engenho Santana, em Ilheus, Bahia, por volta de 1789, e assinale a alternativa correta: "Meu Senhor, nós queremos paz e não queremos guerra; se meu senhor também quiser nossa paz há de ser nessa conformidade, se quiser estar pelo que nós quisermos, a saber. Em cada semana nos há de dar os dias de sexta-feira e de sábado para trabalharmos para nós, não tirando um destes dias por causa de dia santo. Para podermos viver nos há de dar rede, tarrafa e canoas. Não nos há de obrigar a fazer camboas, nem a mariscar, e quando quiser fazer camboas e mariscar mande os seus pretos Minas. Faça uma barca grande para quando for para Bahia, nós metermos as nossas cargas para não pagarmos fretes.(...) A tarefa de cana há de ser de cinco mãos, e não de seis, e a dez canas em cada feixe.(...) Os atuais feitores não os queremos, faça a eleição de outros com a nossa aprovação.(...) Os marinheiros que andam na lancha além de camisa de baeta que se lhe dá, hão de ter gibão de baeta, e todo vestuário necessário. O canavial do Jabirú o iremos aproveitar por esta vez, e depois há de ficar para pasto porque não podemos andar tirando canas por entre mangues. Poderemos plantar nosso arroz onde quisermos, e em qualquer brejo, sem que para isso peçamos licença, e poderemos cada um tirar jacarandás ou qualquer pau sem darmos parte para isso. A estar por todos os artigos acima, e conceder-nos estar sempre de posse da ferramenta, estamos prontos para o servirmos como dantes, porque não queremos seguir os maus costumes dos demais Engenhos. Poderemos brincar, folgar, e cantar em todos os tempos que quisermos sem que nos impeça e nem seja preciso licença."

A) Podemos interpretar o documento pela boa condição que os escravos do engenho Santana desfrutavam. Ao que podemos supor, sabiam ler e escrever, podiam pescar e mariscar, brincar e folgar. Solicitam sempre poder carregar ferramenta para completar os trabalhos inconclusos em melhor hora.

B) O documento pode ser interpretado pela dificuldade que os escravos enfrentam no engenho Santana. Apesar de tudo o senhor de escravos Manuel da Silva Ferreira, parece ser bastante compreensivo com a situação ao ceder a possibilidade dos negros descreverem quais suas solicitações para terem uma vida menos sofrida.

C) O documento acima trata de uma rebelião ocorrida no Engenho Santana, também podemos supor a participação de agentes escravizados que dominavam a linguagem escrita para propor acordo com o senhor do engenho, reivindicando melhores condições de vida e de trabalho.

D) O documento traz informações relevantes sobre a relação do senhor de engenho com seus escravos. Apesar de cativos os escravos podiam aprender a ler e escrever, e quando não estavam de acordo com a situação de trabalho, se manifestavam emitindo documento para não ocorrer como as demais fazendas da região, em que fugas e castigos eram constantes.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois na época e região citada os escravos não disfrutavam de uma boa condição de vida. Pelo contrário, a carta citada acima é um apelo, um acordo em que os escravos reivindicam ter dias de folga e que possam cuidar de si e de suas famílias.

A alternativa B é falsa, pois o senhor de engenho é uma figura de caráter autoritário. Portanto, o documento por ele recebido não era de seu conhecimento, já que os escravos não tinham direito de reivindicar melhorias.

A alternativa C está certa, pois a maior parte dos escravos indígenas ou africanos da época eram civilizados, ou seja, dominavam a escrita. Esse fator foi essencial para a população escravizada, pois com isso propuseram um acordo com o senhor de engenho em busca de seus direitos e melhores condições.

A alternativa D é falsa, pois o senhor de engenho era uma figura que tinha poder sobre todos aqueles que moravam ou trabalhavam em sua propriedade. Assim, os seus escravos não tinham liberdade de questionar e defender seus direitos.

(MOTA; BRAICK, 2005).

Gabarito: C

---

23. (CONSULTEC - Aspirante da Polícia Militar-BA / 2014)

Dez escravos foram presos e incluídos na devassa realizada pelo desembargador do Tribunal da Relação da Bahia, Francisco Sabino Alvares da Costa Pinto [...]. Mas a questão não é a quantidade; a questão é que eram escravos.

Escravos na maioria pardos e nascidos na Bahia (o único escravo africano preso é o *mina* Vicente). Pelo que se acompanha nos autos da devassa que os colheu, todos eles souberam de conversas e encontros conspirativos de homens livres, alguns brancos, outros pardos; alguns militares, oficiais de baixa e média patente, outros, artesãos. E ainda outros, intelectuais.

(TAVARES, 2003, p. 86).

O movimento descrito no texto, cuja participação de escravos indica a luta pelo fim da escravidão se refere

A) à Inconfidência Baiana.

B) à Sabinada.

C) ao Cangaço.

D) ao movimento de Canudos.

E) à Revolta Tenentista.

Comentários

A alternativa A está certa, pois no século XVIII, a insatisfação da população baiana contra a administração colonial se avolumava por conta da ausência de produtos, da fome e outras mazelas que assolavam a população. Além disso, percebemos que, nesse mesmo período, os conteúdos do pensamento iluminista ali se manifestavam sob o signo da liberdade, da igualdade e da fraternidade. De fato, a experiência revolucionária ocorrida na França servia de inspiração contra o domínio dos colonizadores e a favor da independência dos escravos.

A alternativa B é falsa, pois Sabinada foi uma revolta autonomista de caráter separatista transitório, tendo ocorrido de 6 de novembro de 1837 a 16 de março de 1838. Ocorreu na Província da Bahia à época do Brasil Imperial, seus líderes foram o médico e jornalista Francisco Sabino e o advogado João Carneiro da Silva. O estudo sobre a Sabinada é importante para ampliar o entendimento sobre um período crucial e turbulento da História do Brasil, o Período Regencial (1831-1840).

A alternativa C é falsa, pois o Cangaço foi um fenômeno do banditismo brasileiro ocorrido no nordeste do país em que os membros do grupo vagavam pelas cidades em busca de justiça e vingança pela falta de emprego, alimento e cidadania, causando o desordenamento da rotina dos camponeses. Um dos principais líderes do cangaço foi Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião. O termo cangaço vem da palavra canga (peça de madeira usada para prender junta de bois a carro ou arado; jugo).

A alternativa D é falsa, pois Guerra de Canudos ou Campanha de Canudos foi um conflito armado que envolveu o Exército Brasileiro e membros da comunidade sócio-religiosa liderada por Antônio Conselheiro, em Canudos, no interior do estado da Bahia. Os confrontos ocorreram entre 1896 e 1897, com a destruição da comunidade e a morte da maior parte dos 25 000 habitantes de Canudos.

A alternativa E é falsa, pois o movimento tenentista foi o nome dado ao movimento político-militar, e à série de rebeliões de jovens oficiais de baixa e média patente do Exército Brasileiro (tenentes) no início da década de 1920 descontentes com a situação política do Brasil. Aconselhavam reformas na estrutura de poder do país, entre as quais se destacam o fim do voto aberto (fim do voto de cabresto), instituição do voto secreto e a reforma na educação pública.

(MOTA; BRAICK, 2005).

Gabarito: A

---

24. (FCC - DPE-BA / 2016)

As lutas pela independência na Bahia foram revestidas de acirradas polarizações políticas e tensões sociais. Um episódio que evidencia as forças militares envolvidas e parte do impacto social resultante desses conflitos é

A) a formação da Junta Conciliatória e de Defesa, representando a união entre constitucionalistas e republicanos contra as forças do império brasileiro, que deflagrou a guerra, com ampla participação popular, na qual teve destaque a militar Maria Quitéria de Jesus.

B) o cerco à cidade de Salvador, sitiada durante aproximadamente um ano por tropas brasileiras que buscavam expulsar o exército português que ali se instalara, resultando em grande desabastecimento de víveres e sofrimento da população.

C) a ocupação da Vila de Cachoeira por forças portuguesas, momento culminante da guerra civil entre as tropas monarquistas e independentistas, que levou à alforria coletiva de milhares de cativos, a fim de que esses integrassem, como soldados, as tropas brasileiras.

D) a rendição das tropas portuguesas encabeçadas por Pierre Labatut, após os ataques contundentes das tropas brasileiras, sob o comando de Thomas Cochrane, que, na batalha de Pirajá, arrasou o centro velho de Salvador e deixou milhares de mortos.

E) a tomada do forte de São Pedro, com vitória das tropas portuguesas sobre as constitucionalistas, acompanhada por ações violentas pela cidade, como a invasão do convento da Lapa, na qual foi morta a soror Joana Angélica, hoje considerada mártir da independência da Bahia.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois o apoio popular a Dom Pedro I significou uma afronta à autoridade de Madeira de Melo, que mais uma vez respondeu com armas ao desejo da população local. Os brasileiros, inconformados com a violência do governador, proclamaram a formação de uma Junta Conciliatória e de Defesa instituída com o objetivo de lutar contra o poderio lusitano.

A alternativa B está certa, pois um dos principais métodos usados na guerra foram as guerrilhas e os cercos. A cidade de Salvador foi sitiada, impedindo a chegada de víveres e levando ao esgotamento das tropas de Madeira e Melo.

A alternativa C é falsa, pois tomando outros centros urbanos do interior, o movimento separatista ganhou força nas vilas de São Francisco e Cachoeira. Ciente destes outros focos de resistência, Madeiro de Melo enviou tropas para Cachoeira. A chegada das tropas incentivou os líderes políticos locais a mobilizarem a população a favor do reconhecimento do príncipe regente Dom Pedro I. Tal medida verificaria qual a postura dos populares em relação às autoridades lusitanas recém-chegadas. O apoio popular a Dom Pedro I significou uma afronta à autoridade de Madeira de Melo, que mais uma vez respondeu com armas ao desejo da população local.

A alternativa D é falsa, pois o príncipe regente Pedro Primeiro enviou reforços militares para ajudar os baianos e em outubro de 1822 chegou à Bahia o militar francês Pedro Labatut com a tropa enviada, e organizou os famosos Batalhões Patrióticos, e dar um comando firme às forças que se preparavam para combater Madeira e Melo. Labatut fez um cerco à Salvador, Pirajá, Cabula e Itapoã. O grosso das tropas brasileiras aquartelou-se em Pirajá, no engenho novo e lá conseguiram impor um cerco em torno da cidade, distribuídas de Cabrito à Conceição (largo do Tanque), e de Itapoã até Brotas. O cerco era completado pelo mar, pela esquadra de Lord Cochrane, e em 2 de julho as tropas baianas tomaram a cidade de Salvador. No levante dos militares comandado pelo oficial português Madeira e Melo tomaram a cidade e no Forte São Pedro ocorreu uma sublevação das tropas brasileiras. Foi neste levante que as tropas portuguesas tomaram a cidade e fizeram muita arruaça.

A alternativa E é falsa, pois devido à eficaz resistência organizada pelos defensores da independência e o apoio das tropas lideradas pelo militar britânico Thomas Cochrane, as tropas fiéis a Portugal

acabaram sendo derrotadas em 2 de julho de 1823. O episódio, além de marcar as lutas de independência do Brasil, motivou a criação de um feriado onde se comemora a chamada Independência da Bahia.

(BRASIL, 2019).

Gabarito: B

---

25. (CONSULTEC - CFO PM / 2012)

O processo de independência da Bahia se insere em um contexto mais amplo do processo separatista do continente americano. Contudo, esse processo nem sempre ocorreu da mesma forma. A análise dos textos e os conhecimentos esse processo, permitem afirmar:

A) A separação da Bahia destoou do resto do Brasil, devido ao fato de a independência baiana ter ocorrido paralelamente à abolição da escravidão indígena e africana.

B) A independência da Bahia caracterizou-se por ter sido um movimento popular, fato simbolizado nas figuras do caboclo e da cabocla, no desfile do 2 de Julho.

C) O processo de separação política baiana da metrópole possibilitou a alteração da estrutura latifundiária e a doação de terras às comunidades indígenas baianas.

D) A forte participação dos elementos indígena e africano no processo de independência baiana contribuiu para, após a separação política, se consolidar uma democracia racial na Bahia.

E) O caráter popular da independência baiana consolidou, no Estado, uma estrutura política democrática, com ampla participação eleitoral das camadas populares.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois a Independência da Bahia se deu no ano de 1822 e o fim da escravidão se deu cerca de 60 anos depois, em 1888. Brasil foi o último país do continente americano a abolir o trabalho escravo e isso ocorreu por meio da Lei Áurea, aprovada pelo Senado e assinada pela princesa Isabel, em 13 de maio de 1888. O fim da escravidão no Brasil não foi por um ato de bondade da monarquia brasileira, mas foi uma conquista realizada por meio do engajamento popular e da resistência dos escravos.

A alternativa B) está certa, pois A Independência da Bahia foi um movimento que, iniciado em 19 de fevereiro de 1822 e com desfecho em 2 de julho de 1823, motivado pelo sentimento federalista emancipador de seu povo, terminou pela inserção da então província na unidade nacional brasileira, durante a Guerra da Independência do Brasil. Importante participação nas lutas teve o elemento indígena, identificado simbolicamente como o "verdadeiro brasileiro", o dono da terra, que somara seus esforços aos demais combatentes. A Bahia rendeu-lhe homenagens sempre ostensivas e, em 1896, no monumento erguido na capital baiana, a figura do caboclo em cima — tal qual a do Almirante Horatio Nelson na Coluna de Nelson em Londres — aquele importante marco. Na cidade de Caetité, que todos os anos festeja o 2 de Julho com grande pompa, a figura de uma cabocla surge num dos carros, matando o "Dragão da Tirania", que representa o colonizador vencido.

A alternativa C é falsa, pois apesar da separação política no seu processo de Independência, os baianos mantiveram a estrutura latifundiária e destinaram, de início, algumas pequenas porções de terras aos indígenas.

A alternativa D é falsa, pois mesmo com a separação política, a população de camadas superiores ainda tinham o pensamento de dominação sobre aqueles que possuíam raça diferente das demais, como os negros e africanos.

A alternativa E é falsa, pois após vários movimentos populares que foram essenciais para o processo de Independência, as camadas populares não ganharam a voz que imaginavam após o fim dos movimentos. Por isso, a política democrática ainda não era exercida, como por exemplo, o direito ao voto feminino.

(ESCOLA, 2019).

Gabarito: B

---

26. (IBEG - Prefeitura de Teixeira de Freitas-BA / 2016)

Foi uma revolta de cunho autonomista, ocorrida no período do Brasil Império entre 1837 e 1838, na chamada Província da Bahia, liderada por um indivíduo com a formação de médico e jornalista. Teve como causa a insatisfação popular dos baianos no que se refere aos desmandos e a opressão do governo interessado em enriquecer a si próprio. Sua característica principal foi a grande participação das camadas mais populares da sociedade baiana, além de contar com integrantes da classe média e rica do estado, profissionais liberais, comerciantes, médicos, jornalistas, entre outros. Ao final do confronto o governo regencial tratou de julgar os líderes da revolta, condenando três deles a pena de morte. O confronto descrito recebeu o nome de:

A) Conjuração Baiana.

B) Revolta da Sabinada.

C) Cabanagem.

D) Guerra de Canudos.

E) Balaiada.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois surgiu na Bahia, em 1798, um movimento social denominado A Revolta dos Alfaiates (Conjuração Baiana ou Inconfidência Baiana), que tinha como objetivo o rompimento dos laços coloniais com Portugal e a proclamação da República Bahiniense. Os participantes desse levante se inspiraram nos ideais de liberdade vindos da Europa, decorrentes da Revolução Francesa, e contaram com a participação da elite baiana, marcada na figura do jornalista e médico Cipriano Barata e do padre Agostinho Gomes, que eram adeptos do pensamento francês e críticos ferrenhos do sistema colonial português em vigor.

A alternativa B está certa, pois Sabinada foi uma revolta autonomista de caráter separatista transitório, tendo ocorrido de 6 de novembro de 1837 a 16 de março de 1838. Ocorreu na Província da Bahia à época do Brasil Imperial, seus líderes foram o médico e jornalista Francisco Sabino e o advogado João Carneiro da Silva, com a participação de camadas mais populares. O estudo sobre a

Sabinada é importante para ampliar o entendimento sobre um período crucial e turbulento da História do Brasil, o Período Regencial (1831-1840).

A alternativa C é falsa, pois Cabanada foi a rebelião ocorrida no Brasil entre 1832 e 1835, iniciada logo após a abdicação de Dom Pedro I, ou seja, no período da Regência. Dificuldades financeiras do novo Regime, com o comércio exterior quase estagnado e a queda das cotações do algodão e da cana-de-açúcar, além do privilégio aduaneiro à Inglaterra, em vigor desde 1810, fizeram com que eclodissem diversas revoltas no Império do Brasil nesse período. O movimento da Cabanada se deu em Pernambuco, Alagoas, e Pará, porém são insurreições diferentes e em locais diferentes. A primeira se trata da revolta em Pernambuco e Alagoas e a segunda na região do atual Pará.

A alternativa D é falsa, pois Guerra de Canudos ou Campanha de Canudos foi um conflito armado que envolveu o Exército Brasileiro e membros da comunidade sócio-religiosa liderada por Antônio Conselheiro, em Canudos, no interior do estado da Bahia. Os confrontos ocorreram entre 1896 e 1897, com a destruição da comunidade e a morte da maior parte dos 25 000 habitantes de Canudos.

A alternativa E é falsa, pois Balaiada é no nome pelo qual ficou conhecida a importante revolta que se deu no Maranhão do século XIX. É mais um capítulo das convulsões sociais e políticas que atingiram o Brasil no turbulento momento que vai da independência do Brasil à proclamação da República. Naquele momento, a sociedade maranhense estava dividida, basicamente, entre uma classe baixa, composta por escravos e sertanejos, e uma classe alta, composta por proprietários rurais e comerciantes.

(MOTA; BRAICK, 2005).

Gabarito: B

---

27. (IBFC - Professor de História / 2014)

A Revolta dos Malês, em 1835, foi um movimento:

A) influenciado pela revolução haitiana; buscou acabar com a escravidão no Brasil, promovendo o extermínio dos brancos e indígenas, assim que submetesse a monarquia e assumisse o poder político do país.

B) de libertação que contou com o apoio de quilombolas e indígenas no interior da Bahia. Entre suas propostas, a que mais amedrontou a sociedade escravista da época era, a de fazer escravos os brancos e destruir os símbolos das igrejas católicas além de matar todos os padres e a família real.

C) foi organizado por negros islamizados e alfabetizados, que difundiram as reivindicações e a forma do levante escrevendo pelas paredes da cidade em árabe, dificultando alguma forma de antecipação de repressão pelos escravocratas da época. Duas das principais intenções em tomar o poder eram: abolir a escravidão e ter o direito de se converterem ao cristianismo;

D) foi organizada por africanos escravizados de origem islâmica, planejada através de inscrições pela capital baiana. Além da intenção de acabar com a escravidão, os revoltosos pretendiam confiscar os bens dos brancos, construir um reino islâmico e transformarem escravos os não islamizados.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois a Revolta foi influenciada pela Revolução Francesa. Há muitas dúvidas sobre quais eram os reais objetivos da Revolta dos Malês, mas pode-se dizer que se pretendia criar uma rebelião escrava generalizada e provavelmente instituir em Salvador um governo malê, liderado por muçulmanos. Para isso, os revoltosos planejavam matar todos os brancos, pardos ou mulatos livres, bem como os escravos negros que se recusaram a participar da revolta. No processo de julgamento, diversos réus afirmaram que foram obrigados pelos revoltosos a participarem da revolta, como por exemplo um haucá que afirmou ter sido obrigado a participar do levante "a pancadas". Todavia, o projeto definitivo dos rebeldes continua sem resposta, pois não se sabe qual regime político seria instaurado ou que tipo de sociedade brotaria caso essa revolta tivesse logrado êxito.

A alternativa B é falsa, pois os revoltosos propunham o fim do catolicismo, o assassinato e o confisco de bens de todos os brancos e mestiços, a implantação de uma monarquia islâmica no Brasil, bem como defendiam também o assassinato dos não islâmicos.

A alternativa C é falsa, pois o objetivo era reunir-se com outros revoltosos e tomar o governo. Buscavam também divulgar a religião e tomar pra si “direitos” que acreditavam ter, por motivos religiosos. Em seguida, haveria a invasão dos engenhos e libertação dos escravos muçulmanos.

A alternativa D está certa, pois os revoltosos propunham o fim do catolicismo, o assassinato e o confisco de bens de todos os brancos e mestiços, a implantação de uma monarquia islâmica no Brasil, bem como defendiam também a escravização dos não islâmicos.

(INFOESCOLA, 2019).

Gabarito: D

---

28. (IBFC - Soldado da Polícia Militar-BA / 2017)

Um dos mais graves problemas sociais e ao mesmo tempo econômico que o Brasil enfrenta é a pobreza de sua população. Sabe-se que, comumente, governos brasileiros têm utilizado políticas indutivas de crescimento econômico como medida redutora da pobreza, sem no entanto, obter resultados satisfatórios ou permanentes. Sabe-se também que, dentre as regiões que mais sofrem com a pobreza, no país, estão a Norte e Nordeste. Estudos históricos mostram que, em razão disso, houve um conflito, no Nordeste Brasileiro, liderado por Antônio Conselheiro que ficou conhecido como Guerra de Canudos. Sobre esse assunto, analise as afirmativas abaixo, dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) A situação do Nordeste brasileiro, no final do século XIX, era muito precária. Fome, seca, miséria, violência e abandono político afetavam os nordestinos, principalmente a população mais carente. Toda essa situação, em conjunto com o fanatismo religioso, desencadeou um grave problema social.

( ) Em novembro de 1896, no sertão da Bahia, foi iniciado um conflito civil que ficou conhecido como Guerra de Canudos. Esta guerra durou quase um ano, até 05 de outubro de 1897, e, devido à força adquirida, o governo da Bahia pediu o apoio da República para conter este movimento formado por fanáticos, jagunços e sertanejos sem emprego.

( ) O beato Conselheiro, homem que passou a ser conhecido logo depois da Proclamação da República, era quem liderava este movimento. Ele acreditava que havia sido enviado por Deus para acabar com as diferenças sociais e também com os pecados republicanos, entre estes, estavam o casamento civil e a cobrança de impostos.

( ) Antônio Conselheiro por acreditar que era um enviado de Deus conseguiu reunir um grande número de adeptos que acreditavam em sua liderança e, em razão disso, ele, realmente poderia, libertá-los da situação de extrema pobreza na qual se encontravam.

( ) Devido à enorme proporção que este movimento adquiriu, o governo da Bahia não conseguiu por si só segurar a grande revolta que acontecia em seu Estado; por esta razão, pediu a interferência da República.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

A) V, F, V, V, V.

B) V, F, V, F, V.

C) F, F, V, V, F.

D) V, V, V, V, V.

E) V, F, F, F, V.

Comentários

A alternativa D está certa, portanto, a sequência correta das afirmativas é: V V V V V V.

Guerra de Canudos ou Campanha de Canudos [1] foi um conflito armado que envolveu o Exército Brasileiro e membros da comunidade sócio- religiosa liderada por Antônio Conselheiro, em Canudos, no interior do estado da Bahia. Os confrontos ocorreram entre 1896 e 1897, com a destruição da comunidade e a morte da maior parte dos 25 000 habitantes de Canudos. A região, historicamente caracterizada por latifúndios improdutivos, secas cíclicas e desemprego crônico, passava por uma grave crise econômica e social. Milhares de sertanejos partiram para Canudos, cidadela liderada pelo peregrino Antônio Conselheiro, unidos na crença numa salvação milagrosa que pouparia os humildes habitantes do sertão dos flagelos do clima e da exclusão econômica e social.

Gabarito: D

---

29. (IBEG - Prefeitura de Teixeira de Freitas-BA / 2016)

Foi uma guerra entre o Exército Brasileiro e integrantes de um movimento popular com base sócio-religioso, liderado por um cearense de Quixeramobim, ocorrido entre 1896 e 1897. O movimento tinha caráter coletivista, messiânico e monarquista. Foram necessárias quatro expedições para o exército vencer os sertanejos. O confronto descrito recebeu o nome de:

A) Guerra dos Aimorés.

B) Levante dos Tupinambás.

C) Conjuração Baiana.

D) Guerra de Canudos.

E) Levante Sertanejo.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois a Guerra dos Aimorés foi um conflito entre colonizadores e ameríndios que ocorreu entre os anos de 1555 e 1673. nos territórios atuais da Bahia e do Espírito Santo. Foi resultado de conflitos iniciais de tentativa de escravização das populações indígenas e das entradas e bandeiras para extração e ocupação Fernão de Sá, comandando bandeira no território capixaba, lutava contra os aimorés, cujos hábitos nômades os espalhavam desde as bacias dos rios Jaguaripe e Paraguaçu aos atuais municípios de Ilhéus e Porto Seguro. Os aimorés venceram e as feitorias dos bandeirantes foram destruídas por volta de 1558.

A alternativa B é falsa, pois aconteceu no dia 13 de janeiro de 1618 e foi liderado pelo tuxaua Cabelo de Velha, que reuniu diversos grupos indígenas nativos de Belém para travar uma luta contra os portugueses, devido aos abusos cometidos pelos colonizadores ao explorarem a mão de obra indígena. Esse movimento foi o principal dentre uma série de levantes que ocorreram na região entre os anos de 1617 e 1619. As disputas culminaram no ataque dos tupinambás ao Forte do Presépio, localizado na cidade de Belém, em janeiro de 1619.

A alternativa C é falsa, pois surgiu na Bahia, em 1798, um movimento social denominado A Revolta dos Alfaiates (Conjuração Baiana ou Inconfidência Baiana), que tinha como objetivo o rompimento dos laços coloniais com Portugal e a proclamação da República Bahiniense. Os participantes desse levante se inspiraram nos ideais de liberdade vindos da Europa, decorrentes da Revolução Francesa, e contaram com a participação da elite baiana, marcada na figura do jornalista e médico Cipriano Barata e do padre Agostinho Gomes, que eram adeptos do pensamento francês e críticos ferrenhos do sistema colonial português em vigor.

A alternativa D está certa, pois Guerra de Canudos ou Campanha de Canudos foi um conflito armado que envolveu o Exército Brasileiro e membros da comunidade sócio-religiosa liderada por Antônio Conselheiro, em Canudos, no interior do estado da Bahia. Os confrontos ocorreram entre 1896 e 1897, com a destruição da comunidade e a morte da maior parte dos 25 000 habitantes de Canudos.

A alternativa E é falsa, pois o Levante Sertanejo ocorreu entre 1919 e 1930 e foi altamente elitista, ligado aos interesses dos grandes coronéis baianos. Neste caso, os coronéis Marcionillo Souza, Horácio de Matos, e Anfiófilo Castelo Branco reagiram contra a Lei Estadual n.º 1.104, de 09 de maio de 1916, que pretendia minar seu imenso poder regional. O coronelismo foi um grande fenômeno político da República Velha.

(MOTA; BRAICK, 2005).

Gabarito: D

---

30. (CONSULTEC - CFO PM / 2012)

A uma estrutura agrária marcada em vastas áreas, somava-se o total descaso das elites e do governo com as carências da população sertaneja. A tensão explodia com frequência, quase sempre em momentos de seca prolongada, como nas duas últimas décadas do século XIX. Durante as secas prolongadas, a população perdia suas fontes de sustento e muitas pessoas procuravam sobreviver migrando para outra região. [...]. Também se disseminava, nessas

épocas, o misticismo religioso: uma vez condenados à miséria material, os sertanejos passavam a buscar apoio no imaginário espiritual, levando uma vida de devoção religiosa e exaltação mística. O misticismo religioso quase sempre se desenvolvia em torno de um líder carismático, cujo discurso era capaz de mobilizar as populações com promessas, como a salvação eterna, em troca das misérias terrenas.

(VICENTINO; DORIGO. 2010, p.556).

O texto pode ser corretamente relacionado ao movimento social, ocorrido no Brasil,

A) o Movimento Conselheirista de Canudos.

B) a Revolta da Vacina.

C) a Revolta dos Malês.

D) a Conjuração Baiana.

E) a Sabinada.

Comentários

A alternativa A está certa, pois Guerra de Canudos ou Campanha de Canudos foi um conflito armado que envolveu o Exército Brasileiro e membros da comunidade sócio-religiosa liderada por Antônio Conselheiro, em Canudos, no interior do estado da Bahia. Os confrontos ocorreram entre 1896 e 1897, com a destruição da comunidade e a morte da maior parte dos 25 000 habitantes de Canudos.

A alternativa B é falsa, pois A Revolta da Vacina foi um motim popular ocorrido entre 10 e 16 de novembro de 1904 na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Seu pretexto imediato foi uma lei que determinava a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, mas também é associada a causas mais profundas, como as reformas urbanas que estavam sendo realizadas pelo prefeito Pereira Passos e as campanhas de saneamento lideradas pelo médico Oswaldo Cruz.

A alternativa C é falsa, pois a Revolta dos Malês foi uma revolta do período regencial. Aconteceu na noite de 24 para 25 de fevereiro de 1835, em Salvador, na Bahia. Foi uma revolta que se destacou no período por ter motivação religiosa, tendo sido levada a cabo por escravos de religião islâmica, os chamados malês, que diferiam dos escravos tradicionalmente trazidos ao Brasil, que possuíam muitas vezes, diferentes religiões próprias.

A alternativa D é falsa, pois surgiu na Bahia, em 1798, um movimento social denominado A Revolta dos Alfaiates (Conjuração Baiana ou Inconfidência Baiana), que tinha como objetivo o rompimento dos laços coloniais com Portugal e a proclamação da República Bahiniense. Os participantes desse levante se inspiraram nos ideais de liberdade vindos da Europa, decorrentes da Revolução Francesa, e contaram com a participação da elite baiana, marcada na figura do jornalista e médico Cipriano Barata e do padre Agostinho Gomes, que eram adeptos do pensamento francês e críticos ferrenhos do sistema colonial português em vigor.

A alternativa E é falsa, pois Sabinada foi uma revolta autonomista de caráter separatista transitório, tendo ocorrido de 6 de novembro de 1837 a 16 de março de 1838. Ocorreu na Província da Bahia à época do Brasil Imperial, seus líderes foram o médico e jornalista Francisco Sabino e o advogado João Carneiro da Silva, com a participação de camadas mais populares. O estudo sobre a Sabinada é

importante para ampliar o entendimento sobre um período crucial e turbulento da História do Brasil, o Período Regencial (1831-1840).

(MOTA; BRAICK, 2005).

Gabarito: A

---

31. (CONSULTEC - CFO PM / 2011)

> Se, por um lado, a dimensão política do modelo de Estado [...] decorre da dimensão religiosa do pensamento de seu fundador e, assim, ambas se suportam reciprocamente, o mesmo parece ter ocorrido com a dimensão econômica do desenho daquela sociedade. De fato, a fortíssima raiz cultural do trabalho coletivista e da ajuda mútua no meio rural, [...], largamente empregados na região da caatinga, sugerem que o Estado [...] desenvolveu-se com a prática disseminada de um modelo de economia centrada na produção coletivista e que [...] foi na realidade um grande mutirão. (SE..., 2011).
>
> A análise do texto, aliada aos conhecimentos sobre os movimentos sociais na Bahia, permitem afirmar que ele se refere à
>
> A) Conjuração Baiana, revolta popular contra a opressão da Igreja sobre a população sertaneja.
>
> B) Sabinada, movimento que pregava a liberdade de culto e religião e o rompimento político com Portugal.
>
> C) Revolta dos Malês, insurreição que defendia a queda do Império e a instalação do islamismo no sertão baiano.
>
> D) Revolta da Chibata, revolução de caráter comunista que defendia a queda da República.
>
> E) Revolta de Canudos, movimento de caráter místico-religioso que estabeleceu um povoado independente, cuja existência era pautada no comunitarismo.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois surgiu na Bahia, em 1798, um movimento social denominado A Revolta dos Alfaiates (Conjuração Baiana ou Inconfidência Baiana), que tinha como objetivo o rompimento dos laços coloniais com Portugal e a proclamação da República Bahiniense. Os participantes desse levante se inspiraram nos ideais de liberdade vindos da Europa, decorrentes da Revolução Francesa, e contaram com a participação da elite baiana, marcada na figura do jornalista e médico Cipriano Barata e do padre Agostinho Gomes, que eram adeptos do pensamento francês e críticos ferrenhos do sistema colonial português em vigor.

A alternativa B é falsa, pois Sabinada foi uma revolta autonomista de caráter separatista transitório, tendo ocorrido de 6 de novembro de 1837 a 16 de março de 1838. Ocorreu na Província da Bahia à época do Brasil Imperial, seus líderes foram o médico e jornalista Francisco Sabino e o advogado João Carneiro da Silva, com a participação de camadas mais populares. O estudo sobre a Sabinada é importante para ampliar o entendimento sobre um período crucial e turbulento da História do Brasil, o Período Regencial (1831-1840).

A alternativa C é falsa, pois a Revolta dos Malês foi uma revolta do período regencial. Aconteceu na noite de 24 para 25 de fevereiro de 1835, em Salvador, na Bahia. Foi uma revolta que se destacou

no período por ter motivação religiosa, tendo sido levada a cabo por escravos de religião islâmica, os chamados malês, que diferiam dos escravos tradicionalmente trazidos ao Brasil, que possuíam muitas vezes, diferentes religiões próprias.

A alternativa D é falsa, pois a Revolta da Chibata foi um motim organizado pelos soldados da Marinha brasileira de 22 a 27 de novembro de 1910. A revolta organizada pelos marinheiros ocorreu em embarcações da Marinha que estavam atracadas na Baía de Guanabara e foi motivada, principalmente, pela insatisfação dos marinheiros com os castigos físicos.

A alternativa E está certa, pois Guerra de Canudos ou Campanha de Canudos foi um conflito armado que envolveu o Exército Brasileiro e membros da comunidade sócio-religiosa liderada por Antônio Conselheiro, em Canudos, no interior do estado da Bahia. Os confrontos ocorreram entre 1896 e 1897, com a destruição da comunidade e a morte da maior parte dos 25 000 habitantes de Canudos.

(MOTA; BRAICK, 2005).

Gabarito: E

---

32. (FCC - DPE-BA - Defensor Público / 2016)

Considere o trecho a seguir:

"(...) logo após tomar todas as medidas necessárias para a extinção definitiva do tráfico, a Bahia passou da posição de importador à condição de exportador de escravos. Dessa forma, negros a todo preço seriam deslocados do norte para o sul já nos primeiros anos da década de 1850, num movimento contínuo, e que, apesar de altos e baixos, só se encerraria na década de 1880".

(SILVA, Ricardo Tadeu Caires. A participação da Bahia no tráfico interprovincial de escravos (1851-1881). p. 2. In: 3o Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Universidade Federal de Santa Catarina,2007.Disponível em:http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/ Textos3/ricardo%20tadeu.pdf. Acesso em: 10 de julho de 2016)

Para compreensão histórica do fenômeno descrito acima, devem ser considerados os seguintes fatores:

I. A alta do preço do café, no mercado mundial, que impulsionou sua produção no Sudeste e a demanda por mão de obra escrava, de difícil aquisição via tráfico internacional a partir de 1850.

II. O impacto da Guerra de Secessão norte-americana, que prejudicou as exportações do algodão produzido no Nordeste e obrigou os proprietários a se desfazerem de parte de seus contingentes de escravos.

III. A importância da Bahia no tráfico atlântico, província onde os traficantes resistiram mesmo após a extinção do tráfico, com certo apoio das autoridades locais.

IV. A pujança econômica da produção canavieira, que atraiu investimentos na modernização dos engenhos, processo que resultou na dispensa de mão de obra.

Está correto APENAS o que se afirma em:

A) III e IV.

B) I, II e IV.

C) I e III.

D) II, III e IV.

E) I e II.

Comentários

A alternativa C está certa. Portanto, as afirmações II, III e IV são verdadeiras.

A derrota sulista no conflito foi consolidada pelos seguintes motivos: os sulistas falharam em obter o apoio estrangeiro, principalmente de França e Inglaterra; o embargo econômico marítimo, aplicado por Lincoln aos sulistas, sufocou a economia local e gerou crise de desabastecimento, inclusive no exército confederado, o que resultou em deserções; a atuação dos nortistas pelo incentivo à fuga dos escravos em posses sulistas aumentou a crise econômica do sul. A junção desses fatores levou à rendição dos sulistas em abril de 1865. Com a guerra, o sul ficou arrasado, com grande destruição material e uma economia em frangalhos. A guerra consolidou a abolição da escravidão em todo o país com a promulgação da 13ª Emenda Constitucional, e foram iniciadas a reconstrução e a reintegração do sul à União. O saldo do conflito foi de 600 mil mortos, marcando a secessão como a maior guerra da história americana.

(ESCOLA, 2019).

Gabarito: C

---

33. (IBFC - Professor de História / 2014)

O processo de abolição do sistema escravista no Brasil não pode ser reduzido a Lei Áurea, promulgada pela princesa Isabel, aos 13 de maio de 1888. A complexidade dos acontecimentos históricos devem ser analisados e comparados. Como exemplo podemos pensar em revoltas de escravos e mesmo na extinção da escravidão na província do Ceará, em 1884, em contraste com a posição de fazendeiros e comerciantes na Bahia do mesmo período. Emilia Viotti da Costa (1982) destaca uma petição do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, encaminhada à Câmara dos Deputados em 14 junho de 1884, argumentando contra a extinção do sistema escravista, sendo o escravo: "Mais do que um bem patrimonial, mais do que um elemento da fortuna privada, o escravo é uma instituição social, é uma força de produção e da riqueza nacional, enfim. A lavoura e o comercio dessa província não são escravagista, como ninguém o é no século em que vivemos. Mas a escravidão tendo entrado em nossos costumes, em nossos hábitos, em toda a vida social e política, acha-se por tal forma a ela vinculada que extingui-la de momento será comprometer a vida nacional, perturbar a sua economia interna, lançar esta na indigência, na senda do crime e no precipício de uma ruína incontável."

Dentre os argumentos elencados na petição citada, indique quais podem ser aproximados entre as preocupações do movimento abolicionista liberal e os defensores do sistema escravista, frente à extinção da escravidão.

I. Preocupação comum entre escravistas e abolicionistas liberais era o fato de entender o escravo como bem patrimonial, elemento fundamental do direito de propriedade privada;

II. O entendimento do qual, no século XIX, ninguém era escravagista, especialmente na Bahia;

III. Preocupação com o efeito da libertação, já que essa atitude política poderia levar os escravos libertos à pobreza, comprometendo ainda a economia interna do país.

A(s) sentença(s) que aproxima(m) preocupação comum entre escravistas e abolicionistas liberais são:

A) I e II, apenas.

B) II e III, apenas.

C) Apenas I.

D) Apenas III.

Comentários

A alternativa C está certa. Portanto, apenas a sentença I é verdadeira.

Retirando o fragmento do texto que comprove a veracidade da sentença I, temos: "Mais do que um bem patrimonial, mais do que um elemento da fortuna privada, o escravo é uma instituição social, é uma força de produção e da riqueza nacional, enfim. A lavoura e o comercio dessa província não são escravagista, como ninguém o é no século em que vivemos. Mas a escravidão tendo entrado em nossos costumes, em nossos hábitos, em toda a vida social e política, acha-se por tal forma a ela vinculada que extingui-la de momento será comprometer a vida nacional, perturbar a sua economia interna, lançar esta na indigência, na senda do crime e no precipício de uma ruína incontável."

(MOTA; BRAICK, 2005).

Gabarito: C

---

34. (CONSULTEC - Aspirante da Polícia Militar-BA / 2014)

Compare-se a Bahia caymmiana com o que se passava no Brasil Meridional - em São Paulo, especialmente. Costumo dizer, a propósito, que, enquanto o Centro-Sul ia a todo vapor, a Bahia era um barco a vela. Assim é que 1941 é o ano da criação da Companhia Siderúrgica Nacional, mas também o ano em que Caymmi compõe O *Mar* e *A Jangada Voltou Só*.

O avesso daquela vida baiana - vida estável, ensolarada, carente de disposição metropolitana, desenhando-se entre uma cidade tradicional e uma Itapoã que mal ultrapassava o limiar da economia de subsistência - podia ser encontrado, como disse, numa cidade como São Paulo, reino de urbanitas atirados, em levas, na poderosa e perigosa maré do progresso. São Paulo vivia então um intenso processo de redefinição das relações humanas e sociais, mapeando com nervosismo elétrico as realidades emergentes.

(RISÉRIO, 2004, p. 512).

A imagem do “barco a vela", relacionada à Bahia, comparada ao “todo vapor", em relação ao Centro-Sul brasileiro, é uma referência ao contraste das duas regiões e ao desenvolvimento dessa última, propiciado pela política

A) industrializante, estabelecida no Segundo Império, pela ação pioneira de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá.

B) autoritária da Primeira República, conhecida como Política dos Governadores, que buscava conceder incentivos fiscais aos estados que investissem na implantação de um parque industrial.

C) getulista, de criação de empresas estatais que atuassem no setor de infraestrutura e indústria de base, que favorecesse o desenvolvimento em bases nacionais.

D) empreendida pelo Segundo Governo Vargas, de associação ao capital estrangeiro e especialização regional, tendo o Centro-Sul como polo industrial e o Nordeste, como polo turístico.

E) desenvolvida no governo João Goulart, que, através da implementação da reforma agrária e da estatização das empresas estrangeiras, acelerou o processo de urbanização nas grandes capitais do país.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois Barão de Mauá foi pioneiro em várias áreas da economia do Brasil. Dentre as suas maiores realizações encontra-se a implantação da primeira fundição de ferro e estaleiro no país, a construção da primeira ferrovia brasileira, a estrada de ferro Mauá na cidade de Magé, no atual estado do Rio de Janeiro, o início da exploração do rio Amazonas e afluentes, bem como o Guaíba e afluentes, no Rio Grande do Sul, com barcos a vapor, etc. Entretanto, não investiu tanto na região Sul do país.

A alternativa B é falsa, pois a Política dos Governadores ou Política dos Estados foi um acordo durante os primeiros anos da República Velha (1889-1930), em que o Governo Federal apoiava os governos estaduais sem restrições e, em troca, eles faziam uso de seus coroneis ("coronelismo") e elegiam bancadas pró-Governo Federal para a quinta assembleia legislativa, de forma que nem o governo federal, nem os governos estaduais, enfrentassem qualquer tipo de oposição.

A alternativa C está certa, pois foi a partir de novembro de 1937 que Getúlio Vargas adotou medidas econômicas nacionalizantes, investindo em infraestrutura e indústria de base. Assim, o Sul do Brasil largava a frente em âmbito econômico.

A alternativa D é falsa, pois a proposta de criação de empresas estatais em áreas consideradas estratégicas, como a prospecção e a exploração de petróleo e a produção de eletricidade, significava, porém, entrar em rota de choque com interesses fortemente consolidados e que favoreciam a participação de grupos estrangeiros. Assim, o projeto político-econômico proposto por Getúlio Vargas entrava em choque com empresas estrangeiras, com os interesses locais industriais e financeiros associados ou em vias de se associarem ao capital internacional, e com os poderosos proprietários de terras que permaneciam politicamente ativos em suas regiões.

A alternativa E é falsa, pois dentre as propostas das reformas de base estavam: a agrária, a bancária, a fiscal, a universitária, a urbana e a administrativa. Destacava-se entre essas propostas a reforma agrária que distribuiria de maneira mais equitativa a terra entre os trabalhadores rurais, para isso seria necessário mudar a exigência prevista na Constituição vigente de que a desapropriação de terras deveria sofrer indenização prévia em dinheiro. As reformas de base também previam maior intervenção do Estado na economia nacional, a ampliação do direito ao voto aos analfabetos e baixas patentes militares, e o controle do investimento econômico estrangeiro no país. Para efetivar as reformas de base, João Goulart participou de grandes comícios realizados nas principais cidades do país.

(MOTA; BRAICK, 2005)

Gabarito: C

---

35. (FCC - DPE-BA - Defensor Público / 2016)

Fenômenos sociais como a Revolta de Canudos e o Cangaço, no Nordeste, são explicados historicamente por diversos fatores, tais como

A) miséria e descaso do poder público com as populações sertanejas, expostas à intensa violência de diversas ordens e atraídas por movimentos que prometiam condições de vida diferentes e/ou a sensação de proteção.

B) seca prolongada, a exploração do trabalho e a falta de perspectiva de futuro, motivos que levavam os sertanejos a lutarem por uma sociedade igualitária e democrática, objetivo das ações de ambos os movimentos.

C) falência do coronelismo, em um momento em que esse tipo de poder era obrigado a ceder espaço às forças federais republicanas, que desestruturaram as elites locais e o sistema de apadrinhamento então vigente.

D) crise econômica e política provocada pela queda do preço do açúcar no mercado internacional, acompanhada de migrações para o norte e da fuga de famílias inteiras que passaram a integrar bandos e comunidades religiosas, em busca de subsistência.

E) crescente politização da população de baixar renda após as revoltas ocorridas durante o Segundo Reinado, repercutindo em levantes contra o Império, contra o mandonismo local e contra o catolicismo.

Comentários

A alternativa A está certa, pois o Cangaço foi um fenômeno do banditismo brasileiro ocorrido no nordeste do país em que os membros do grupo vagavam pelas cidades em busca de justiça e vingança pela falta de emprego, alimento e cidadania, causando o desordenamento da rotina dos camponeses. E a Guerra de Canudos foi um conflito armado que envolveu o Exército Brasileiro e membros da comunidade sócio-religiosa liderada por Antônio Conselheiro, em Canudos, no interior do estado da Bahia. Além disso, estavam descontentes com as ações dos governantes e em busca de seus direitos.

A alternativa B é falsa, pois o Cangaço foi um movimento com membros do sertão, os sertanejos, que enfrentavam dificuldades de emprego e cidadania. Já os Canudos foi um conflito armado que envolveu o Exército Brasileiro e membros da comunidade religiosa.

A alternativa C é falsa, pois esta elite política foi composta por comerciantes, grandes proprietários rurais e chefes políticos locais. Eles eram capazes de exercer influência sobre a população local enquanto autoridades incontestáveis. Os coronéis podiam recrutar pessoas para compor a força militar do governo. Desta forma podiam manter os pilares da exclusão política e do controle sobre os espaços de representação política.

A alternativa D é falsa, pois após a queda do açúcar no mercado internacional, as famílias que buscavam melhores condições de vida migraram-se para o Sul, em busca de emprego e subsistência.

A alternativa E é falsa, pois após as revoltas ocorridas, a população de baixa renda cresceu e com isso vários movimentos a favor da disseminação do catolicismo.

(MOTA; BRAICK, 2005).

Gabarito: A

---

36. (FCC - DPE-BA - Defensor Público / 2016)

Considere o texto a seguir, publicado em um jornal baiano em 1905:

"Estamos na Costa da África? É o que se torna necessário ser averiguado pela polícia, porquanto se lá não estamos também de lá não nos separam grande distância os nossos costumes negreiros. E a prova é que, fechando ouvidos a repetidas queixas da imprensa e de particulares, a polícia consente que dentro da cidade, porque é no outeiro que o vulgo denominou de 'Cucuí', descendentes vadios de negros selvagens façam candomblés, todos os dias, à noite principalmente, incomodando com um batebate dos pecados o sono tranqüilo da população. Já lá se foram os tempos dos 'feitiço' e dos 'candomblés', e porque atravessamos um século de largo progresso e ampla civilização, apelamos para a energia e a boa vontade, ainda não desmentidas, do sr.(...) sub-comissário de polícia, certos de que s.s. porá ponto final na folia macabra dos negros desocupados do 'Cucuí'."

(Jornal A ORDEM. 21 out. 1905. p. 1, Apud SANTOS, Edmar Ferreira. O poder dos candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/179/1/O%20poder%20dos%20candombles.pdf. Acesso em: 11 de julho de 2016

A partir da leitura do texto acima, é correto afirmar que o autor desse texto

A) considera que a prática do candomblé representa um incômodo aos trabalhadores por ocorrer durante a noite, afirmando ainda que seus praticantes eram descendentes de negros vadios, por isso marginalizados pelo resto da população.

B) usa expressões como "folia macabra" e "bate-bate dos pecados" para denunciar a prática do candomblé como uma seita pecaminosa, localizada em um lugar específico da cidade, a ser combatida pela polícia e pela Igreja.

C) reclama que a prática do candomblé deva ser investigada para que se verifique a autenticidade das matrizes africanas desses “costumes negreiros”, assumidos em seu texto como “nossos” mas supostamente originários da Costa da África.

D) associa a prática do candomblé à vadiagem, apelando para um discurso celebrativo da ordem e do progresso e acusando a polícia de ser tolerante com esse costume que ameaçava a “população”, da qual os negros, em seu texto, parecem excluídos.

E) sugere que o candomblé é uma manifestação de selvageria ultrapassada, praticamente extinta uma vez que vem sendo combatida pela imprensa com êxito, de modo que “já lá se foram os tempos dos feitiços’ e dos ‘candomblés’.”

Comentários

A alternativa A é falsa, pois a queixa do candomblé não feita por trabalhadores e sim pela imprensa e particulares, como governadores e suas famílias.

A alternativa B é falsa, pois em seu texto o autor afirma que a polícia não age contra a prática do candomblé e que a Igreja não se incomoda com isso.

A alternativa C é falsa, pois o autor não é a favor da prática do candomblé, por isso, compara à África, um país considerado com pouca cultura.

A alternativa D está certa, pois o autor exclui claramente os negros da população brasileira, comparando-os com africanos, que são considerados sem cultura. Além disso, afirma que os policiais são condizentes com a prática.

A alternativa E é falsa, pois essa prática ainda não foi extinta da população, somente reduzida com o surgimento de outras religiões.

Gabarito: D

---

37. (FCC - Casa Civil-SP / 2010)

Segundo o economista Sérgio Silva, "durante a década de 1880 a produção [cafeeira] de São Paulo ultrapassa a produção do Rio de Janeiro, os planaltos de São Paulo praticamente substituem o Vale do Paraíba".

(Sérgio Silva. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 49-50)

Representação política das províncias: São Paulo tinha 3 senadores, como o Pará, enquanto a Bahia tinha 6, Minas Gerais, 10, Pernambuco, 6 e o Rio de Janeiro, 5. Na Câmara dos Deputados, acontecia o mesmo: São Paulo tinha 9 deputados, o Ceará, 8, Pernambuco, 13, Bahia, 14, Rio de Janeiro, 12 e Minas 20.

(Adaptado de Luís Koshiba e Denise M. F. Pereira. História do Brasil. São Paulo: Atual, 2003, p. 325)

O quadro apresentado nos textos revela que a representação política não acompanhou as transformações econômicas, criando um descompasso entre as duas esferas e foi uma das razões porque, em São Paulo,

A) se intensificou a luta pela ampliação da representação política conforme a renda produzida nas províncias.

B) houve a aproximação de militares e monarquistas nos movimentos que levaram à queda do regime.

C) ganharam prestígio ideias federalistas, que se associaram intimamente aos princípios do republicanismo.

D) se disseminaram os princípios positivistas, que influenciaram particularmente os movimentos tenentistas.

E) emergiram movimentos provinciais, que se orientavam no sentido da igualdade política e da ordem social.

Comentários

A alternativa A é incorreta, pois se ampliou mais uma insatisfação com o regime de governo em vigor, e não exatamente uma luta pela ampliação da representação política em vigor.

A alternativa B é incorreta, pois durante a década de 1880, a ideia de República angariou simpatizantes no país, mas em número menor que o abolicionismo, e num ritmo muito mais lento. Somente após o fim da escravidão, ela entrou na ordem-do-dia. Os primeiros a engrossar as fileiras do novo grupo foram os cafeicultores, revoltados com a monarquia. Responsabilizavam o governo imperial pela perda dos escravos, sem indenização.

A alternativa C está correta, pois a relação entre os escravocratas descontentes com o apoio da coroa ao abolicionismo e o movimento republicano foi ficando cada vez mais estreita. A ideia republicana passa a simbolizar para os fazendeiros a possibilidade de manter seus privilégios de classe ameaçados pelo reformismo dos abolicionistas monárquicos, como Joaquim Nabuco e André Rebouças.

A alternativa D é incorreta, pois seria exagero atribuir aos positivistas a Proclamação da República do Brasil: é no processo de consolidação desta que se verifica a influência que exerceram destacando-se o coronel Benjamim Constant (que, depois, foi homenageado com o epíteto de "Fundador da República Brasileira").

A alternativa E é incorreta, pois não houve exatamente princípios de igualdade política e ordem social, mas sim um descontentamento geral com o governo em si e todas as práticas governamentais que estavam sendo praticadas na época; um desgaste geral para todos os produtores econômicos do país.

(PONTE; OLIVEIRA, 2012).

Gabarito: C

38.

Sobre o processo de industrialização brasileiro, sua distribuição geográfica e demais características, assinale a alternativa correta.

A) A criação da Sudene no governo de Juscelino Kubitschek resultou da percepção de que, mesmo com o processo de industrialização, crescia a diferença entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil.

B) O programa de desenvolvimento industrial brasileiro foi concebido e orientado para exportação, a fim de melhorar a competitividade das indústrias, mas causou, também, o aumento da capacidade de concentração do poder econômico nas mãos das chaebols (conglomerado de empresas em torno de uma empresamãe sendo controladas por famílias mais influentes no país).

C) A Zona Franca de Manaus foi criada por um decreto-lei em 1988 e se destaca como maior produtora de automóveis do Brasil, sendo líder na produção de caminhões e ônibus.

D) A Tarifa Alves, de 1929, implantada após a quebra da Bolsa de Nova Iorque, alavancou a industrialização nacional, já que aumentou as taxas aduaneiras para 30% sobre produtos importados sem similar nacional e 60% sobre produtos com similar nacional.

Comentários

A alternativa A está correta, pois a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, criada pela Lei no 3.692, de 15 de dezembro de 1959, no governo de JK, foi uma forma de intervenção do Estado no Nordeste, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região. Sua instituição envolveu, antes de mais nada, a definição do espaço que seria compreendido como Nordeste e passaria a ser objeto da ação governamental: os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais. Esse conjunto, equivalente a 18,4% do território nacional, abrigava, em 1980, cerca de 35 milhões de habitantes, o que correspondia a 30% da população brasileira. A criação da Sudene resultou da percepção de que, mesmo com o processo de industrialização, crescia a diferença entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil. Tornava-se necessário, assim, haver uma intervenção direta na região, guiada pelo planejamento, entendido como único caminho para o desenvolvimento.

A alternativa B é incorreta, uma vez que a industrialização no Brasil, geralmente, é dividida em quatro períodos principais: o primeiro período, de 1500 a 1808, chamado de “proibição”; o segundo período, de 1808 a 1930, chamado de “implantação”; o terceiro período, de 1930 a 1956, conhecido como fase da Revolução Industrial Brasileira, e o quarto período, após 1956, chamado de fase da internacionalização da economia brasileira. Já a ideia de chaebols, é o termo coreano que define um conglomerado de empresas em torno de uma empresa-mãe, normalmente controladas por famílias, tais como Samsung, Hyundai e LG.

A alternativa C é incorreta, uma vez que a Zona Franca de Manaus teve a sua concepção com o decreto-lei número 3.173 de 6 de junho de 1957, que instituiu o Porto Livre de Manaus, e dez anos depois houve de fato sua criação pelo decreto-lei 288 de 28 de fevereiro de 1967, substituindo a lei anterior, com o propósito de impulsionar o desenvolvimento econômico da Amazônia Ocidental.

A alternativa D é incorreta, de tal modo que a Tarifa Alves Branco foi uma medida que incentivou a indústria brasileira durante o Império.

(FGV-CPDOC; OLIVEIRA, 2017).

Gabarito: A

39.

O processo de urbanização brasileiro ficou evidente no século XX, devido a uma série de transformações sociais e econômicas. Até 1950, o Brasil era um país de população, predominantemente, rural. A partir de 1970, mais da metade dos brasileiros já se encontrava em áreas urbanas. O crescimento da urbanização no país, conforme apresentado, ocorreu em razão dos seguintes fatores, EXCETO

A) das transformações estruturais promovidas pela Revolução Verde.

B) da concentração fundiária.

C) do processo de gentrificação.

D) do desenvolvimento industrial.

Comentários

A alternativa A é correta, pois a revolução consistiu em usar a melhor tecnologia para produzir mais alimentos no mesmo espaço de terra. Deste modo, se desenvolveram sementes de plantas geneticamente modificadas que produziam mais, tinham melhor resposta a fertilizantes e maior resistência a pragas. Com isso, as produções agrícolas foram ficando cada vez maiores e mais concentradas, necessitando de um número cada vez menor de trabalhadores para executar o serviço, e isso influenciou diretamente o processo de urbanização, fazendo com que essas pessoas que estavam sem trabalho nas plantações fosse buscar empregos nas cidades.

A alternativa B é correta, pois a concentração fundiária é a política agrícola que beneficia os latifundiários aumentando ainda mais a concentração de terras, pois os pequenos proprietários (minifúndios) acabam vendendo suas propriedades por causa das dificuldades financeiras que encontram para produzir e sobreviver. Essas pessoas que ficaram desfavorecidas no campo tendem a ir para cidades, a fim de procurarem trabalho e sustento.

A alternativa C é incorreta, pois, entende-se por gentrificação o processo de revitalização dos espaços urbanos ou a aparente substituição de paisagens de caráter popular por construções típicas de áreas nobres. Trata-se de um processo em que o espaço geográfico urbano transforma-se e ressignifica-se, sobretudo em função da valorização acentuada e do enobrecimento de uma área antes considerada periférica. Não há relação disto com o processo de urbanização.

A alternativa D é correta, pois o desenvolvimento das indústrias nas cidades fez com que muitas pessoas abandonassem suas vidas no campo para tentarem a vida trabalhando nesse local. O crescimento das cidades se deveu diretamente a isso, atraindo várias pessoas para os trabalhos nas fábricas, e fazendo com que a vida no campo, a agricultura e a pecuária, fossem se tornando menos atrativas para as pessoas.

(BEZERRA, 2019; PENA, 2019).

Gabarito: C

40.

A transferência da corte trouxe para a América portuguesa a família real e o governo da Metrópole. Trouxe também, e sobretudo, boa parte do aparato administrativo português. Personalidades diversas e funcionários régios continuaram embarcando para o Brasil atrás da corte, dos seus empregos e dos seus parentes após o ano de 1808.

NOVAIS, F. A.; ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

Os fatos apresentados se relacionam ao processo de independência da América portuguesa por terem:

A) incentivado o clamor popular por liberdade.

B) enfraquecido o pacto de dominação metropolitana.

C) motivado as revoltas escravas contra a elite colonial.

D) obtido o apoio do grupo constitucionalista português.

E) provocado os movimentos separatistas das províncias.

Comentários

A vinda da Família Real para o Brasil foi o primeiro passo do processo de Independência da Colônia, uma vez que elevou o status do Brasil, invertendo a posição de Portugal e Brasil no pacto colonial, e deu aos colonos uma autonomia de ação inédita.

Gabarito: B

---

41. (G1 – CFTRJ 2014)

As guerras napoleônicas e a invasão francesa da Península Ibérica (1807-1808) resultaram na transferência da Corte portuguesa e de setores dirigentes do Estado português para o Brasil, criando uma situação inédita para a principal colônia portuguesa. Entre as mudanças trazidas, assinale a opção que expressa a opção verdadeira:

A) A transformação do Rio de Janeiro em sede da monarquia portuguesa trouxe uma série de benefícios para esta cidade, como a criação de indústrias, centros culturais e universidades.

B) A transferência da sede do Império português para o Brasil era um projeto existente desde o século XVII, prevendo a modernização econômica da colônia e a gradativa abolição da escravidão.

C) A vinda da família real democratizou de certa forma as relações políticas existentes no Brasil, abrindo caminho para uma maior participação de camadas populares livres na vida política.

D) A abertura dos portos, em 1808, e os tratados comerciais assinados em 1810 resultaram, na prática, no fim do exclusivo colonial português, em benefício dos interesses econômicos ingleses.

Comentários

Somente a proposição [D] está correta. Com a expansão napoleônica na Europa e a invasão do exército Francês em Portugal ocorreu à vinda da corte portuguesa para o Brasil escoltada pela marinha inglesa que tinha interesse econômico. A Inglaterra pressionada pelo bloqueio continental decretado por Napoleão em 1806 apoiou a vinda da corte portuguesa para o Brasil. Logo em 1808 ocorreu a abertura dos portos aos produtos ingleses implicando no fim do pacto colonial considerado o primeiro passo rumo à independência do Brasil. Em 1810 foram assinados tratados beneficiando os ingleses com tarifas alfandegárias menores para a Inglaterra inibindo nossa industrialização. As demais alternativas estão incorretas. Não foram criadas indústrias no Brasil. A transferência da corte portuguesa para o Brasil era ventilada sempre em épocas de crise, mas não para modernizar a colônia e abolir a escravidão. A vinda da corte não abriu caminho para uma maior participação das camadas populares na vida política.

Gabarito: D

---

42. (UERN 2013)

> ... é comumente, datado a partir de 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil. A verdade dessa proposição reside, em especial, na montagem pelo Príncipe, e depois Rei, João VI, de um aparelho governativo no Brasil. Tal criação dá-se, por um lado, através da transferência de órgãos portugueses e, de outro, com o surgimento, no Rio de Janeiro, de estruturas típicas de uma capital, com bibliotecas, um jornal, instituições de fomento. Ao mesmo tempo, são substituídos os institutos de caráter colonial, como os monopólios e as restrições industriais e comerciais. Por fim, todo o processo é coroado pela assinatura de dois tratados com a Inglaterra, um de Aliança e Amizade e outro de Comércio e Navegação, em 1810.
>
> (Monteiro, Hamilton de Mattos. In: Linhares, Maria Yedda. *História Geral do Brasil*. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 129.)

O trecho anterior se refere ao processo de

A) abolição da escravidão.

B) independência do Brasil.

C) descolonização da região Sul do país.

D) desenvolvimento industrial no Brasil.

Comentários

Somente a alternativa [B] tem conexão com o texto de Hamilton de Mattos Monteiro. Fugido de Napoleão, em 1808, a Corte Portuguesa chegou ao Brasil trazendo as estruturas do Estado Português. A corte abriu os portos para os ingleses acabando com o pacto colonial que era considerado o esteio da colonização. Assim, o Brasil caminha rumo à independência. D. João VI e Carlota Joaquina procuraram criar um ambiente cultural mais apropriado para a Corte. Assim, surgiu a Biblioteca do Rio de janeiro, a imprensa régia, faculdades de Direito e Medicina, o jardim botânico, a chegada da "Missão Francesa" ao Brasil em 1817, o Banco do Brasil, entre outros. Em 1810, foram elaborados os tratados de amizade, comércio e navegação privilegiando os ingleses com tarifas alfandegárias menores (15%). As demais alternativas estão incorretas. Ao entrar na órbita do

imperialismo inglês, o Brasil reforçou sua vocação agrária exportadora retardando nossa industrialização.

Gabarito: B

---

43. (Vunesp 2011)

Artigo 5.º — O comércio de mercadorias inglesas é proibido, e qualquer mercadoria pertencente à Inglaterra, ou proveniente de suas fábricas e de suas colônias é declarada boa presa.

(...)

Artigo 7.º — Nenhuma embarcação vinda diretamente da Inglaterra ou das colônias inglesas, ou lá tendo estado, desde a publicação do presente decreto, será recebida em porto algum.

Artigo 8.º — Qualquer embarcação que, por meio de uma declaração, transgredir a disposição acima, será apresada e o navio e sua carga serão confiscados como se fossem propriedade inglesa.

(Excerto do Bloqueio Continental, Napoleão Bonaparte. Citado por Kátia M. de Queirós Mattoso. *Textos e documentos para o estudo da história contemporânea (1789-1963)*, 1977.)

Esses artigos do Bloqueio Continental, decretado pelo Imperador da França em 1806, permitem notar a disposição francesa de:

A) estimular a autonomia das colônias inglesas na América, que passariam a depender mais de seu comércio interno.

B) impedir a Inglaterra de negociar com a França uma nova legislação para o comércio na Europa e nas áreas coloniais.

C) provocar a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, por meio da ocupação militar da Península Ibérica.

D) ampliar a ação de corsários ingleses no norte do Oceano Atlântico e ampliar a hegemonia francesa nos mares europeus.

E) debilitar economicamente a Inglaterra, então em processo de industrialização, limitando seu comércio com o restante da Europa.

Comentários

A política expansionista francesa tinha como grande objetivo ampliar seus mercados na Europa, como uma das bases para sua industrialização e, nesse sentido, após a derrota na tentativa de invadir a Inglaterra, a política de Napoleão Bonaparte pretendeu isolar a Inglaterra e estrangular sua economia.

Gabarito: E

---

44. (IBMECRJ 2010)

O dia sete de setembro marca anualmente as comemorações de nossa independência em relação a Portugal. Entre os vários fatores que colaboraram para isto podemos destacar:

A) o apoio recebido pelo príncipe-regente D. Pedro por parte das tropas portuguesas que aqui se encontravam;

B) a transferência para Portugal de uma série de repartições criadas durante a permanência de D. João VI em nosso território, aumentando a insatisfação dos brasileiros com aquela situação de dependência;

C) a submissão do príncipe-regente às ordens vindas de Portugal, levando à formação de um grupo de notáveis, sob a liderança de José Bonifácio, que se encarregariam de elaborar a nossa primeira constituição;

D) o apoio dos cafeicultores paulistas, que, apesar do início recente da exportação cafeeira, já constituíam o grupo econômico mais importante do período colonial brasileiro;

E) a permanência de D. João VI em nosso território, desagradando os revolucionários portugueses que participaram de um movimento na cidade do Porto que exigia imediatamente a volta do monarca a Lisboa.

Comentários

Em 1820, explodiu a Revolução Constitucionalista do Porto, que pretendia, na verdade, reconduzir o Brasil à antiga situação de colônia. Começaram, então, a chegar de Portugal uma série de ordens nesse sentido, que culminaram com a exigência do regresso de D. João VI à terra mãe. A partir daí outras ordens ampliam essa tentativa, com a transferência de repartições que haviam sido criadas por D. João VI. Essa transferência teria seu ponto culminante com a ordem de regresso do Príncipe Regente D. Pedro. A insatisfação com essas ordens levou ao crescimento do movimento de independência.

Gabarito: B

---

45. (G1 - IFSUL 2016)

A partir da segunda metade do século XIX, vários intelectuais, escritores, jornalistas e políticos discutiam a relação existente entre a utilização da mão de obra escrava e a questão do desenvolvimento nacional. Enquanto as nações europeias se industrializavam e buscavam formas de ampliar a exploração da mão de obra assalariada, o Brasil se afastava desses modelos de civilidade ao preservar a escravidão como prática rotineira.

Disponível em: http://www.brasilescola.com/datas-comemorativas/dia-abolicao-escravatura.htm. Acesso em 21 set. 2015.

A campanha abolicionista ganhou força nacional, mas ainda encontrava alguns obstáculos, tais como:

A) a falta de apoio de alguns setores sociais, como o intelectual e o artístico.

B) a noção de escravo como um bem, o que exigia a indenização para os proprietários de escravos.

C) a reação do proletariado urbano, pelo temor da concorrência da mão de obra escrava.

D) o apoio dos senhores de engenho para a abolição, principalmente do setor açucareiro, devido à mecanização da agricultura nordestina.

Comentários

A questão aponta para um grande debate que se estabeleceu no Brasil ao longo do século XIX. A discussão era sobre a utilização da mão de obra escrava e o desenvolvimento econômico nacional. Muitos intelectuais e políticos criticavam a escravidão associando-a ao atraso, porém entendiam a relevância da escravidão para a economia do Brasil. O escravo era um bem, uma propriedade, acabar com a escravidão poderia exigir indenização.

Gabarito: B

---

46. (FGV 2016)

O excerto a seguir faz parte do parecer de uma comissão da Câmara dos Deputados sobre a lei de 1871, que discutia a escravidão no Brasil.

"Sem educação nem instrução, embebe-se nos vícios mais próprios do homem não civilizado. Convivendo com gente de raça superior, inocula nela os seus maus hábitos. Sem jus ao produto do trabalho, busca no roubo os meios de satisfação dos apetites. Sem laços de família, procede como inimigo ou estranho à sociedade, que o repele. Vaga Vênus arroja aos maiores excessos aquele ardente sangue líbico; e o concubinato em larga escala é tolerado, quando não animado, facultando-se assim aos jovens de ambos os sexos, para espetáculo doméstico, o mais torpe dos exemplos. Finalmente, com as degradantes cenas da servidão, não pode a mais ilustrada das sociedades deixar de corromper-se."

(*apud* Sidney Chalhoub, *Machado de Assis, historiador*. 2003)

No trecho, há um argumento:

A) político, que reconhece a importância da emancipação dos escravos, ainda que de forma paulatina, para a construção de novos elementos de cidadania social, condição mínima para o país abandonar a violência cotidiana e sistemática contra a maioria da população.

B) social, que assinala a inconsistência da defesa do fim da escravidão no país, em razão da incapacidade dos homens escravizados de participar das estruturas hierárquicas e culturais, estabelecidas ao longo dos séculos, durante os quais prevaleceu o trabalho compulsório.

C) econômico, que distingue os cidadãos ativos dos passivos, estes considerados um estorvo para as atividades produtivas, fossem na agricultora ou na procura de metais preciosos, por causa da desmotivação para o trabalho, elemento central para explicar a estagnação econômica do país.

D) cultural, que se consubstancia na impossibilidade da convivência entre homens livres e homens libertos e tenderia a produzir efeitos sociais devastadores, como tensões raciais violentas e permanentes, a exemplo do que já ocorria no sul dos Estados Unidos.

E) moral, que aponta para os malefícios que a experiência da escravidão provoca nos próprios escravos e que esses malefícios terminam por contaminar toda a sociedade, mostrando, em síntese, que os brancos eram muito prejudicados pela ordem escravocrata.

Comentários

Somente a proposição [E] está em consonância com o excerto elaborado por uma Comissão da Câmara dos Deputados sobre a Lei de 1871, a lei do Ventre Livre. No documento há um argumento moral que faz referência aos malefícios que a experiência da escravidão provoca nos próprios escravos contaminando toda a sociedade, inclusive os brancos eram prejudicados.

Gabarito: E

---

47. (G1 - IFCE 2016)

Em meados do século XIX, durante o Segundo Reinado, o Brasil vivenciou um grande surto de crescimento industrial. Sobre os fatores responsáveis pelo referido crescimento, considere as proposições a seguir.

I. Disponibilidade de capitais oriundos dos lucros obtidos com a exportação do café, principal produto da economia brasileira naquele momento.

II. Redução das taxas alfandegárias sobre os produtos importados com as tarifas Alves Branco (1844), o que favoreceu a aquisição das máquinas necessárias ao desenvolvimento industrial.

III. Disponibilidade de capitais com a extinção do tráfico negreiro através da Lei Eusébio de Queirós, em 1850.

IV. Iniciativas de empresários como Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, principal incentivador das atividades urbano-industriais no país.

V. Abundância de mão de obra negra especializada a partir do fim da escravidão, com a Lei Áurea, em 1888.

Está correto somente o afirmado em

A) III, IV e V.

B) I, II e IV.

C) II, III e V.

D) I, III e IV.

E) I, II e III.

Comentários

A questão aponta para um processo de modernização econômica do Brasil, a partir de 1850, associado à disponibilidade de capital devido aos lucros da exportação de café e a Lei Eusébio de Queirós que proibiu o tráfico de escravos favorecendo a entrada dos imigrantes. A Tarifa Alves Branco de 1844 foi caracterizada por um protecionismo alfandegário e não por redução nas tarifas alfandegárias. A assertiva [V] está equivocada ao defender a existência de mão de obra negra especializada a partir do fim da escravidão.

Gabarito: D

---

48. (UDESC 2016)

A Lei do Ventre Livre foi uma lei abolicionista, promulgada, no Brasil, em 28 de setembro de 1871.

Sobre a Lei do Ventre Livre, assinale a alternativa correta.

A) Foi promulgada pelo Imperador Pedro II e concedia liberdade a todas as crianças e às respectivas mães que viviam sob a escravidão no território brasileiro.

B) Essa lei encontrou forte resistência entre os senhores, visto que não previa indenização pelo fim da escravidão das crianças nascidas a partir da publicação da lei.

C) Instituía a liberdade de todas as crianças nascidas a partir da publicação da lei, mas deixava a possibilidade dessas crianças permanecerem sob "os cuidados" do antigo proprietário até a idade de 21 anos.

D) Como a lei libertava a criança, mas não libertava os pais, assim que nasciam essas crianças eram retiradas do convívio com os pais escravizados e eram destinadas a um abrigo mantido pelo Estado.

E) De acordo com a lei, os senhores tinham a opção de manter as crianças libertas junto aos pais escravizados até a maioridade, mas os senhores não podiam usufruir da mão de obra delas.

Comentários

A Lei do Ventre Livre previa que toda criança nascida a partir da data da promulgação da Lei seria considerada livre. Mas previa, também, que o senhor da mãe da criança poderia manter a mesma sob sua guarda até ela completar 21 anos.

Gabarito: C

---

49. (G1 - IFSC 2016)

Em 1850, por meio da Lei Eusébio de Queiroz, o tráfico de escravos para o Brasil foi proibido definitivamente. Sobre a importação de escravos e sua proibição, assinale a alternativa CORRETA.

A) A Lei Eusébio de Queiroz foi uma resposta à pressão estrangeira, principalmente exercida pela França sobre o Brasil, após a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

B) O fim do tráfico de escravos baseou-se em mais uma lei sem aplicação no Brasil, pois quando ela foi promulgada, já não existia mais escravidão no país.

C) O fim do tráfico foi resultado dos crescentes movimentos armados empreendidos pelos escravos brasileiros.

D) A proibição do tráfico de escravos para o Brasil não surtiu efeito, pois o trabalho realizado por eles já não era economicamente relevante.

E) A Lei Eusébio de Queiroz levou ao aumento do comércio interno e do preço dos escravos entre as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.

Comentários

Somente a proposição [E] está correta. A questão remete à lei Eusébio de Queiroz aprovada no Brasil em 1850. Esta lei proibiu o tráfico de escravos para o Brasil. Devido ao café, havia uma grande demanda por mão de obra, assim, ocorreu um comércio interprovincial de escravos e, ao mesmo tempo, aumentou o preço cobrado pelo escravo. Neste contexto, intensificou a imigração para o Brasil.

Gabarito: E

---

50. (IAUPE/Upe 2015)

A evolução da sociedade brasileira no século XIX apresentou várias características importantes. A primeira foi a ascensão de uma nova cultura de exportação, o café, que formaria a base de uma nova economia escravista de grande lavoura na região Sudeste. A segunda foi o contínuo crescimento das tradicionais culturas coloniais de exportação.

(LUNA, Francisco Vidal. & KLEIN, Herbert S. Escravismo no Brasil. São Paulo: Edusp / Imprensa Oficial, 2010. p. 89. Adaptado)

Sobre a temática e a realidade apresentadas no texto, analise as afirmativas seguintes:

I. O açúcar voltou a ser um produto competitivo no mercado mundial, com o declínio da indústria açucareira em São Domingos e nas Antilhas Britânicas.

II. O tráfico negreiro para o Brasil se extinguiu em 1840, com o início do Segundo Reinado.

III. A produção brasileira de algodão, após sofrer com a forte competição do Sul dos Estados Unidos na primeira metade do século, reergueu-se na década de 1860, durante a Guerra de Secessão Americana.

IV. O crescimento dessas novas e velhas culturas de exportação impediu o início da industrialização brasileira, que só veio a se desenvolver nos primórdios do século XX.

V. O crescimento de todas essas culturas de exportação gerou uma demanda sempre crescente por escravos, e, na terceira década do século XIX, o tráfico atlântico chegou ao auge.

Estão CORRETAS

A) I, II e III.

B) III, IV e V.

C) II, III e IV.

D) I, III e V.

E) II, IV e V.

Comentários

A afirmativa [I] está correta. Com a expulsão dos holandeses, eles passaram a produzir açúcar nas Antilhas (ilhas do caribe) e até o século XIX, a américa central liderou a produção de açúcar. Quando entra em declínio o açúcar antilhano, a produção de Pernambuco vai novamente receber um impulso. Nesta época o principal produto produzido e exportado pelo pais é o café, mas o açúcar e o algodão eram bastante produzidos.

A afirmativa [II] está incorreta porque o tráfico intercontinental só foi proibido em 1850, com a aprovação da lei Eusébio de Queiroz, no contexto da Lei inglesa Bill Aberdeen.

A afirmativa [III] está correta. No século XIX na segunda metade do século foi o café produzido no Sudeste, mas Pernambuco produzia muita cana e algodão. Na época o principal produtor e exportador mundial de algodão era os EUA. Em 1860-65 ocorreu a Guerra Civil dos EUA, em que o sul agrário, grande produtor de algodão, teve sua produção comprometida, abrindo mercado para o algodão pernambucano.

A afirmativa [IV] está incorreta porque a industrialização brasileira foi incentivada ainda durante o Segundo Reinado, na chamada Era Mauá, ainda que seu auge tenha ocorrido apenas no século XX, além do mais não foi o crescimento das culturas agrícolas de exportação, que impediram a industrialização.

A afirmativa [V] está correta. O impulso agrícola passou a demandar mais braços escravos. Apesar da lei Eusébio de Queiroz (abolição do tráfico) ele se tornou mais intenso num primeiro momento, e boa parte dos escravos que entravam nos portos pernambucanos, além das lavouras locais, eram destinados ao sudeste devido ao ciclo do café.

Gabarito: D

---

51. (IAUPE/Upe 2015)

A própria forma pela qual, em geral, nos referimos aos eventos ocorridos em 15 de novembro de 1889 - a "Proclamação da República" - já incorpora algumas ideias importantes. Em primeiro lugar, a de que ocorreu uma "proclamação". Logo surgem outras ideias, como a de que a República no Brasil teria sido algo inevitável, uma etapa necessária da "evolução" da sociedade brasileira. Ainda mais, podemos imaginar que o fácil sucesso do golpe de Estado seria resultado de um consenso nacional, e que os militares, os principais protagonistas do movimento, teriam atuado de forma unida e coesa.

(15 DE NOVEMBRO DE 1889: A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA. CPDOC/FGV. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/ProclamacaoRepublica)

O evento citado no texto teve como principal característica sociopolítica:

A) uma organização e execução militar.

B) a oposição da chamada ‘mocidade militar’.

C) uma unidade entre os diversos setores militares.

D) a fundamental participação da marinha e de seus oficiais.

E) a participação massiva dos Republicanos civis do final do Império.

Comentários

A Proclamação da República teve caráter e organização militar, uma vez que os militares, em específico o Exército, foram os responsáveis pelo golpe, chamado Proclamação. Foi orientado pelos ideais positivistas (que lemos na bandeira “ordem e progresso”), e os militares eram profundamente influenciados por estas ideias, que pregavam o republicanismo com etapa mais evoluída da organização política. Importante destacarmos que o exército se fortaleceu como instituição e aderiu ao abolicionismo e ao republicanismo após a guerra do Paraguai. E o erro das outras?

[B] o texto não fala nada disso.

[C] o texto sugere diz que não havia unidade de pensamento, mas que temos esta impressão.

[D] o texto não se refere a isso.

[E] o texto não fala que teve participação popular (civil), e realmente não teve pois foi um movimento elitista.

Gabarito: A

---

52. (IAUPE/Upe 2014 - Adaptada)

O Brasil da segunda metade do século XIX viveu um desenvolvimento urbano e econômico, que gerou reflexos na sua produção cultural. Espaço de surgimento e atuação de vários artistas e intelectuais, as cidades do Brasil Imperial foram o palco de uma efervescência artístico-cultural ímpar.

Sobre essa realidade, assinale a alternativa CORRETA.

A) Machado de Assis, principal escritor do Modernismo brasileiro, foi autor de várias obras que tiveram ampla aceitação popular, o que lhe proporcionou, inclusive, fama no exterior.

B) As pinturas de Pedro Américo refletiam um tom romântico e nacionalista, retratando, inclusive, acontecimentos históricos pátrios.

C) Aluísio de Azevedo, grande expoente do romantismo literário no Brasil, sofreu com a censura imperial, em relação a sua obra.

D) Castro Alves, grande símbolo do chamado ‘mal do século’, foi autor de poesias que tiveram ampla repercussão nacional.

Comentários

Este exercício coloquei para fazermos um aprofundamento interessante. Os movimentos artísticos envolvidos com a política. Castro Alves usava a poesia como forma de divulgação das ideias

abolicionistas, assim com Joaquim Nabuco, político, cientista e ensaísta. O exercício fala das obras (pinturas de Pedro Américo, representante do romantismo, que cria obras com cenas heroicas e com temas nacionalistas).

A proposição [B] está correta. Ao longo do século XIX no Brasil, sobretudo, a partir de 1831 com a abdicação de D. Pedro I que retornou para Portugal, o Brasil procurou construir elementos para a formação da nossa identidade nacional e cultural. Assim, a literatura e as artes foram fundamentais para esta construção. O Romantismo forneceu elementos simbólicos para a formação da identidade nacional. Outro exemplo a poesia de Gonçalves Dias chamada "Canção de Tamoio" (... "A vida é luta, viver é lutar, a vida é combate que os fracos abatem..."). O quadro de Pedro Américo retratando a independência do Brasil possui uma boa dose de romantismo e idealização.



A alternativa [A] está errada pois Machado de Assis é realista, não modernista e na época sua fama era nacional, não internacional (fique tranquilo que não está no edital, mas a arte e política na época é possível ser cobrado numa questão mais complicada, pois Pernambuco é um estado cujas artes sempre foram destacáveis).

A alternativa [C] está errada pois a censura à obras e jornais no império era quase inexistente, ao menos podemos afirmar que a liberdade de expressão e imprensa foram bem maiores que após a república, em que a censura foi usada como instrumento político diversas vezes.

A alternativa [D] está errada pois Castro Alves foi o poeta dos escravos, romantismo condoreiro. Sua poesia possuía intensões sociais.

Gabarito: B

---

53. (IAUPE/Upe 2013)

Observe um trecho da letra do samba *Vai passar,* de Chico Buarque de Holanda:

Num tempo, página infeliz da nossa história, / passagem desbotada na memória / Das nossas novas gerações. // Dormia a nossa pátria mãe tão distraída / sem perceber que era subtraída / Em tenebrosas transações. // Seus filhos erravam cegos pelo continente, / levavam pedras feito penitentes / erguendo estranhas catedrais.

Com base no texto e nos conteúdos referentes à escravidão no Brasil imperial, assinale a alternativa CORRETA.

A) A música faz referência à utilização da mão de obra escrava que sozinha ergueu as cidades do passado.

B) A música retrata os aspectos desumanos das relações sociais do passado brasileiro que atingiam apenas os escravos.

C) Mesmo considerando as dificuldades vivenciadas pelos escravos, como afirma a canção, a conquista de sua liberdade dependia apenas dos seus esforços.

D) Apesar dos sofrimentos relativos à condição escrava, era comum, no século XIX, ver, nas grandes cidades, escravos que, por exercerem determinados ofícios, detinham uma certa autonomia.

E) Durante o século XIX, a escravidão se limitava aos africanos e a seus descendentes.

Comentários

Você precisa perceber a importância do tema "escravidão" que, no século XVI, no Brasil, possuía uma questão meramente econômica; já no século XIX, o tema está associado às transformações ocorridas no Brasil e no mundo no que cerne à transformação das ideias política e sociais. No século XIX, no Brasil, os escravos de ganho (escravos com certa autonomia) passaram para os espaços urbanos, como as zonas portuárias e locais de grande comercialização, antes ocupados somente pela elite, dando ideia de certa liberdade.

A alternativa [A] está errada pois a mão de obra predominante era escrava, mas vila rica, capital mineira por exemplo, tinha muitos escravos de ganho e trabalhadores livres.

A alternativa [B] está errada pois as relações sociais descritas podem ser estendidas às pessoas pobres, e esta música por ser uma obra de arte pode referir-se a outros momentos históricos.

A alternativa [C] A conquista da liberdade dos escravos foi um longo processo em que participaram através da sua resistência à escravidão, mas não dependia somente de seus esforços, mas principalmente da aprovação da lei de libertação.

A alternativa [E] está errada pois a partir da lei do ventre livre os nascidos a partir de 1871 eram livres.

Gabarito: D

---

54. (IAUPE/Upe 2013)

Quando alguém mencionava, no Brasil dos séculos XVIII e XIX, um africano, o mais provável é que estivesse a falar de um escravo, pois nessa condição amargava a maioria dos homens e mulheres que, vindos da África, aqui viviam. Mas podia também referir-se a um liberto, ou seja, a um ex-escravo. Ou a um emancipado, isto é, um negro retirado de um navio surpreendido no tráfico clandestino. Ou, o que era mais raro, a um homem livre que jamais sofrera o cativeiro.

SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântico*: A África no Brasil e o Brasil na África. 5ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 157.

Sobre o que afirma o texto, analise as seguintes proposições:

I. Nas décadas finais do século XIX, antes da Abolição, uma parcela da população africana do Brasil já estava liberta.

II. A Inglaterra destacou-se, no século XIX, pelo combate ao tráfico clandestino de africanos.

III. Os escravos urbanos não podiam se tornar libertos.

IV. O Brasil proibiu o tráfico negreiro já no final do século XVIII.

V. A presença africana no Brasil dos séculos XVIII e XIX caracterizava-se por uma diversidade de condições de vida.

Estão CORRETAS:

A) I, II e III.

B) I, III e IV.

C) I, II e V.

D) II, III e V.

E) I, IV e V.

Comentários

[I] Correto. A escravidão no Brasil teve várias nuances (negros livres, libertos, alforriados).

[II] Correto. A campanha abolicionista estava sempre presente e chegou ao seu auge no Segundo Reinado com a lei Bill Aberdeen (1845), aprovada pelo parlamento inglês (prisão de qualquer navio brasileiro que comercializasse escravos). A Inglaterra teve uma importante atuação internacional em combate à escravidão.

[III] Incorreto. Assim como qualquer escravo, tinha a possibilidade de ser liberto. A condição do escravo urbano era mais rápida para sua alforria, pois muitos eram escravos de ganho, ou seja, pertenciam a um pequeno senhor e trabalhavam vendendo produtos, com parte de seu trabalho comprava alforria.

[IV] Incorreto. A lei Eusébio de Queiroz (1850), que proibiu o tráfico de escravos, e com a Lei Áurea (1888), acabando com a escravidão.

Gabarito: C

LISTA DE QUESTÕES

1. (AOCP - 2018 - FUNPAPA - Auxiliar de Administração)

A Cabanagem ficou conhecida como uma rebelião com fim sangrento no período regencial. Sobre esse conflito, assinale a alternativa correta.

A) A Cabanagem foi uma grande rebelião causada por produtores de café que eclodiu na província do Pará, em 1815.

B) Nesse conflito, os cabanos, fazendeiros e donos de industrias revoltaram-se contra a política de impostos do império português.

C) O termo cabanagem faz referência aos armazéns agrícolas, fabricados a partir da folha do açaí, muito comum na região do atual Pará, que eram utilizados para estoque da produção de cacau e café.

D) Foi uma revolta popular muito violenta, ocorrida de 1835 a 1840, na província do Grão-Pará. Seu objetivo era aumentar a importância do seu território no governo central brasileiro e enfrentar a questão da pobreza do povo da região.

E) O objetivo principal dos cabanos era a deposição do imperador Dom Pedro I, considerado um obstáculo aos planos industriais do estado.

2. (EDUCA – 2017/CRQ 19ª REGIÃO (PB)/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)

A capital da Paraíba - João Pessoa - recebeu esse nome em homenagem a um político brasileiro, nascido na cidade de Umbuzeiro, Estado da Paraíba em 21 de janeiro de 1878, e faleceu em Recife, Estado de Pernambuco em 26 de julho de 1930. De acordo com sua biografia, o nome completo de João Pessoa é:

A) João Pessoa Cavalcanti Macedo

B) João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque

C) João Pessoa Albuquerque de Medeiros

D) João Pessoa de Sá Dantas

E) João Pessoa Albuquerque de Paes Barreto

3. (IBFC – 2014/SSDS/SOLDADO PM COMBATENTES)

A Revolução Praieira ocorrida na Província de Pernambuco, entre os anos de 1.848 e 1.850, foi uma revolta de caráter:

A) Popular armada contra o objetivo de explorar os recursos minerais e a mão de obra da região, além de ampliar o mercado consumidor para seus produtos industrializados.

B) Republicana com descontentamento político com o governo imperial brasileiro, com busca por parte dos liberais por maior autonomia para as províncias.

C) Popular e insatisfação com o elevado preço cobrado pelos produtos essenciais e alimentos, além disso, reclamavam da carência de determinados alimentos.

D) Liberal e federalista, onde os senadores conservadores vetaram a indicação, para uma cadeira do Senado de um liberal e da insatisfação com a falta de autonomia política das províncias e concentração de poder nas mãos da monarquia.

4. (IBFC – 2014/SSDS/SOLDADO PM COMBATENTES)

O movimento popular ocorrido entre dezembro de 1.851 e fevereiro de 1.852, que envolveu vilas e cidades de cinco províncias do Nordeste, ficou conhecido como a Revolta do Ronco da Abelha.

Os incidentes foram provocados por dois decretos imperiais, de junho de 1.851, que são:

A) Decretos 796 e 797.

B) Decretos 797 e 798.

C) Decretos 798 e 799.

D) Decretos 795 e 796.

5. (IBFC – 2014/SSDS/SOLDADO PM COMBATENTES)

A Força Policial da Paraíba teve outra importante participação em acontecimento histórico. Foi a pacificação do movimento que ficou conhecido como a Revolta de Quebra Quilo.

Essa Revolta se deu no ano de:

A) 1874.

B) 1849.

C) 1834.

D) 1865.

6. (FCC - 2013 - AL-PB - Assistente Legislativo)

Um projeto de extensão da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) resgatará a memória (...) [de] um movimento contra o absolutismo português e a crise econômica que atingia o Nordeste na época. O levante começou em Pernambuco, mas foi expandido para outros estados da região, inclusive a Paraíba. Cinco lideranças paraibanas que se destacaram na revolução acabaram sendo perseguidas e mortas pelas tropas imperiais. Ao todo, segundo o projeto, 117 paraibanos foram presos.

(http://www.interjornal.com.br/noticia.kmf?cod=18893772)

O texto descreve um acontecimento associado à participação da Paraíba na

A) Insurreição Pernambucana, em 1645.

B) Guerra dos Mascates, em 1710

C) Conjuração dos Alfaiates, em 1798.

D) Revolução Pernambucana de 1817.

E) Confederação do Equador de 1824.

7. (FCC – 2013/AL-PB/ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO)

Considere as seguintes afirmações sobre a Revolução de 1817, também chamada de "Revolução Pernambucana", da qual a Paraíba participou:

I. Essa revolução, influenciada pelos ideais da Revolução Francesa, buscava a criação de uma república independente, sediada em Pernambuco.

II. A maioria de seus integrantes, dentre os quais havia muitos proprietários rurais, defendia a manutenção da escravidão, que garantia o status econômico da elite agrária.

III. A revolução foi reprimida meses após sua eclosão, sem conseguir mobilizar a população ou tomar o poder local, uma vez que as oligarquias locais permaneceram leais à Coroa Portuguesa.

IV. Após essa Revolução, Rio Grande e Alagoas tornaram-se comarcas independentes de Pernambuco.

Está correto o que se afirma APENAS em:

A) I e II.

B) I e IV.

C) II e III.

D) I, II e IV.

E) II, III e IV.

8. (FCC – 2013/AL-PB/ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO)

As principais motivações para a proclamação da Confederação do Equador, que ocorreu entre julho e novembro de 1824, foram a:

A) difusão da recém promulgada Doutrina Monroe, que alimentava o sentimento antieuropeu, e a popularidade de Frei Caneca junto às massas, fator responsável pela grande adesão popular e pela absolvição desse clérigo após o fim da Confederação.

B) insatisfação das províncias do Norte e do Nordeste com a forte exploração econômica exercida pelo Sudeste, e a abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho, ato que fragilizou a centralização política.

C) continuidade dos ideais e propósitos defendidos pela Revolução de 1817, e a ameaça de dominação política por parte do governo da Bahia, que encabeçava uma luta pela emancipação do Nordeste brasileiro, defendendo a instauração de outra monarquia.

D) reação ao autoritarismo de D. Pedro I, que outorgou uma constituição nesse mesmo ano, e a tentativa de formar uma república composta por unidades federativas, fundamentalmente: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

E) influência direta do processo de independência vivido pelo Equador, o qual inspirou o nome do movimento, e a busca por autonomia política, administrativa e econômica por parte das províncias que eram as maiores produtoras de gado e cana- de-açúcar.

9. (FCC – 2013/AL-PB/ANALISTA LEGISLATIVO)

Em meados dos anos 1950, diversas Ligas Camponesas emergiram na região da Zona da Mata, com atuação destacada em Pernambuco e na Paraíba. Tais Ligas:

A) defendiam a reforma agrária, congregaram dezenas de milhares de trabalhadores rurais e seus líderes foram perseguidos durante o Regime Militar.

B) organizavam os trabalhadores rurais em sindicatos vinculados ao governo, reivindicando melhorias salariais e frentes de trabalho durante a seca.

C) subordinavam-se à Igreja Católica, uma vez que seus idealizadores eram padres defensores da Teologia da Libertação, comovidos com a miséria nordestina.

D) extinguiram-se totalmente como movimento agrário, após conquistarem a aprovação do Estatuto da Terra no início dos anos 1960.

E) transformaram-se em grupos guerrilheiros, formando um exército rural que venceu a guerrilha do Araguaia e foi desarticulado logo em seguida, nos anos 1970.

10. (FCC - 2013 - AL-PB - Assistente Legislativo)

Assumindo os ideais iluministas no reino, o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas de Portugal e colônias. Na Paraíba, os jesuítas foram expulsos por Pombal, em 1759. A consequência dessa expulsão para a capitania foi a

A) criação de uma cultura formada por valores Indígenas Católicos.

B) expansão da pecuária sobre as terras dos indígenas no Sertão da Paraíba.

C) introdução de novos conhecimentos espirituais e científicos vindos da Europa.

D) intensificação dos conflitos que ocorriam entre colonos e os Tupis-Guaranis.

E) desarticulação do sistema de ensino mantido por essa Ordem Religiosa.

11. (IBFC – 2014/SSDS/SOLDADO PM COMBATENTES)

Em 1.930 um grupo armado, sediado na cidade de Princesa, no alto sertão paraibano, tentou conturbar a ordem pública no interior do Estado. Os acontecimentos mais marcantes desse confronto foram:

I. O desastre da Água Branca, em que cerca de 200 (duzentos) policiais foram mortos em uma emboscada.

II. A tomada, pela Polícia, das cidades de Teixeira, Imaculada e Tavares.

III. Cerco de Tavares, que se achava ocupada pela Polícia e foi cercada por grupos de cangaceiros, durante 18 dias.

Estão corretas as afirmações:

A) I e II.

B) I, II e III.

C) II e III.

D) I e III.

12. (FCC - 2013 - AL-PB - Analista Legislativo)

Considere a afirmação a seguir:

> *Em meados de 1929, após várias conversações, as oposições lançaram as candidaturas de Getúlio Vargas à presidência e de João Pessoa à vice-presidência.*
>
> (Boris Fausto. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002. p. 319)

As candidaturas mencionadas

A) venceram legalmente as eleições, mas Vargas e seu vice foram impedidos de tomar posse, fato que provocou o estopim da Revolução de 1930, marcando o fim da Primeira República e o início do Estado Novo no Brasil.

B) saíram derrotadas nas eleições, apesar de contarem com amplo apoio político, fato que, somado ao assassinato de João Pessoa, mobilizou as camadas populares da sociedade a tomarem o poder e a conduzirem a Revolução.

C) sequer chegaram a concorrer de fato, pois o presidente em exercício, Washington Luís, empossou Júlio Prestes como seu sucessor antes das eleições, gerando grande indignação por parte dos tenentes e dos estados do Norte e do Nordeste.

D) representaram uma aliança nacional entre tenentes, anarquistas, comunistas e “coronéis” de todos os estados do país, com o objetivo de combater a política do café com leite e instaurar um regime federalista e democrático.

E) foram lançadas pela Aliança Liberal, para concorrer com a candidatura de Júlio Prestes à presidência, nome que representava os interesses da oligarquia cafeeira paulista, então detentora do poder em nível federal.

13. (CESPE - 2009 - PC-PB - Papiloscopista e Técnico em Perícia)

A Paraíba está situada na porção leste da região Nordeste. Seu território abriga o ponto extremo leste da América do Sul. Seu relevo comporta planície, planalto e depressões. Com 1.197 metros de altitude, o pico do Jabre, na serra do Teixeira, é o ponto mais elevado do território do estado. Quanto à vegetação, veem-se mangues, pequena área de floresta tropical e caatinga. O clima comporta, basicamente, dois tipos: tropical e semiárido. Entre suas principais cidades, estão a capital João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Patos, Bayeux, Sousa, Guarabira, Cajazeiras, Sapé e Cabedelo.

A ocupação e a colonização da Paraíba tiveram início no mesmo século em que começou a colonização do Brasil. A fundação da Vila de Felipéia de Nossa Senhora das Neves ocorreu em 1585. A cana-de-açúcar esteve na origem da colonização do território paraibano, vinda de Pernambuco. O desenvolvimento da economia açucareira atraiu a atenção de outros europeus que tentaram se fixar na região. Na mesma época, na região em torno da atual Campina Grande, desenvolvia- se a pecuária. No século XIX, a Paraíba envolveu-se nas lutas pela independência do Brasil. Em 1874, uma revolta, verdadeira insurreição popular contra a pobreza, a fome, os impostos elevados e o descaso pela população sertaneja, sacudiu a província. Na Primeira República (1889-1930), a economia manteve-se atrelada a uma agricultura estagnada e, sob o ponto de vista político, o Estado continuou submetido ao poder das oligarquias. Em 1930, a Paraíba teve importante papel na Revolução que levou Getúlio Vargas ao poder nacional.

Além das causas citadas no texto, a revolta popular de 1874 foi também uma forma de repúdio à adoção do sistema métrico, razão pela qual ficou conhecida como

A) Sabinada.

B) Quebra-Quilos.

C) Balaiada.

D) Revolução dos Alfaiates.

E) Revolta do Vintém.

14. (CESPE - 2009 - PC-PB - Papiloscopista e Técnico em Perícia)

A Paraíba está situada na porção leste da região Nordeste. Seu território abriga o ponto extremo leste da América do Sul. Seu relevo comporta planície, planalto e depressões. Com 1.197 metros de altitude, o pico do Jabre, na serra do Teixeira, é o ponto mais elevado do território do estado. Quanto à vegetação, veem-se mangues, pequena área de floresta tropical

e caatinga. O clima comporta, basicamente, dois tipos: tropical e semiárido. Entre suas principais cidades, estão a capital João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Patos, Bayeux, Sousa, Guarabira, Cajazeiras, Sapé e Cabedelo.

A ocupação e a colonização da Paraíba tiveram início no mesmo século em que começou a colonização do Brasil. A fundação da Vila de Felipéia de Nossa Senhora das Neves ocorreu em 1585. A cana-de-açúcar esteve na origem da colonização do território paraibano, vinda de Pernambuco. O desenvolvimento da economia açucareira atraiu a atenção de outros europeus que tentaram se fixar na região. Na mesma época, na região em torno da atual Campina Grande, desenvolvia- se a pecuária. No século XIX, a Paraíba envolveu-se nas lutas pela independência do Brasil. Em 1874, uma revolta, verdadeira insurreição popular contra a pobreza, a fome, os impostos elevados e o descaso pela população sertaneja, sacudiu a província. Na Primeira República (1889-1930), a economia manteve-se atrelada a uma agricultura estagnada e, sob o ponto de vista político, o Estado continuou submetido ao poder das oligarquias. Em 1930, a Paraíba teve importante papel na Revolução que levou Getúlio Vargas ao poder nacional.

Conforme afirma o texto, a Paraíba teve relevância na revolução de 1930. Entre outras razões, isso se deve ao fato de que um acontecimento diretamente ligado ao estado, por envolver uma de suas principais lideranças políticas, transformou-se no estopim que acendeu o pavio revolucionário. Esse episódio foi

A) o assassinato de João Pessoa.

B) o exílio de José Américo.

C) a deposição de Washington Luís.

D) a queda da oligarquia Dantas.

E) a Revolta dos Malês.

15. (AOCP - 2009 - CASAN-SC - Advogado)

A presença africana na Bahia colonial foi bem notada por todos os cronistas, tratadistas e viajantes contemporâneos. Fossem no árduo trabalho dos engenhos do Recôncavo, fossem nas estreitas sinuosas ruas de Salvador, lá estavam os cativos e libertos africanos. Tamanho era seu peso demográfico, que François Frezier, em 1714, descreveu Salvador – então capital da América Portuguesa – como uma “nova Guiné” (Revista Leituras da História, n.10, 2008). Assinale a alternativa INCORRETA.

A) A mão de obra escrava africana na colonização portuguesa fomentou um comércio com a região centro-ocidental da Bahia, que ficou conhecido como o Ciclo de Angola, pois boa parte desses escravos foi exportada pelo porto de Luanda e Benguela.

B) A partir da tomada de Angola, em 1614, pelos holandeses, os traficantes da Bahia deslocaram as suas redes de comércio para a região ocidental, conhecida na documentação portuguesa como Costa da Mina, região que ficava a leste do Castelo de São Jorge da Mina.

C) A moeda de troca que a Bahia oferecia era o café, produção de grande escala, principalmente no Recôncavo baiano, produto que ajudou os "baianos" a ali estabelecerem uma hegemonia comercial.

D) Os principais grupos étnicos chegados na Bahia da África Ocidental eram denominados "minas" uma classificação genérica que designava africanos dessa região e os ardas ou ardras do reino de Alada.

E) Na colônia, a descoberta do ouro nas Minas Gerais no final do século XVII, consolidou uma preferência pelos africanos "minas", pela experiência que tinham de uma prospecção aurífera.

16. (FCC - DPE-BA - Defensor Público / 2016)

A Revolta dos Búzios

A) ganhou rápida difusão por meio de panfletos distribuídos à população e do apoio de grande parte da imprensa à causa independentista e abolicionista, resultando em motim com ampla adesão de militares baianos, que resistiram belicamente até serem completamente derrotados.

B) pautou-se por bandeiras liberais, dentre as quais a abertura dos portos, a diminuição de impostos, a ampliação do direito à cidadania; tendo sido conduzida por soldados e alfaiates negros, inspirados pela Independência das Treze Colônias inglesas e a conquista do fim da escravidão obtida nesse episódio.

C) iniciou-se em reuniões integradas por intelectuais e membros da elite baiana, como Cipriano Barata, que pregava a independência do Brasil nos mesmos moldes da Inconfidência Mineira, e foi rapidamente disseminada entre a população escravizada, que a revestiu de uma pauta mais radical.

D) foi organizada pela loja maçônica denominada Cavaleiros da Luz, em nome da igualdade racial e social, da democracia e dos fins dos privilégios da elite letrada, tendo sido rapidamente reprimida com a imputação da pena capital ao conjunto dos líderes e simpatizantes.

E) contou com participação de escravizados, bem como profissionais liberais e militares de baixa patente, e pregava o fim da escravidão e a formação de uma República Bahiense, em parte inspirada nos ideais da Revolução Francesa e na experiência da Revolução Haitiana.

17. (FCC - DPE-BA - Defensor Público / 2016)

Considere o texto a seguir:

"(...) a especialização do escravo é determinada segundo as necessidades do mercado ou a boa vontade de seu senhor. Esta imensa possibilidade de transferência tem uma influência reguladora sobre o mercado, onde a demanda varia de acordo com a conjuntura e a

concorrência. O escravo é, às vezes, simplesmente alugado (...). É possível alugá-lo ao dia, à semana, ao mês, ao ano ou por mais tempo."

(MATTOSO, Kátia de Queirós. Ser escravo no Brasil. Trad. São Paulo: Brasiliense, 3.ed, 1990, p. 141)

A descrição acima sinaliza uma forma de trabalho escravo

A) disseminada no meio urbano, no meio rural e bastante usual quando se tratava de indígenas que, apesar de cidadãos livres perante a Coroa, se dispunham a suportar o cativeiro em troca de subsistência e da proteção da Igreja.

B) rara nas cidades baianas, onde o escravo doméstico, fosse índio ou negro, era considerado um agregado da família que deveria ser fiel a seu dono, não sendo permitido a ele deixá-lo para prestar serviços a terceiros, prática mais comum na região Sudeste.

C) típica de regiões de mineração, onde as flutuações de mercado eram maiores em função das eventuais descobertas de jazidas, sendo os escravos alforriados e transformados em trabalhadores livres, para que seus donos não tivessem obrigações com seu sustento.

D) comum nas cidades, onde os escravos "de ganho" eram frequentes e representavam uma fonte de renda para seus senhores, que deles dispunham livremente alugando sua força de trabalho, se julgassem necessário ou oportuno.

E) ocasional entre índios e negros escravizados nas regiões canavieiras, quando, durante os muitos meses de ócio nos períodos de entressafra, eram enviados a Salvador para aprenderem ofícios e venderem suas habilidades.

18. (IBFC - Soldado da Polícia Militar-BA / 2017)

Considere o trecho: A beleza, o mistério e a pompa dos terreiros de umbanda e candomblé pelo Brasil afora, em particular na Bahia, vêm de longe, no tempo e no espaço. Nasceram da cultura e da religiosidade dos negros que deixaram tantas outras marcas profundas em nossa sociedade, desde que foram retirados à força de suas comunidades e aqui desembarcaram em finais do século XVI, trazendo crenças e ritos cuja prática muitas vezes lhes custou caro.

CALAINHO, Daniela Bueno. Nossa história. São Paulo/Rio de Janeiro: Vera Cruz; Biblioteca Nacional. Ano 2, n. 18, abr. 2005, p.67.

Com base no exposto, assinale a alternativa INCORRETA.

A) A tradicional lavagem das escadarias da igreja do Senhor do Bonfim teria surgido de um culto em homenagem a Oxalá, orixá ioruba responsável pela criação do céu e da terra e de todos os seres.

B) À mistura de tradições diferentes, por vezes até opostas, dá-se o nome de fanatismo religioso, presente nas procissões, nas festas populares, no pagamento de promessas e no culto aos santos.

C) A convergência de interesses entre a Igreja Católica e a Coroa portuguesa levou à cristianização forçada dos africanos civilizados.

D) Como forma de resistência à opressão e para preservarem vivas suas tradições, os escravos incorporaram e adaptaram elementos do catolicismo à tradicional religiosidade africana.

E) Os escravos de origem ioruba que vieram para o Brasil trouxeram consigo seus costumes e a fé em Oxalá.

19. (FCC - DPE-BA - Defensor Público / 2016)

Considere o texto a seguir:

"(...) a especialização do escravo é determinada segundo as necessidades do mercado ou a boa vontade de seu senhor. Esta imensa possibilidade de transferência tem uma influência reguladora sobre o mercado, onde a demanda varia de acordo com a conjuntura e a concorrência. O escravo é, às vezes, simplesmente alugado (...). É possível alugá-lo ao dia, à semana, ao mês, ao ano ou por mais tempo."

(MATTOSO, Kátia de Queirós. Ser escravo no Brasil. Trad. São Paulo: Brasiliense, 3.ed, 1990, p. 141)

A descrição acima sinaliza uma forma de trabalho escravo

A) disseminada no meio urbano, no meio rural e bastante usual quando se tratava de indígenas que, apesar de cidadãos livres perante a Coroa, se dispunham a suportar o cativeiro em troca de subsistência e da proteção da Igreja.

B) rara nas cidades baianas, onde o escravo doméstico, fosse índio ou negro, era considerado um agregado da família que deveria ser fiel a seu dono, não sendo permitido a ele deixá-lo para prestar serviços a terceiros, prática mais comum na região Sudeste.

C) típica de regiões de mineração, onde as flutuações de mercado eram maiores em função das eventuais descobertas de jazidas, sendo os escravos alforriados e transformados em trabalhadores livres, para que seus donos não tivessem obrigações com seu sustento.

D) comum nas cidades, onde os escravos "de ganho" eram frequentes e representavam uma fonte de renda para seus senhores, que deles dispunham livremente alugando sua força de trabalho, se julgassem necessário ou oportuno.

E) ocasional entre índios e negros escravizados nas regiões canavieiras, quando, durante os muitos meses de ócio nos períodos de entressafra, eram enviados a Salvador para aprenderem ofícios e venderem suas habilidades.

20. (FUNRIO - IF-BA / 2016)

A Bahia é o coração histórico do Brasil. É a terra onde pisaram os primeiros europeus, e o local dos primeiros povoados, da primeira cidade e da primeira capital do Brasil. A Bahia foi por muito tempo o centro político, comercial e cultural do País, sendo também o local do primeiro

grande porto e da primeira grande casa de espetáculos. A Bahia foi a primeira sede da Corte, em 1808, e também o palco das principais lutas pela Independência do Brasil.

No final do século XVIII, a Bahia foi o palco de uma revolução social, que buscava a proclamação de uma República Bahinense, com igualdade de direitos para todos. Esse movimento recebeu o nome de

A) Balaiada.

B) Sabinada.

C) Cabanada.

D) Conjuração Baiana.

E) Inconfidência Baiana.

21. (IBFC - Professor de História / 2014)

Segundo Umberto Eco (1989): É verdade, a Revolução Francesa foi antecipada por outros fenômenos como o habeas corpus inglês. Mas os ingleses, isso é sabido, permanecem em sua própria casa e, se conquistaram o habeas corpus, ficaram satisfeitos em conservá-lo para eles. A Revolução Francesa, ao contrário, exportou suas ideias de liberdade, igualdade e fraternidade. (...) A própria ideia das independências nacionais, nasce e se difunde com a Revolução Francesa. E portanto, nós somos, votamos, escrevemos cartas aos jornais, organizamos manifestações, pressionamos o nosso deputado, porque houve a Revolução Francesa" Considerado a citação exposta acima, indique qual influência que a Revolução Francesa teve em outros contextos:

I. A revolução Inglesa foi urbana e industrial, a Revolução Francesa realizou-se no campo, por isso não atentou às questões relativas ao habeas corpus.

II. A Revolução Francesa entusiasmou o continente Europeu, influenciou movimentos emancipacionistas como a Revolução Haitiana e a Conjuração Baiana;

III. A Revolução Inglesa do século XVII não influenciou imediatamente nenhuma mudança no mundo Ocidental, diferentemente do contexto francês;

IV. Os efeitos da Revolução Francesa, iniciada em 1789, encontraram um mundo mais receptivo às mudanças sociais.

Estão corretos os itens:

A) I e II

B) I, III, IV

C) I, II e III

D) II, III e IV

22. (IBFC - Professor de História / 2014)

Leia o trecho destacado do documento proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos no Engenho Santana, em Ilheus, Bahia, por volta de 1789, e assinale a alternativa correta: "Meu Senhor, nós queremos paz e não queremos guerra; se meu senhor também quiser nossa paz há de ser nessa conformidade, se quiser estar pelo que nós quisermos, a saber. Em cada semana nos há de dar os dias de sexta-feira e de sábado para trabalharmos para nós, não tirando um destes dias por causa de dia santo. Para podermos viver nos há de dar rede, tarrafa e canoas. Não nos há de obrigar a fazer camboas, nem a mariscar, e quando quiser fazer camboas e mariscar mande os seus pretos Minas. Faça uma barca grande para quando for para Bahia, nós metermos as nossas cargas para não pagarmos fretes.(...) A tarefa de cana há de ser de cinco mãos, e não de seis, e a dez canas em cada feixe.(...) Os atuais feitores não os queremos, faça a eleição de outros com a nossa aprovação.(...) Os marinheiros que andam na lancha além de camisa de baeta que se lhe dá, hão de ter gibão de baeta, e todo vestuário necessário. O canavial do Jabirú o iremos aproveitar por esta vez, e depois há de ficar para pasto porque não podemos andar tirando canas por entre mangues. Poderemos plantar nosso arroz onde quisermos, e em qualquer brejo, sem que para isso peçamos licença, e poderemos cada um tirar jacarandás ou qualquer pau sem darmos parte para isso. A estar por todos os artigos acima, e conceder-nos estar sempre de posse da ferramenta, estamos prontos para o servirmos como dantes, porque não queremos seguir os maus costumes dos demais Engenhos. Poderemos brincar, folgar, e cantar em todos os tempos que quisermos sem que nos impeça e nem seja preciso licença."

A) Podemos interpretar o documento pela boa condição que os escravos do engenho Santana desfrutavam. Ao que podemos supor, sabiam ler e escrever, podiam pescar e mariscar, brincar e folgar. Solicitam sempre poder carregar ferramenta para completar os trabalhos inconclusos em melhor hora.

B) O documento pode ser interpretado pela dificuldade que os escravos enfrentam no engenho Santana. Apesar de tudo o senhor de escravos Manuel da Silva Ferreira, parece ser bastante compreensivo com a situação ao ceder a possibilidade dos negros descreverem quais suas solicitações para terem uma vida menos sofrida.

C) O documento acima trata de uma rebelião ocorrida no Engenho Santana, também podemos supor a participação de agentes escravizados que dominavam a linguagem escrita para propor acordo com o senhor do engenho, reivindicando melhores condições de vida e de trabalho.

D) O documento traz informações relevantes sobre a relação do senhor de engenho com seus escravos. Apesar de cativos os escravos podiam aprender a ler e escrever, e quando não estavam de acordo com a situação de trabalho, se manifestavam emitindo documento para não ocorrer como as demais fazendas da região, em que fugas e castigos eram constantes.

23. (CONSULTEC - Aspirante da Polícia Militar-BA / 2014)

Dez escravos foram presos e incluídos na devassa realizada pelo desembargador do Tribunal da Relação da Bahia, Francisco Sabino Alvares da Costa Pinto [...]. Mas a questão não é a quantidade; a questão é que eram escravos.

Escravos na maioria pardos e nascidos na Bahia (o único escravo africano preso é o *mina* Vicente). Pelo que se acompanha nos autos da devassa que os colheu, todos eles souberam de conversas e encontros conspirativos de homens livres, alguns brancos, outros pardos; alguns militares, oficiais de baixa e média patente, outros, artesãos. E ainda outros, intelectuais.

(TAVARES, 2003, p. 86).

O movimento descrito no texto, cuja participação de escravos indica a luta pelo fim da escravidão se refere

A) à Inconfidência Baiana.

B) à Sabinada.

C) ao Cangaço.

D) ao movimento de Canudos.

E) à Revolta Tenentista.

24. (FCC - DPE-BA / 2016)

As lutas pela independência na Bahia foram revestidas de acirradas polarizações políticas e tensões sociais. Um episódio que evidencia as forças militares envolvidas e parte do impacto social resultante desses conflitos é

A) a formação da Junta Conciliatória e de Defesa, representando a união entre constitucionalistas e republicanos contra as forças do império brasileiro, que deflagrou a guerra, com ampla participação popular, na qual teve destaque a militar Maria Quitéria de Jesus.

B) o cerco à cidade de Salvador, sitiada durante aproximadamente um ano por tropas brasileiras que buscavam expulsar o exército português que ali se instalara, resultando em grande desabastecimento de víveres e sofrimento da população.

C) a ocupação da Vila de Cachoeira por forças portuguesas, momento culminante da guerra civil entre as tropas monarquistas e independentistas, que levou à alforria coletiva de milhares de cativos, a fim de que esses integrassem, como soldados, as tropas brasileiras.

D) a rendição das tropas portuguesas encabeçadas por Pierre Labatut, após os ataques contundentes das tropas brasileiras, sob o comando de Thomas Cochrane, que, na batalha de Pirajá, arrasou o centro velho de Salvador e deixou milhares de mortos.

E) a tomada do forte de São Pedro, com vitória das tropas portuguesas sobre as constitucionalistas, acompanhada por ações violentas pela cidade, como a invasão do convento da Lapa, na qual foi morta a soror Joana Angélica, hoje considerada mártir da independência da Bahia.

25. (CONSULTEC - CFO PM / 2012)

O processo de independência da Bahia se insere em um contexto mais amplo do processo separatista do continente americano. Contudo, esse processo nem sempre ocorreu da mesma forma. A análise dos textos e os conhecimentos esse processo, permitem afirmar:

A) A separação da Bahia destoou do resto do Brasil, devido ao fato de a independência baiana ter ocorrido paralelamente à abolição da escravidão indígena e africana.

B) A independência da Bahia caracterizou-se por ter sido um movimento popular, fato simbolizado nas figuras do caboclo e da cabocla, no desfile do 2 de Julho.

C) O processo de separação política baiana da metrópole possibilitou a alteração da estrutura latifundiária e a doação de terras às comunidades indígenas baianas.

D) A forte participação dos elementos indígena e africano no processo de independência baiana contribuiu para, após a separação política, se consolidar uma democracia racial na Bahia.

E) O caráter popular da independência baiana consolidou, no Estado, uma estrutura política democrática, com ampla participação eleitoral das camadas populares.

26. (IBEG - Prefeitura de Teixeira de Freitas-BA / 2016)

Foi uma revolta de cunho autonomista, ocorrida no período do Brasil Império entre 1837 e 1838, na chamada Província da Bahia, liderada por um indivíduo com a formação de médico e jornalista. Teve como causa a insatisfação popular dos baianos no que se refere aos desmandos e a opressão do governo interessado em enriquecer a si próprio. Sua característica principal foi a grande participação das camadas mais populares da sociedade baiana, além de contar com integrantes da classe média e rica do estado, profissionais liberais, comerciantes, médicos, jornalistas, entre outros. Ao final do confronto o governo regencial tratou de julgar os líderes da revolta, condenando três deles a pena de morte. O confronto descrito recebeu o nome de:

A) Conjuração Baiana.

B) Revolta da Sabinada.

C) Cabanagem.

D) Guerra de Canudos.

E) Balaiada.

27. (IBFC - Professor de História / 2014)

A Revolta dos Malês, em 1835, foi um movimento:

A) influenciado pela revolução haitiana; buscou acabar com a escravidão no Brasil, promovendo o extermínio dos brancos e indígenas, assim que submetesse a monarquia e assumisse o poder político do país.

B) de libertação que contou com o apoio de quilombolas e indígenas no interior da Bahia. Entre suas propostas, a que mais amedrontou a sociedade escravista da época era, a de fazer escravos os brancos e destruir os símbolos das igrejas católicas além de matar todos os padres e a família real.

C) foi organizado por negros islamizados e alfabetizados, que difundiram as reivindicações e a forma do levante escrevendo pelas paredes da cidade em árabe, dificultando alguma forma de antecipação de repressão pelos escravocratas da época. Duas das principais intenções em tomar o poder eram: abolir a escravidão e ter o direito de se converterem ao cristianismo;

D) foi organizada por africanos escravizados de origem islâmica, planejada através de inscrições pela capital baiana. Além da intenção de acabar com a escravidão, os revoltosos pretendiam confiscar os bens dos brancos, construir um reino islâmico e transformarem escravos os não islamizados.

28. (IBFC - Soldado da Polícia Militar-BA / 2017)

Um dos mais graves problemas sociais e ao mesmo tempo econômico que o Brasil enfrenta é a pobreza de sua população. Sabe-se que, comumente, governos brasileiros têm utilizado políticas indutivas de crescimento econômico como medida redutora da pobreza, sem no entanto, obter resultados satisfatórios ou permanentes. Sabe-se também que, dentre as regiões que mais sofrem com a pobreza, no país, estão a Norte e Nordeste. Estudos históricos mostram que, em razão disso, houve um conflito, no Nordeste Brasileiro, liderado por Antônio Conselheiro que ficou conhecido como Guerra de Canudos. Sobre esse assunto, analise as afirmativas abaixo, dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) A situação do Nordeste brasileiro, no final do século XIX, era muito precária. Fome, seca, miséria, violência e abandono político afetavam os nordestinos, principalmente a população mais carente. Toda essa situação, em conjunto com o fanatismo religioso, desencadeou um grave problema social.

( ) Em novembro de 1896, no sertão da Bahia, foi iniciado um conflito civil que ficou conhecido como Guerra de Canudos. Esta guerra durou quase um ano, até 05 de outubro de 1897, e, devido à força adquirida, o governo da Bahia pediu o apoio da República para conter este movimento formado por fanáticos, jagunços e sertanejos sem emprego.

( ) O beato Conselheiro, homem que passou a ser conhecido logo depois da Proclamação da República, era quem liderava este movimento. Ele acreditava que havia sido enviado por Deus para acabar com as diferenças sociais e também com os pecados republicanos, entre estes, estavam o casamento civil e a cobrança de impostos.

( ) Antônio Conselheiro por acreditar que era um enviado de Deus conseguiu reunir um grande número de adeptos que acreditavam em sua liderança e, em razão disso, ele, realmente poderia, libertá-los da situação de extrema pobreza na qual se encontravam.

( ) Devido à enorme proporção que este movimento adquiriu, o governo da Bahia não conseguiu por si só segurar a grande revolta que acontecia em seu Estado; por esta razão, pediu a interferência da República.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

A) V, F, V, V, V.

B) V, F, V, F, V.

C) F, F, V, V, F.

D) V, V, V, V, V.

E) V, F, F, F, V.

29. (IBEG - Prefeitura de Teixeira de Freitas-BA / 2016)

Foi uma guerra entre o Exército Brasileiro e integrantes de um movimento popular com base sócio-religioso, liderado por um cearense de Quixeramobim, ocorrido entre 1896 e 1897. O movimento tinha caráter coletivista, messiânico e monarquista. Foram necessárias quatro expedições para o exército vencer os sertanejos. O confronto descrito recebeu o nome de:

A) Guerra dos Aimorés.

B) Levante dos Tupinambás.

C) Conjuração Baiana.

D) Guerra de Canudos.

E) Levante Sertanejo.

30. (CONSULTEC - CFO PM / 2012)

A uma estrutura agrária marcada em vastas áreas, somava-se o total descaso das elites e do governo com as carências da população sertaneja. A tensão explodia com frequência, quase sempre em momentos de seca prolongada, como nas duas últimas décadas do século XIX. Durante as secas prolongadas, a população perdia suas fontes de sustento e muitas pessoas procuravam sobreviver migrando para outra região. [...]. Também se disseminava, nessas épocas, o misticismo religioso: uma vez condenados à miséria material, os sertanejos passavam a buscar apoio no imaginário espiritual, levando uma vida de devoção religiosa e exaltação mística. O misticismo religioso quase sempre se desenvolvia em torno de um líder carismático, cujo discurso era capaz de mobilizar as populações com promessas, como a salvação eterna, em troca das misérias terrenas.

(VICENTINO; DORIGO. 2010, p.556).

O texto pode ser corretamente relacionado ao movimento social, ocorrido no Brasil,

A) o Movimento Conselheirista de Canudos.

B) a Revolta da Vacina.

C) a Revolta dos Malês.

D) a Conjuração Baiana.

E) a Sabinada.

31. (CONSULTEC - CFO PM / 2011)

Se, por um lado, a dimensão política do modelo de Estado [...] decorre da dimensão religiosa do pensamento de seu fundador e, assim, ambas se suportam reciprocamente, o mesmo parece ter ocorrido com a dimensão econômica do desenho daquela sociedade. De fato, a fortíssima raiz cultural do trabalho coletivista e da ajuda mútua no meio rural, [...], largamente empregados na região da caatinga, sugerem que o Estado [...] desenvolveu-se com a prática disseminada de um modelo de economia centrada na produção coletivista e que [...] foi na realidade um grande mutirão. (SE..., 2011).

A análise do texto, aliada aos conhecimentos sobre os movimentos sociais na Bahia, permitem afirmar que ele se refere à

A) Conjuração Baiana, revolta popular contra a opressão da Igreja sobre a população sertaneja.

B) Sabinada, movimento que pregava a liberdade de culto e religião e o rompimento político com Portugal.

C) Revolta dos Malês, insurreição que defendia a queda do Império e a instalação do islamismo no sertão baiano.

D) Revolta da Chibata, revolução de caráter comunista que defendia a queda da República.

E) Revolta de Canudos, movimento de caráter místico-religioso que estabeleceu um povoado independente, cuja existência era pautada no comunitarismo.

32. (FCC - DPE-BA - Defensor Público / 2016)

Considere o trecho a seguir:

"(...) logo após tomar todas as medidas necessárias para a extinção definitiva do tráfico, a Bahia passou da posição de importador à condição de exportador de escravos. Dessa forma, negros a todo preço seriam deslocados do norte para o sul já nos primeiros anos da década de 1850, num movimento contínuo, e que, apesar de altos e baixos, só se encerraria na década de 1880".

(SILVA, Ricardo Tadeu Caires. A participação da Bahia no tráfico interprovincial de escravos (1851-1881). p. 2. In: 3o Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Universidade Federal de Santa Catarina,2007.Disponível em:http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/ Textos3/ricardo%20tadeu.pdf. Acesso em: 10 de julho de 2016)

Para compreensão histórica do fenômeno descrito acima, devem ser considerados os seguintes fatores:

I. A alta do preço do café, no mercado mundial, que impulsionou sua produção no Sudeste e a demanda por mão de obra escrava, de difícil aquisição via tráfico internacional a partir de 1850.

II. O impacto da Guerra de Secessão norte-americana, que prejudicou as exportações do algodão produzido no Nordeste e obrigou os proprietários a se desfazerem de parte de seus contingentes de escravos.

III. A importância da Bahia no tráfico atlântico, província onde os traficantes resistiram mesmo após a extinção do tráfico, com certo apoio das autoridades locais.

IV. A pujança econômica da produção canavieira, que atraiu investimentos na modernização dos engenhos, processo que resultou na dispensa de mão de obra.

Está correto APENAS o que se afirma em:

A) III e IV.

B) I, II e IV.

C) I e III.

D) II, III e IV.

E) I e II.

33. (IBFC - Professor de História / 2014)

O processo de abolição do sistema escravista no Brasil não pode ser reduzido a Lei Áurea, promulgada pela princesa Isabel, aos 13 de maio de 1888. A complexidade dos acontecimentos históricos devem ser analisados e comparados. Como exemplo podemos pensar em revoltas de escravos e mesmo na extinção da escravidão na província do Ceará, em 1884, em contraste com a posição de fazendeiros e comerciantes na Bahia do mesmo período. Emilia Viotti da Costa (1982) destaca uma petição do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, encaminhada à Câmara dos Deputados em 14 junho de 1884, argumentando contra a extinção do sistema escravista, sendo o escravo: “Mais do que um bem patrimonial, mais do que um elemento da fortuna privada, o escravo é uma instituição social, é uma força de produção e da riqueza nacional, enfim. A lavoura e o comercio dessa província não são escravagista, como ninguém o é no século em que vivemos. Mas a escravidão tendo entrado em nossos costumes, em nossos hábitos, em toda a vida social e política, acha-se por tal forma a ela vinculada que extingui-la de momento será comprometer a vida nacional, perturbar a sua economia interna, lançar esta na indigência, na senda do crime e no precipício de uma ruína incontável.”

Dentre os argumentos elencados na petição citada, indique quais podem ser aproximados entre as preocupações do movimento abolicionista liberal e os defensores do sistema escravista, frente à extinção da escravidão.

I. Preocupação comum entre escravistas e abolicionistas liberais era o fato de entender o escravo como bem patrimonial, elemento fundamental do direito de propriedade privada;

II. O entendimento do qual, no século XIX, ninguém era escravagista, especialmente na Bahia;

III. Preocupação com o efeito da libertação, já que essa atitude política poderia levar os escravos libertos à pobreza, comprometendo ainda a economia interna do país.

A(s) sentença(s) que aproxima(m) preocupação comum entre escravistas e abolicionistas liberais são:

A) I e II, apenas.

B) II e III, apenas.

C) Apenas I.

D) Apenas III.

34. (CONSULTEC - Aspirante da Polícia Militar-BA / 2014)

Compare-se a Bahia caymmiana com o que se passava no Brasil Meridional - em São Paulo, especialmente. Costumo dizer, a propósito, que, enquanto o Centro-Sul ia a todo vapor, a Bahia era um barco a vela. Assim é que 1941 é o ano da criação da Companhia Siderúrgica Nacional, mas também o ano em que Caymmi compõe O *Mar* e *A Jangada Voltou Só*.

O avesso daquela vida baiana - vida estável, ensolarada, carente de disposição metropolitana, desenhando-se entre uma cidade tradicional e uma Itapoã que mal ultrapassava o limiar da economia de subsistência - podia ser encontrado, como disse, numa cidade como São Paulo, reino de urbanitas atirados, em levas, na poderosa e perigosa maré do progresso. São Paulo vivia então um intenso processo de redefinição das relações humanas e sociais, mapeando com nervosismo elétrico as realidades emergentes.

(RISÉRIO, 2004, p. 512).

A imagem do “barco a vela", relacionada à Bahia, comparada ao “todo vapor", em relação ao Centro-Sul brasileiro, é uma referência ao contraste das duas regiões e ao desenvolvimento dessa última, propiciado pela política

A) industrializante, estabelecida no Segundo Império, pela ação pioneira de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá.

B) autoritária da Primeira República, conhecida como Política dos Governadores, que buscava conceder incentivos fiscais aos estados que investissem na implantação de um parque industrial.

C) getulista, de criação de empresas estatais que atuassem no setor de infraestrutura e indústria de base, que favorecesse o desenvolvimento em bases nacionais.

D) empreendida pelo Segundo Governo Vargas, de associação ao capital estrangeiro e especialização regional, tendo o Centro-Sul como polo industrial e o Nordeste, como polo turístico.

E) desenvolvida no governo João Goulart, que, através da implementação da reforma agrária e da estatização das empresas estrangeiras, acelerou o processo de urbanização nas grandes capitais do país.

35. (FCC - DPE-BA - Defensor Público / 2016)

Fenômenos sociais como a Revolta de Canudos e o Cangaço, no Nordeste, são explicados historicamente por diversos fatores, tais como

A) miséria e descaso do poder público com as populações sertanejas, expostas à intensa violência de diversas ordens e atraídas por movimentos que prometiam condições de vida diferentes e/ou a sensação de proteção.

B) seca prolongada, a exploração do trabalho e a falta de perspectiva de futuro, motivos que levavam os sertanejos a lutarem por uma sociedade igualitária e democrática, objetivo das ações de ambos os movimentos.

C) falência do coronelismo, em um momento em que esse tipo de poder era obrigado a ceder espaço às forças federais republicanas, que desestruturaram as elites locais e o sistema de apadrinhamento então vigente.

D) crise econômica e política provocada pela queda do preço do açúcar no mercado internacional, acompanhada de migrações para o norte e da fuga de famílias inteiras que passaram a integrar bandos e comunidades religiosas, em busca de subsistência.

E) crescente politização da população de baixar renda após as revoltas ocorridas durante o Segundo Reinado, repercutindo em levantes contra o Império, contra o mandonismo local e contra o catolicismo.

36. (FCC - DPE-BA - Defensor Público / 2016)

Considere o texto a seguir, publicado em um jornal baiano em 1905:

"Estamos na Costa da África? É o que se torna necessário ser averiguado pela polícia, porquanto se lá não estamos também de lá não nos separam grande distância os nossos costumes negreiros. E a prova é que, fechando ouvidos a repetidas queixas da imprensa e de particulares, a polícia consente que dentro da cidade, porque é no outeiro que o vulgo denominou de 'Cucuí', descendentes vadios de negros selvagens façam candomblés, todos os dias, à noite principalmente, incomodando com um batebate dos pecados o sono tranqüilo da população. Já lá se foram os tempos dos 'feitiço' e dos 'candomblés', e porque atravessamos um século de largo progresso e ampla civilização, apelamos para a energia e a boa vontade, ainda não desmentidas, do sr.(...) sub-comissário de polícia, certos de que s.s. porá ponto final na folia macabra dos negros desocupados do 'Cucuí'."

(Jornal A ORDEM. 21 out. 1905. p. 1, Apud SANTOS, Edmar Ferreira. O poder dos candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/179/1/O%20poder%20dos%20candombles.pdf. Acesso em: 11 de julho de 2016

A partir da leitura do texto acima, é correto afirmar que o autor desse texto

A) considera que a prática do candomblé representa um incômodo aos trabalhadores por ocorrer durante a noite, afirmando ainda que seus praticantes eram descendentes de negros vadios, por isso marginalizados pelo resto da população.

B) usa expressões como “folia macabra” e “bate-bate dos pecados” para denunciar a prática do candomblé como uma seita pecaminosa, localizada em um lugar específico da cidade, a ser combatida pela polícia e pela Igreja.

C) reclama que a prática do candomblé deva ser investigada para que se verifique a autenticidade das matrizes africanas desses “costumes negreiros”, assumidos em seu texto como “nossos” mas supostamente originários da Costa da África.

D) associa a prática do candomblé à vadiagem, apelando para um discurso celebrativo da ordem e do progresso e acusando a polícia de ser tolerante com esse costume que ameaçava a “população”, da qual os negros, em seu texto, parecem excluídos.

E) sugere que o candomblé é uma manifestação de selvageria ultrapassada, praticamente extinta uma vez que vem sendo combatida pela imprensa com êxito, de modo que “já lá se foram os tempos dos feitiços’ e dos ‘candomblés’.”

37. (FCC - Casa Civil-SP / 2010)

Segundo o economista Sérgio Silva, "durante a década de 1880 a produção [cafeeira] de São Paulo ultrapassa a produção do Rio de Janeiro, os planaltos de São Paulo praticamente substituem o Vale do Paraíba".

(Sérgio Silva. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 49-50)

Representação política das províncias: São Paulo tinha 3 senadores, como o Pará, enquanto a Bahia tinha 6, Minas Gerais, 10, Pernambuco, 6 e o Rio de Janeiro, 5. Na Câmara dos Deputados, acontecia o mesmo: São Paulo tinha 9 deputados, o Ceará, 8, Pernambuco, 13, Bahia, 14, Rio de Janeiro, 12 e Minas 20.

(Adaptado de Luís Koshiba e Denise M. F. Pereira. História do Brasil. São Paulo: Atual, 2003, p. 325)

O quadro apresentado nos textos revela que a representação política não acompanhou as transformações econômicas, criando um descompasso entre as duas esferas e foi uma das razões porque, em São Paulo,

A) se intensificou a luta pela ampliação da representação política conforme a renda produzida nas províncias.

B) houve a aproximação de militares e monarquistas nos movimentos que levaram à queda do regime.

C) ganharam prestígio ideias federalistas, que se associaram intimamente aos princípios do republicanismo.

D) se disseminaram os princípios positivistas, que influenciaram particularmente os movimentos tenentistas.

E) emergiram movimentos provinciais, que se orientavam no sentido da igualdade política e da ordem social.

38.

Sobre o processo de industrialização brasileiro, sua distribuição geográfica e demais características, assinale a alternativa correta.

A) A criação da Sudene no governo de Juscelino Kubitschek resultou da percepção de que, mesmo com o processo de industrialização, crescia a diferença entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil.

B) O programa de desenvolvimento industrial brasileiro foi concebido e orientado para exportação, a fim de melhorar a competitividade das indústrias, mas causou, também, o aumento da capacidade de concentração do poder econômico nas mãos das chaebols (conglomerado de empresas em torno de uma empresamãe sendo controladas por famílias mais influentes no país).

C) A Zona Franca de Manaus foi criada por um decreto-lei em 1988 e se destaca como maior produtora de automóveis do Brasil, sendo líder na produção de caminhões e ônibus.

D) A Tarifa Alves, de 1929, implantada após a quebra da Bolsa de Nova Iorque, alavancou a industrialização nacional, já que aumentou as taxas aduaneiras para 30% sobre produtos importados sem similar nacional e 60% sobre produtos com similar nacional.

39.

O processo de urbanização brasileiro ficou evidente no século XX, devido a uma série de transformações sociais e econômicas. Até 1950, o Brasil era um país de população, predominantemente, rural. A partir de 1970, mais da metade dos brasileiros já se encontrava em áreas urbanas. O crescimento da urbanização no país, conforme apresentado, ocorreu em razão dos seguintes fatores, EXCETO

A) das transformações estruturais promovidas pela Revolução Verde.

B) da concentração fundiária.

C) do processo de gentrificação.

D) do desenvolvimento industrial.

40.

A transferência da corte trouxe para a América portuguesa a família real e o governo da Metrópole. Trouxe também, e sobretudo, boa parte do aparato administrativo português. Personalidades diversas e funcionários régios continuaram embarcando para o Brasil atrás da corte, dos seus empregos e dos seus parentes após o ano de 1808.

NOVAIS, F. A.; ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

Os fatos apresentados se relacionam ao processo de independência da América portuguesa por terem:

A) incentivado o clamor popular por liberdade.

B) enfraquecido o pacto de dominação metropolitana.

C) motivado as revoltas escravas contra a elite colonial.

D) obtido o apoio do grupo constitucionalista português.

E) provocado os movimentos separatistas das províncias.

41. (G1 – CFTRJ 2014)

As guerras napoleônicas e a invasão francesa da Península Ibérica (1807-1808) resultaram na transferência da Corte portuguesa e de setores dirigentes do Estado português para o Brasil, criando uma situação inédita para a principal colônia portuguesa. Entre as mudanças trazidas, assinale a opção que expressa a opção verdadeira:

A) A transformação do Rio de Janeiro em sede da monarquia portuguesa trouxe uma série de benefícios para esta cidade, como a criação de indústrias, centros culturais e universidades.

B) A transferência da sede do Império português para o Brasil era um projeto existente desde o século XVII, prevendo a modernização econômica da colônia e a gradativa abolição da escravidão.

C) A vinda da família real democratizou de certa forma as relações políticas existentes no Brasil, abrindo caminho para uma maior participação de camadas populares livres na vida política.

D) A abertura dos portos, em 1808, e os tratados comerciais assinados em 1810 resultaram, na prática, no fim do exclusivo colonial português, em benefício dos interesses econômicos ingleses.

42. (UERN 2013)

... é comumente, datado a partir de 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil. A verdade dessa proposição reside, em especial, na montagem pelo Príncipe, e depois Rei, João VI, de um aparelho governativo no Brasil. Tal criação dá-se, por um lado, através da transferência de órgãos portugueses e, de outro, com o surgimento, no Rio de Janeiro, de estruturas típicas de uma capital, com bibliotecas, um jornal, instituições de fomento. Ao mesmo tempo, são substituídos os institutos de caráter colonial, como os monopólios e as

restrições industriais e comerciais. Por fim, todo o processo é coroado pela assinatura de dois tratados com a Inglaterra, um de Aliança e Amizade e outro de Comércio e Navegação, em 1810.

(Monteiro, Hamilton de Mattos. In: Linhares, Maria Yedda. *História Geral do Brasil*. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 129.)

O trecho anterior se refere ao processo de

A) abolição da escravidão.

B) independência do Brasil.

C) descolonização da região Sul do país.

D) desenvolvimento industrial no Brasil.

43. (Vunesp 2011)

Artigo 5.º — O comércio de mercadorias inglesas é proibido, e qualquer mercadoria pertencente à Inglaterra, ou proveniente de suas fábricas e de suas colônias é declarada boa presa.

(...)

Artigo 7.º — Nenhuma embarcação vinda diretamente da Inglaterra ou das colônias inglesas, ou lá tendo estado, desde a publicação do presente decreto, será recebida em porto algum.

Artigo 8.º — Qualquer embarcação que, por meio de uma declaração, transgredir a disposição acima, será apresada e o navio e sua carga serão confiscados como se fossem propriedade inglesa.

(Excerto do Bloqueio Continental, Napoleão Bonaparte. Citado por Kátia M. de Queirós Mattoso. *Textos e documentos para o estudo da história contemporânea (1789-1963)*, 1977.)

Esses artigos do Bloqueio Continental, decretado pelo Imperador da França em 1806, permitem notar a disposição francesa de:

A) estimular a autonomia das colônias inglesas na América, que passariam a depender mais de seu comércio interno.

B) impedir a Inglaterra de negociar com a França uma nova legislação para o comércio na Europa e nas áreas coloniais.

C) provocar a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, por meio da ocupação militar da Península Ibérica.

D) ampliar a ação de corsários ingleses no norte do Oceano Atlântico e ampliar a hegemonia francesa nos mares europeus.

E) debilitar economicamente a Inglaterra, então em processo de industrialização, limitando seu comércio com o restante da Europa.

44. (IBMECRJ 2010)

O dia sete de setembro marca anualmente as comemorações de nossa independência em relação a Portugal. Entre os vários fatores que colaboraram para isto podemos destacar:

A) o apoio recebido pelo príncipe-regente D. Pedro por parte das tropas portuguesas que aqui se encontravam;

B) a transferência para Portugal de uma série de repartições criadas durante a permanência de D. João VI em nosso território, aumentando a insatisfação dos brasileiros com aquela situação de dependência;

C) a submissão do príncipe-regente às ordens vindas de Portugal, levando à formação de um grupo de notáveis, sob a liderança de José Bonifácio, que se encarregariam de elaborar a nossa primeira constituição;

D) o apoio dos cafeicultores paulistas, que, apesar do início recente da exportação cafeeira, já constituíam o grupo econômico mais importante do período colonial brasileiro;

E) a permanência de D. João VI em nosso território, desagradando os revolucionários portugueses que participaram de um movimento na cidade do Porto que exigia imediatamente a volta do monarca a Lisboa.

45. (G1 - IFSUL 2016)

A partir da segunda metade do século XIX, vários intelectuais, escritores, jornalistas e políticos discutiam a relação existente entre a utilização da mão de obra escrava e a questão do desenvolvimento nacional. Enquanto as nações europeias se industrializavam e buscavam formas de ampliar a exploração da mão de obra assalariada, o Brasil se afastava desses modelos de civilidade ao preservar a escravidão como prática rotineira.

Disponível em: http://www.brasilescola.com/datas-comemorativas/dia-abolicao-escravatura.htm. Acesso em 21 set. 2015.

A campanha abolicionista ganhou força nacional, mas ainda encontrava alguns obstáculos, tais como:

A) a falta de apoio de alguns setores sociais, como o intelectual e o artístico.

B) a noção de escravo como um bem, o que exigia a indenização para os proprietários de escravos.

C) a reação do proletariado urbano, pelo temor da concorrência da mão de obra escrava.

D) o apoio dos senhores de engenho para a abolição, principalmente do setor açucareiro, devido à mecanização da agricultura nordestina.

46. (FGV 2016)

O excerto a seguir faz parte do parecer de uma comissão da Câmara dos Deputados sobre a lei de 1871, que discutia a escravidão no Brasil.

"Sem educação nem instrução, embebe-se nos vícios mais próprios do homem não civilizado. Convivendo com gente de raça superior, inocula nela os seus maus hábitos. Sem jus ao produto do trabalho, busca no roubo os meios de satisfação dos apetites. Sem laços de família, procede como inimigo ou estranho à sociedade, que o repele. Vaga Vênus arroja aos maiores excessos aquele ardente sangue líbico; e o concubinato em larga escala é tolerado, quando não animado, facultando-se assim aos jovens de ambos os sexos, para espetáculo doméstico, o mais torpe dos exemplos. Finalmente, com as degradantes cenas da servidão, não pode a mais ilustrada das sociedades deixar de corromper-se."

(*apud* Sidney Chalhoub, *Machado de Assis, historiador*. 2003)

No trecho, há um argumento:

A) político, que reconhece a importância da emancipação dos escravos, ainda que de forma paulatina, para a construção de novos elementos de cidadania social, condição mínima para o país abandonar a violência cotidiana e sistemática contra a maioria da população.

B) social, que assinala a inconsistência da defesa do fim da escravidão no país, em razão da incapacidade dos homens escravizados de participar das estruturas hierárquicas e culturais, estabelecidas ao longo dos séculos, durante os quais prevaleceu o trabalho compulsório.

C) econômico, que distingue os cidadãos ativos dos passivos, estes considerados um estorvo para as atividades produtivas, fossem na agricultora ou na procura de metais preciosos, por causa da desmotivação para o trabalho, elemento central para explicar a estagnação econômica do país.

D) cultural, que se consubstancia na impossibilidade da convivência entre homens livres e homens libertos e tenderia a produzir efeitos sociais devastadores, como tensões raciais violentas e permanentes, a exemplo do que já ocorria no sul dos Estados Unidos.

E) moral, que aponta para os malefícios que a experiência da escravidão provoca nos próprios escravos e que esses malefícios terminam por contaminar toda a sociedade, mostrando, em síntese, que os brancos eram muito prejudicados pela ordem escravocrata.

47. (G1 - IFCE 2016)

Em meados do século XIX, durante o Segundo Reinado, o Brasil vivenciou um grande surto de crescimento industrial. Sobre os fatores responsáveis pelo referido crescimento, considere as proposições a seguir.

I. Disponibilidade de capitais oriundos dos lucros obtidos com a exportação do café, principal produto da economia brasileira naquele momento.

II. Redução das taxas alfandegárias sobre os produtos importados com as tarifas Alves Branco (1844), o que favoreceu a aquisição das máquinas necessárias ao desenvolvimento industrial.

III. Disponibilidade de capitais com a extinção do tráfico negreiro através da Lei Eusébio de Queirós, em 1850.

IV. Iniciativas de empresários como Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, principal incentivador das atividades urbano-industriais no país.

V. Abundância de mão de obra negra especializada a partir do fim da escravidão, com a Lei Áurea, em 1888.

Está correto somente o afirmado em

A) III, IV e V.

B) I, II e IV.

C) II, III e V.

D) I, III e IV.

E) I, II e III.

48. (UDESC 2016)

A Lei do Ventre Livre foi uma lei abolicionista, promulgada, no Brasil, em 28 de setembro de 1871.

Sobre a Lei do Ventre Livre, assinale a alternativa correta.

A) Foi promulgada pelo Imperador Pedro II e concedia liberdade a todas as crianças e às respectivas mães que viviam sob a escravidão no território brasileiro.

B) Essa lei encontrou forte resistência entre os senhores, visto que não previa indenização pelo fim da escravidão das crianças nascidas a partir da publicação da lei.

C) Instituía a liberdade de todas as crianças nascidas a partir da publicação da lei, mas deixava a possibilidade dessas crianças permanecerem sob “os cuidados” do antigo proprietário até a idade de 21 anos.

D) Como a lei libertava a criança, mas não libertava os pais, assim que nasciam essas crianças eram retiradas do convívio com os pais escravizados e eram destinadas a um abrigo mantido pelo Estado.

E) De acordo com a lei, os senhores tinham a opção de manter as crianças libertas junto aos pais escravizados até a maioridade, mas os senhores não podiam usufruir da mão de obra delas.

49. (G1 - IFSC 2016)

Em 1850, por meio da Lei Eusébio de Queiroz, o tráfico de escravos para o Brasil foi proibido definitivamente. Sobre a importação de escravos e sua proibição, assinale a alternativa CORRETA.

A) A Lei Eusébio de Queiroz foi uma resposta à pressão estrangeira, principalmente exercida pela França sobre o Brasil, após a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

B) O fim do tráfico de escravos baseou-se em mais uma lei sem aplicação no Brasil, pois quando ela foi promulgada, já não existia mais escravidão no país.

C) O fim do tráfico foi resultado dos crescentes movimentos armados empreendidos pelos escravos brasileiros.

D) A proibição do tráfico de escravos para o Brasil não surtiu efeito, pois o trabalho realizado por eles já não era economicamente relevante.

E) A Lei Eusébio de Queiroz levou ao aumento do comércio interno e do preço dos escravos entre as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.

50. (IAUPE/Upe 2015)

A evolução da sociedade brasileira no século XIX apresentou várias características importantes. A primeira foi a ascensão de uma nova cultura de exportação, o café, que formaria a base de uma nova economia escravista de grande lavoura na região Sudeste. A segunda foi o contínuo crescimento das tradicionais culturas coloniais de exportação.

(LUNA, Francisco Vidal. & KLEIN, Herbert S. Escravismo no Brasil. São Paulo: Edusp / Imprensa Oficial, 2010. p. 89. Adaptado)

Sobre a temática e a realidade apresentadas no texto, analise as afirmativas seguintes:

I. O açúcar voltou a ser um produto competitivo no mercado mundial, com o declínio da indústria açucareira em São Domingos e nas Antilhas Britânicas.

II. O tráfico negreiro para o Brasil se extinguiu em 1840, com o início do Segundo Reinado.

III. A produção brasileira de algodão, após sofrer com a forte competição do Sul dos Estados Unidos na primeira metade do século, reergueu-se na década de 1860, durante a Guerra de Secessão Americana.

IV. O crescimento dessas novas e velhas culturas de exportação impediu o início da industrialização brasileira, que só veio a se desenvolver nos primórdios do século XX.

V. O crescimento de todas essas culturas de exportação gerou uma demanda sempre crescente por escravos, e, na terceira década do século XIX, o tráfico atlântico chegou ao auge.

Estão CORRETAS

A) I, II e III.

B) III, IV e V.

C) II, III e IV.

D) I, III e V.

E) II, IV e V.

51. (IAUPE/Upe 2015)

A própria forma pela qual, em geral, nos referimos aos eventos ocorridos em 15 de novembro de 1889 - a "Proclamação da República" - já incorpora algumas ideias importantes. Em primeiro lugar, a de que ocorreu uma "proclamação". Logo surgem outras ideias, como a de que a República no Brasil teria sido algo inevitável, uma etapa necessária da "evolução" da sociedade brasileira. Ainda mais, podemos imaginar que o fácil sucesso do golpe de Estado seria resultado de um consenso nacional, e que os militares, os principais protagonistas do movimento, teriam atuado de forma unida e coesa.

(15 DE NOVEMBRO DE 1889: A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA. CPDOC/FGV. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/ProclamacaoRepublica)

O evento citado no texto teve como principal característica sociopolítica:

A) uma organização e execução militar.

B) a oposição da chamada ‘mocidade militar’.

C) uma unidade entre os diversos setores militares.

D) a fundamental participação da marinha e de seus oficiais.

E) a participação massiva dos Republicanos civis do final do Império.

52. (IAUPE/Upe 2014 - Adaptada)

O Brasil da segunda metade do século XIX viveu um desenvolvimento urbano e econômico, que gerou reflexos na sua produção cultural. Espaço de surgimento e atuação de vários artistas e intelectuais, as cidades do Brasil Imperial foram o palco de uma efervescência artístico-cultural ímpar.

Sobre essa realidade, assinale a alternativa CORRETA.

A) Machado de Assis, principal escritor do Modernismo brasileiro, foi autor de várias obras que tiveram ampla aceitação popular, o que lhe proporcionou, inclusive, fama no exterior.

B) As pinturas de Pedro Américo refletiam um tom romântico e nacionalista, retratando, inclusive, acontecimentos históricos pátrios.

C) Aluísio de Azevedo, grande expoente do romantismo literário no Brasil, sofreu com a censura imperial, em relação a sua obra.

D) Castro Alves, grande símbolo do chamado 'mal do século', foi autor de poesias que tiveram ampla repercussão nacional.

53. (IAUPE/Upe 2013)

Observe um trecho da letra do samba *Vai passar,* de Chico Buarque de Holanda:

Num tempo, página infeliz da nossa história, / passagem desbotada na memória / Das nossas novas gerações. // Dormia a nossa pátria mãe tão distraída / sem perceber que era subtraída / Em tenebrosas transações. // Seus filhos erravam cegos pelo continente, / levavam pedras feito penitentes / erguendo estranhas catedrais.

Com base no texto e nos conteúdos referentes à escravidão no Brasil imperial, assinale a alternativa CORRETA.

A) A música faz referência à utilização da mão de obra escrava que sozinha ergueu as cidades do passado.

B) A música retrata os aspectos desumanos das relações sociais do passado brasileiro que atingiam apenas os escravos.

C) Mesmo considerando as dificuldades vivenciadas pelos escravos, como afirma a canção, a conquista de sua liberdade dependia apenas dos seus esforços.

D) Apesar dos sofrimentos relativos à condição escrava, era comum, no século XIX, ver, nas grandes cidades, escravos que, por exercerem determinados ofícios, detinham uma certa autonomia.

E) Durante o século XIX, a escravidão se limitava aos africanos e a seus descendentes.

54. (IAUPE/Upe 2013)

Quando alguém mencionava, no Brasil dos séculos XVIII e XIX, um africano, o mais provável é que estivesse a falar de um escravo, pois nessa condição amargava a maioria dos homens e mulheres que, vindos da África, aqui viviam. Mas podia também referir-se a um liberto, ou seja, a um ex-escravo. Ou a um emancipado, isto é, um negro retirado de um navio surpreendido no tráfico clandestino. Ou, o que era mais raro, a um homem livre que jamais sofrera o cativeiro.

SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântico*: A África no Brasil e o Brasil na África. 5ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 157.

Sobre o que afirma o texto, analise as seguintes proposições:

I. Nas décadas finais do século XIX, antes da Abolição, uma parcela da população africana do Brasil já estava liberta.

II. A Inglaterra destacou-se, no século XIX, pelo combate ao tráfico clandestino de africanos.

III. Os escravos urbanos não podiam se tornar libertos.

IV. O Brasil proibiu o tráfico negreiro já no final do século XVIII.

V. A presença africana no Brasil dos séculos XVIII e XIX caracterizava-se por uma diversidade de condições de vida.

Estão CORRETAS:

A) I, II e III.

B) I, III e IV.

C) I, II e V.

D) II, III e V.

E) I, IV e V.

Gabarito

1. Alternativa D
2. Alternativa B
3. Alternativa D
4. Alternativa B
5. Alternativa A
6. Alternativa D
7. Alternativa D
8. Alternativa D
9. Alternativa A
10. Alternativa E
11. Alternativa B
12. Alternativa E
13. Alternativa B
14. Alternativa A
15. Anulada
16. Alternativa E
17. Alternativa D
18. Alternativa B
19. Alternativa D
20. Alternativa D
21. Alternativa D
22. Alternativa C
23. Alternativa A
24. Alternativa B
25. Alternativa B
26. Alternativa B
27. Alternativa D
28. Alternativa D
29. Alternativa D
30. Alternativa A
31. Alternativa E
32. Alternativa C
33. Alternativa C
34. Alternativa C
35. Alternativa A
36. Alternativa D
37. Alternativa C
38. Alternativa A
39. Alternativa C
40. Alternativa B
41. Alternativa D
42. Alternativa B
43. Alternativa E
44. Alternativa B
45. Alternativa B
46. Alternativa E
47. Alternativa D
48. Alternativa C
49. Alternativa E
50. Alternativa D
51. Alternativa A
52. Alternativa B
53. Alternativa D
54. Alternativa C

16. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito bem, querido concurseiro. Se você chegou até aqui é um bom sinal: o de que tentou praticar todos os exercícios. Não se esqueça da importância de ler a teoria completa e sempre consultá-la. Não se esqueça, também, dos seus objetivos e dedique-se com toda a força para alcançá-los. Sonhe alto, pois "quem sente o impulso de voar, nunca mais se contentará em rastejar". Encontro você na nossa próxima aula.

Bons estudos, um grande abraço e foco no sucesso.

Até logo...

Prof. Sérgio Henrique Lima Reis.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.